

A NATUREZA MONOPOLISTA DA ECONOMIA ALAGOANA

TATIANA LYRA LIMA FÉLIX
ARTUR BISPO DOS SANTOS NETO

EDITORA
phillos.
ACADEMY

A NATUREZA MONOPOLISTA DA ECONOMIA ALAGOANA constitui-se como uma obra escrita em quatro mãos que versa sobre a particularidade duma economia situada na periferia da periferia do capitalismo, em que as relações de subordinação e dependência se desdobram pelos distintos poros de sua produção de commodities para atender aos imperativos do mercado internacional e sua insaciável fome de mais-trabalho ou mais-valia.

No decorrer deste livro, o leitor terá oportunidade de observar como o processo de subordinação da economia alagoana aos imperativos do mercado mundial revela-se tanto na predominância da agroindústria açucareira para exportação quanto no processo de constituição da produção têxtil, nos processos de espoliações decorrentes das privatizações das empresas estatais e na plena entrada em cena de grandes corporações transnacionais no processo de privatização e na implementação dos distintos polos industriais implementados.



EDITORA
phillos.
ACADEMY



A NATUREZA
MONOPOLISTA DA
ECONOMIA ALAGOANA

DIREÇÃO EDITORIAL: Willames Frank

DIAGRAMAÇÃO: Willames Frank

DESIGNER DE CAPA: Willames Frank

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Phillos estão sob os direitos da Creative Commons 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2017 Editora PHILLOS

Av. Santa Maria, Parque Oeste, 601.

Goiânia-GO

www.editoraphillos.com

editoraphillos@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S162 p.

FÉLIX, Tatiana Lyra Lima – SANTOS NETO, Artur Bispo dos: A natureza monopolista da economia alagoana [recurso digital] / Tatiana Lyra Lima Félix – Artur Bispo dos Santos Neto – Goiânia-GO: Editora Phillos, 2021.

ISBN: 978-65-88994-49-8

Disponível em: <http://www.editoraphillos.com>

1. Capital 2. Alagoas 3. Privatizações 4. Imperialismo
5. I. Título.

CDD: 330

Índices para catálogo sistemático:

1. Economia 330

Tatiana Lyra Lima Félix
Artur Bispo dos Santos Neto

A NATUREZA
MONOPOLISTA DA
ECONOMIA ALAGOANA

Goiânia-GO | 2021

EDIÇÃO
phillos.
ACADEMY

Direção Editorial

Willames Frank da Silva Nascimento

Comitê Científico Editorial

Dr. Alberto Vivar Flores

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr^a. María Josefina Israel Semino

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

Dr. Arivaldo Sezyshita

Universidade Federal da Paraíba | UFPB (Brasil)

Dr. Dante Ramaglia

Universidad Nacional de Cuyo | UNCUYO (Argentina)

Dr. Francisco Pereira Sousa

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr. Sirio Lopez Velasco

Universidade Federal do Rio Grande | FURG(Brasil)

Dr. Thierno Diop

Université Cheikh Anta Diop de Dakar | (Senegal)

Dr. Pablo Díaz Estevez

Universidad De La República Uruguay | UDELAR (Uruguay)

“O imperialismo não é uma questão de escolha, para uma sociedade capitalista: é seu modo de vida”
(MAGDOFF, 1978, p. 22).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	17
NEOLIBERALISMO, NEOIMPERIALISMO E DESEMPREGO EM ALAGOAS	
CAPÍTULO II	41
A EMPRESA DE SANEAMENTO BÁSICO DE ALAGOAS (CASAL) É ENTREGUE PARA UMA CORPORACÃO TRANSNACIONAL	
CAPÍTULO III	70
A TRANSNACIONALIZAÇÃO DA ANTIGA CEAL E DOS TERMINAIS PORTUÁRIOS DE ALAGOAS	
CAPÍTULO IV	99
MUNDIALIZACÃO DO CAPITAL E CRISE DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA ALAGOANA	
CAPÍTULO V	138
O CAPITAL MONOPOLISTA E A FALÊNCIA DA PRODUÇÃO TÊXTIL DE ALAGOAS	
CONCLUSÃO	155
SOBRE OS AUTORES	161

INTRODUÇÃO

A NATUREZA MONOPOLISTA DA ECONOMIA ALAGOANA constitui-se como uma obra escrita em quatro mãos que versa sobre a particularidade duma economia situada na periferia da periferia do capitalismo, em que as relações de subordinação e dependência se desdobram pelos distintos poros de sua produção de *commodities* para atender aos imperativos do mercado internacional e sua insaciável fome de mais-trabalho ou mais-valia.

A história de Alagoas é perpassada pela concentração de riqueza num polo e pela concentração de miséria do outro. No cenário alagoano é impossível esconder o crescimento do pauperismo e o processo de intensificação das desigualdades sociais, pois a manifestação da pobreza se expressa no cotidiano e na paisagem da capital alagoana e de todos os seus municípios. No entanto, é preciso esclarecer que isso não constitui uma particularidade deste estado, mas um elemento inerente ao sistema do capital.

A concentração da riqueza muito bem configurada na realidade alagoana resulta diretamente do sistema centrado na acumulação de mais-valia e na expansão das taxas de lucro através da intensificação da exploração do trabalho. A inserção do capital na periferia do sistema capitalista aprofunda as contradições entre capital e trabalho, bem como os processos de contradições entre as classes sociais. A concentração de riqueza num polo e a concentração da pobreza do outro consistem no fundamento da produção capitalista.

Isso implica que o desenvolvimento econômico de Alagoas está plenamente conectado à ubiquidade do controle absoluto das relações de trabalho pelo capital endógeno e

exógeno, pela malha complexa que plasma a divisão internacional do trabalho, pela particularidade da forma como o capital financeiro e o industrial se plasmam num cenário regional em que a modernização se forja plenamente conectada ao que subsiste de mais anacrônico do velho capital agrário. O curso da economia alagoana obedece aos imperativos e propósitos da burguesia internacional em pleno conluio com a burguesia agrária endógena, que não passa de correia de transmissão de seus interesses.

No decorrer deste livro, o leitor terá oportunidade de observar como o processo de subordinação da economia alagoana aos imperativos do mercado mundial revela-se tanto na predominância da agroindústria açucareira para exportação quanto no processo de constituição da produção têxtil, nos processos de espoliações decorrentes das privatizações das empresas estatais e na plena entrada em cena de grandes corporações transnacionais no processo de privatização e na implementação dos distintos polos industriais implementados.

A economia alagoana inscreve-se claramente nos marcos de uma economia dominada pelo capital monopolista, na forma de um desenvolvimento desigual e dependente. A preservação dos traços anacrônicos de sua economia decorre da natureza dependente das relações capitalistas constituídas na periferia da periferia do capitalismo brasileiro e latino-americano.

É sempre importante destacar que a introdução das relações capitalistas no território alagoano não brotou do desenvolvimento de relações espontâneas ou naturais; pelo contrário, resultou de um processo brutal de colonização, em que a violência das expropriações caracterizou todo o movimento de acumulação primitiva de capital, que será reciclada na etapa monopolista do imperialismo. Um processo forjado mediante a destruição das comunidades indígenas e de

sua economia de subsistência enquanto condição basilar de uma forma de desenvolvimento econômico centrada na produção agroexportadora, em que a produção de cana-de-açúcar nas zonas da Mata e litorânea combina-se com a produção pecuarista no Agreste e no Sertão.

No cenário nacional, nota-se que o fim do trabalho escravo significou a perda da centralidade econômica da região nordestina na segunda metade do século XIX e a constituição de um exército de força de trabalho excedente que serviu para atender ao processo de industrialização da região Sudeste, especialmente com a crise de 1929 e a emergência da Segunda Guerra Mundial. A passagem do capital mercantil para o capital industrial-financeiro requer a transição da produção canavieira centrada nos engenhos para a produção açucareira modernizada das indústrias instaladas.

A estrutura forjada na etapa histórica da colonização lusitana permanecerá intacta mediante o latifúndio e a monocultura. Por sua vez, a industrialização expressa na produção têxtil reproduz relações análogas ao trabalho escravo mediante o sistema de moradia. A exploração ensejada nas relações de trabalho irradiou-se no cotidiano dos trabalhadores por meio de novos mecanismos coercitivos e persuasivos. As estruturas arcaicas do capital mercantil foram preservadas tanto pela produção agroexportadora quanto pela produção têxtil.

Entre 1920 e 1960, a produção têxtil alagoana deteve uma posição relevante junto com a agroindústria açucareira, entrando em declínio na década de 1970. A crise da produção têxtil será atenuada pelos investimentos estatais que impulsionaram o complexo cloro-químico-álcool em Maceió e Marechal Deodoro, sem deixar de fortalecer a expansão da agroindústria canavieira com o Proálcool (Programa Nacional do Álcool). Nesse contexto, Alagoas se constituiu como

exportador de açúcar demerara, álcool anidro, álcool hidratado, dicloroetano, petróleo, PVC e soda cáustica.

O Polo Cloroquímico, instalado em Marechal Deodoro e no Distrito Industrial Luiz Cavalcante em Maceió, e a Salgema (atual Braskem) no Pontal da Barra alavancaram a industrialização na década de 1970, alterando sua restrita participação no cenário nacional. Num contexto de baixa produtividade industrial, a região metropolitana de Maceió é o principal centro industrial através do desenvolvimento dos setores químico, alimentício, metalúrgico e de plásticos. A cidade chegou a contar com mais de 1.186 estabelecimentos industriais em 1988, não passando de 913 estabelecimentos em 2017, com percentual de crescimento abaixo de Arapiraca (686).

Os investimentos realizados na década de 1970 pela maquinaria estatal visaram contemplar as demandas dos capitalistas e não às necessidades dos trabalhadores, que foram expulsos do campo e constituíram um exército industrial de reserva, a vagar pelas ruas, vielas, logradouros e pontes, a fim de vender sua força de trabalho como mercadoria. Os denominados programas de fomento e beneficiamento aos capitalistas aprofundaram ainda mais a concentração de riqueza e as desigualdades sociais na esfera regional e local, propiciando o inchaço do espaço urbano mediante a favelização, a constituição de loteamentos clandestinos, ocupações desordenadas de espaços insalubres suscetíveis às enchentes, proliferação de mosquitos, multiplicação de doenças contagiosas devidas à precariedade ou à inexistência da rede de saneamento básico.

No contexto de refluxo da produção têxtil, os governos da burguesia tiveram no turismo uma alternativa através da exploração dos recursos naturais. Mediante a exploração das belezas naturais e das atividades culturais e artísticas dos bairros do Pontal e Jaraguá, a burguesia endógena tem se locupletado

com os grandes grupos transnacionais explorando a atividade turística. A dinamização da economia estadual em nada se contrapôs ao complexo açucareiro, haja vista que o mencionado complexo constituiu-se como o principal segmento local com capacidade para participar do butim das comunidades pesqueiras, consubstanciados nos grupos Jatobá (que controla a praia do Guga), Toledo, Carlos Lyra, Othon etc.

Em plena consonância com a dinâmica de acumulação por espoliação, o capital inscreve-se no complexo turístico pela expropriação de terras públicas e devolutas na região da Costa Atlântica e nas orlas lagunares. As comunidades pesqueiras e sua produção artesanal foram duramente atacadas pelos *resorts* (corporações estrangeiras), pelas unidades hoteleiras e pelos condomínios de luxo, que deixam como legado para os trabalhadores (marisqueiras, pescadores, camponeses e trabalhadores rurais) um meio ambiente devastado, quando não destroem as comunidades artesanais de pescadores e marisqueiras, pois com o respaldo da maquinaria estatal conseguem isolar e quebrar os processos de resistência constituídos ao longo das últimas décadas.

No cenário internacional, como observaremos no primeiro capítulo, a recomposição do capital na década de 1980 drenou uma parte substancial da riqueza estadual e nacional para o pagamento dos juros e amortizações dos títulos da dívida pública, o que financiou a modernização das usinas e suas destilarias. A impossibilidade de o Estado continuar cumprindo o papel de fiel financiador da burguesia na periferia da periferia do sistema do capital acelerou a crise da economia alagoana. Somente transnacionais como a Braskem (produção de PVC) e a ZTT (produção de cabos de fibra ótica) conseguiram sobreviver no Polo Cloroquímico de Alagoas (Polo Multifábril José Aprígio Vilela). No entanto, os setores que mais

empregaram foram a administração pública, a prestação de serviços e o comércio de mercadorias.

O primeiro capítulo tem como objetivo situar o desemprego na particularidade histórica do capitalismo contemporâneo sob a dominação neoimperialista e neoliberal no estado brasileiro-alagoano. Antes de adentrar no âmbito regional, buscar-se-á apreender a mundialização do capital no contexto da crise estrutural dos anos 1970, o processo de flexibilização aliado à política neoliberal e à dominação neoimperialista operacionalizada pelo capital transnacional. As consequências advindas desses processos de reestruturação do capital para conter a crise estrutural beiram os limites absolutos do sistema capitalista pelas contradições geradas em seu interior. O desemprego crônico, como um fenômeno vinculado à lógica da acumulação capitalista, está no cerne dessas contradições, uma vez que seu agravamento é intrínseco a sua sede inesgotável por acumulação de capital.

No decorrer do segundo capítulo buscar-se-á apreender a categoria da mercadoria no interior da teoria marxiana, como ponto de inflexão para a compreensão do processo de transformação da água e do serviço de saneamento básico em mercadoria. A partir da crítica marxiana ao sistema do capital, intenta-se desvelar a peculiaridade da privatização da Companhia de Saneamento Básico de Alagoas (Casal) e como esta se plasma enquanto elemento de aprofundamento da dependência econômica da América Latina aos imperativos do sistema financeiro e às diretrizes dos organismos de fomento internacional que têm como premissa essencial expandir os mecanismos de acumulação mediante a espoliação das riquezas hídricas.

No decorrer do terceiro capítulo destacar-se-á como o processo de privatização dos portos e companhias de energia

estatal se inscreve como premissa essencial do novo processo de espoliação e expropriação implementada pelo capital, pela mediação dos governos da burguesia. A partir da exposição da natureza predatória que perpassou a privatização das empresas estatais brasileiras do complexo portuário e energético, busca-se investigar a particularidade do processo de privatização de um dos terminais do porto de Maceió em dezembro de 2020 e da antiga Companhia Energética de Alagoas (Ceal) em dezembro de 2018. O preço determinado de 50 mil reais para cada uma das empresas estatais alagoanas, arrematadas pelas multinacionais Equatorial e TIMAC Agro Indústria e Comércio de Fertilizantes, revela o papel subordinado da maquinaria estatal (Executivo, Judiciário e Legislativo) na implementação das políticas econômicas que interessam ao grande capital transnacional.

No quarto capítulo será analisado o desenvolvimento do complexo açucareiro em Alagoas, considerando sua relação com o mercado mundial e com o processo de mundialização do capital. O referido complexo experimentou uma onda sucessiva de crises no interior das crises cíclicas do capital, para finalmente apresentar-se no contexto da crise estrutural do sistema do capital, intensificada nas últimas décadas, o que aprofundou ainda mais o processo de concentração das usinas no cenário alagoano. Observar-se-á como a crise propiciada pela hipertrofia do capital financeiro intensificou o processo de dependência do complexo açucareiro e levou ao fechamento de diversas unidades da agroindústria. Também será abordado o movimento interno que algumas usinas adotaram para escapar do processo de recuperação judicial.

No decorrer do quinto capítulo será analisada as vicissitudes da produção têxtil alagoana no interior do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, levando em conta que a produção industrial brasileira inscreve-se num contexto de

dependência tecnológica do mercado externo. A partir da concorrência estabelecida entre Delmiro Gouveia e o capital monopolista britânico (companhia *Machine Cotton*), o texto busca apresentar o movimento evolutivo do complexo têxtil alagoano e seu processo de desmonte. Apontar-se-á como a debacle se dá no interior das novas transformações que perpassam o mundo do trabalho na transição do modelo fordista-taylorista para o modelo toyotista, em que a produção centrada na flexibilização e a terceirização proporcionam uma enorme economia para os capitalistas. A falência das fábricas de tecido instaladas em Alagoas resultou muito mais da nova forma do capital monopolista e de seus processos de exploração e espoliação dos trabalhadores do que da ausência de incentivos fiscais e de financiamento estatal. Por fim, observa-se como o fechamento das unidades têxtis resulta no aprofundamento da miséria e do pauperismo da classe trabalhadora, denotando que o sistema do capital não tem nada a oferecer de positivo para os trabalhadores e trabalhadoras.

Maceió, 20 de fevereiro de 2021

Autores

CAPÍTULO I

NEOLIBERALISMO, NEOIMPERIALISMO E DESEMPREGO EM ALAGOAS

O presente artigo tem como objetivo situar os elementos mais decisivos acerca da problemática do desemprego crônico vinculada aos limites absolutos do capital, conforme Mészáros (2002), em sua expansão e acumulação na contemporaneidade. Fundamentado numa compreensão teórica marxista, por meio da pesquisa bibliográfica, o tema objetiva aprofundar as discussões em torno das contradições geradas no interior da acumulação do capital. O cerne da questão a ser discutida é o esgotamento dos problemas estruturais, em particular o desemprego, na órbita contraditória do sistema produtivo que se adensa no contexto do neoliberalismo e da dominação neoimperialista. Este intensifica uma constelação de práticas econômicas, políticas e culturais adotadas pelo imperialismo clássico que tinha como cerne ampliar a capacidade das economias avançadas de extrair lucros das economias atrasadas.

A nova espécie de imperialismo desenvolvido pelos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial será intensificada na década de 1980 com a hipertrofia do capital financeiro e as medidas neoliberais impostas pelos organismos de fomento internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial (WOOD, 2003). A relação assimétrica estabelecida entre a economia dos Estados Unidos e o restante da economia mundial será observada pela posição desempenhada por *Wall Street*, pela força do dólar, pela

situação de suas grandes empresas transnacionais e pela posição-chave ocupada pelas tecnologias mais avançadas e seu poderoso complexo industrial-militar (DUMÉNIL-LÉVY, 2007).

Nos ditames da dominação neoimperialista e neoliberal no mundo e, mais precisamente, na particularidade do estado de Alagoas, o problema do desemprego avança a níveis elevados. Ao lado de inúmeros processos de privatizações de interesses das grandes corporações transnacionais, as economias nacional e regional se encontram afetadas pela intensificação da exploração e da degradação dos recursos naturais e da força de trabalho local.

As consequências das contradições dos processos de expansão e domínio do capital transnacional são desumanizadoras. A tendência sob uma política neoliberal é intensificar os problemas sociais e ambientais, e, ao mesmo tempo, assegurar a hegemonia do capital pela necessidade de perpetuar sua exacerbada sede por acumulação. O sistema sociometabólico do capital possui um caráter destrutivo por natureza. A acumulação capitalista na contemporaneidade torna evidente uma crise estrutural que afeta a totalidade das relações sociais, revelando-se como uma crise de dominação no interior do próprio sistema produtivo (MÉSZÁROS, 2002).

O domínio do capital assumiu um caráter universal na contemporaneidade. Ele se estendeu aos lugares mais distantes e isolados do globo terrestre, ativando seus limites absolutos de controle sociometabólico, conforme Mézszáros (2002). A lógica interna da sociedade contemporânea está alicerçada em três importantes esferas intrinsecamente relacionadas entre si, que movem a sociedade capitalista: trabalho, capital e Estado. Partindo desse entendimento, os problemas gerados no interior da ordem burguesa, como o fenômeno do desemprego, não

podem ser solucionados sem a superação radical dessas três esferas.

O texto a ser apresentado está dividido em duas partes. Num primeiro momento, far-se-á uma reflexão sobre o desemprego crônico como um fator intrínseco às contradições do sistema capitalista em seus limites absolutos diante de uma crise estrutural do capital, da ideologia neoliberal e do domínio neoimperialista. Num segundo momento, esses processos serão contextualizados na particularidade brasileira do estado de Alagoas a partir dos anos 1990, enfocando os imperativos do sistema e as soluções para além dele.

1.1 Neoliberalismo, neoimperialismo e desemprego nos limites absolutos do capital

Atualmente, a humanidade tem experimentado um agravamento dos problemas sociais, econômicos e ideológicos desencadeados por uma crise do capital global, que tem se revelado como uma crise estrutural. Essa crise abrange todas as esferas do sistema do capital como resultado de suas dimensões internas fundamentais: “produção, consumo e circulação, distribuição, realização” (MÉSZÁROS, 2002, p. 798). Como tendência, a ampliação e o fortalecimento dessas dimensões reproduzem os processos de crise, atingindo, de forma extensa e contínua, uma escala de alcance verdadeiramente global.

A crise estrutural frequentemente se revela tanto nos processos internos quanto nas instituições públicas do capital. Em meio a instabilidades socioeconômicas, a alta burguesia tem reverenciado a política neoliberal¹ como uma arma poderosa que

¹ Enquanto expressão da necessidade de encontrar novos mecanismos para deslocar suas contradições, o capital recorreu ao neoliberalismo a partir da década de 1970, o que significou o fim do pacto taylorista-fordista

privilegia a lógica do mercado transnacional. Como uma crise de dominação em geral, a crise estrutural do capital possui um caráter devastador sobre todas as esferas das atividades no conjunto das relações humanas. Esta crise requer “a extração máxima de trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 99). Nesse processo, o desemprego crônico torna-se evidente num cenário contraditório de extrema desigualdade e de explícita disseminação de desumanizações nos limites do capital em sua sede desenfreada por acumulação.

O processo de acumulação e expansão do capital requer um “domínio absoluto sobre todos os seres, mesmo na forma mais desumana, quando estes deixam de se adaptar a seus interesses e a seu impulso para a acumulação” (MESZÁROS, 2002, p. 185). As constantes reestruturações do capital em meio ao desenvolvimento das forças produtivas pela monopolização proporcionaram consequências desumanizadoras que se agravaram na dimensão atual da crise estrutural desse sistema de dominação.

A crise estrutural vigente desde os anos 1970, decorrente dos componentes destrutivos do capital, anuncia tanto a autodestruição para o sistema produtivo quanto para a humanidade. Os limites absolutos do capital são ativados no âmbito da crise estrutural, diferentemente do período em que as crises cíclicas, como resultado das contradições entre consumo

e o esgotamento das políticas que marcaram os anos dourados do capitalismo – o capital desconheceu grandes crises durante as três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. A crise econômica de 1973 inaugura um ciclo histórico de crises sucessivas que marcam, segundo Mézáros, a crise estrutural do sistema do capital. O capital financeiro constituiu-se como sua força motriz. (SANTOS NETO, CANEL, 2020, p. 28).

e produção, não colocavam em risco a expansão e a acumulação do capital.

Atualmente o capital assumiu um caráter universal pela sua capacidade expansiva de adentrar nos lugares mais distantes e isolados do globo terrestre. Esse processo de expansão e domínio atinou seus limites absolutos com a crise estrutural, diversamente dos limites relativos, “que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 175).

Esses limites são considerados absolutos para o sistema do capital porque partem das contradições mais profundas de seu domínio sociometabólico; são limites que possuem consequências desastrosas para a totalidade social em processo de desenvolvimento. Conforme Mézáros (2002), entre os fatores que ativam os limites absolutos do capital, acham-se a particularidade do antagonismo estrutural entre a expansão do capital transnacional e os Estados nacionais e o agravamento do desemprego ao atingir sua dimensão de cronicidade. Tais fatores se incluem no centro de um conjunto de contradições articuladas numa dimensão destrutiva do sistema sociometabólico do capital e, portanto, são insuperáveis nesta forma de sociabilidade.

O antagonismo estrutural que envolve o capital transnacional em expansão e os Estados nacionais beira um processo de irreconciliação insuperável entre “monopólio e competição”, a crescente “socialização do processo de trabalho”, “a apropriação discriminatória e preferencial de seus produtos” e “a divisão internacional de trabalho” (MÉSZÁROS, 2002, p. 222).

Sobre a monopolização e a competição, o estabelecimento e a consolidação das grandes cooperações no século XX, com a função de maximizar os lucros e de acumular capital, foram constituintes do próprio capitalismo monopolista e desencadearam uma série de contradições que, ao longo do desenvolvimento produtivo, não foram neutralizadas, mas intensificadas. Mediante essa expansão imperialista e neoimperialista, a competição pelo domínio de forma mais acirrada entre os interesses antagônicos deslocou as contradições para uma escala de intensidade ainda maior. Em poucas décadas desencadearam-se como resultado as duas grandes guerras mundiais, acompanhadas de inúmeras guerras menores e de um leque de desumanizações sem uma solução sustentável.

A grande expansão imperialista – clássica e na forma do novo imperialismo – reforçou as contradições insolúveis dos antagonismos existentes entre o capital transnacional e os Estados nacionais. As chamadas multinacionais, como corporações transnacionais que não possuem meios de se autossustentar, estabeleceram uma reprodução ampliada das contradições mais profundas do capital, em que cada uma das empresas capitalistas se relaciona com o sistema mundial por meio do Estado-nação, tornando-se dependente dele.

Para Mészáros (2002, p. 227), “a tendência fundamental do desenvolvimento econômico transnacional expansionista e as restrições a ela impostas pelos Estados nacionais historicamente criados” requerem soluções complexas. Tais contradições estão imbricadas às formas antagônicas da reprodução sociometabólica, cujo domínio pelo trabalho e pela sede de explorar circunda a esfera da extração do trabalho excedente, além de elevar as desigualdades com a dominação estrutural do grande capital pelos países de capitalismo avançado sobre as economias periféricas.

As deficiências estruturais do capital impedem a solução de suas próprias contradições num contexto histórico em que os interesses conflitantes do capitalismo monopolista não possuem mecanismos adequados para garantir o seu necessário deslocamento expansionista. O processo de centralização e concentração do capital segue inexorável mediante “uma lei natural baseada na inconsistência dos participantes” (MÉSZÁROS, 2002, p. 242).

No âmbito das contradições que cercam as deficiências estruturais do capital, o desemprego crônico ganha cena na atualidade, atingindo até mesmo os países capitalistas mais avançados. Seu teor de cronicidade surge no período de expansão do capitalismo no pós-guerra, como um fenômeno decorrente da crise estrutural. Para Mézáros (2006, p. 74), esse fenômeno pode afetar “o sistema do capital global não apenas em um dos seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo –, mas em todas as suas dimensões fundamentais”.

Como uma contradição necessária do sistema capitalista que transforma as conquistas de “desenvolvimento, racionalização e modernização” numa carga desenfreada de “subdesenvolvimento crônico”, os desdobramentos da crise estrutural sob as condições de desemprego são percebidos num cenário de disputa por empregos raramente disponíveis. Nessa disputa estão tanto os trabalhadores não qualificados quanto os altamente qualificados.

Essa dinâmica destrutiva do sistema metabólico expansivo do capital expele brutalmente “uma maioria esmagadora de seres humanos do processo de trabalho” (MÉSZÁROS, 2006, p. 32). De forma antagonica e estratégica, a produção avança lançando uma parcela sempre crescente da humanidade ao trabalho supérfluo. Ao manter seu impulso incansável de expansão, o capital segue não se importando se as

consequências serão devastadoras para a humanidade. Em seus limites absolutos, o capital mostra-se incapaz de controlar os reflexos contraditórios gerados no interior de sua ordem.

Projeções emergenciais e catastróficas são criadas na busca de conter o problema do desemprego, que não está mais limitado aos jovens, às mulheres, aos operários, mas se estende a toda a população, incluindo as classes médias. Nesse processo, o sistema se torna incapaz de planejar uma forma sensata de sair de sua irracionalidade destrutiva; a “explosão populacional”² é ignorada ou deturpada pelo capital.

As projeções emergenciais e catastróficas em período de crise estrutural se alinham ao mecanismo neoliberal, confirmando a significância do capital financeiro. Num cenário de elevadas taxas de lucros dos grandes aglomerados financeiros e das grandes corporações empresariais para a liberdade do mercado, “se destrói a rede de proteção social dos trabalhadores e se transforma o desempregado crônico na figura do empreendedor”. Como suporte do grande capital, “a lógica da gestão empresarial e da administração da vida individual se generaliza como se fosse uma empresa” (SANTOS NETO, CANEL, 2020, p. 30). A “flexibilização” e a “desregulamentação” aceleram os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho, tanto nos negócios quanto na política.

Os limites do movimento de recuo do capital, que necessita da permanência do desemprego crônico, estão

² Segundo o autor, ela se caracteriza por ser “uma tendência irresistível de desemprego crônico em todos os países” [...]. É definida por determinações sociais muito precisas – e muito perigosas em suas implicações. O que hoje se chama de “excesso de população” significa, cada vez mais, “trabalho supérfluo” [...]. O atual “excesso” ou “população redundante” refere-se ao “excesso em relação às necessidades”, num sentido muito limitado. (MÉSZÁROS, 2002, p. 320-1).

limitados pelo nível de instabilidade tolerável que acompanham as pressões econômicas e políticas criadas pelo processo inevitável de ajustamento estrutural do capital que se desenrola perigosamente diante de nossos olhos – e que incluem, em lugar de destaque, a tomada de muitos dos ganhos passados do trabalho e o crescimento inexorável do desemprego – ameaçando com a implosão do sistema, não a periferia, mas a região mais avançada. (MÉSZÁROS, 2002, p. 330).

Na Europa Oriental, na União Soviética e na China, a adoção dos ideais da prosperidade do mercado expôs o perigo do capitalismo selvagem e do desemprego massivo, generalizando mundialmente a condição do desemprego crônico como tendência do capital. A “explosão populacional”, sob a forma do desemprego crônico que atinge até os países capitalistas mais avançados, representa um perigo grave para a totalidade do sistema capitalista.

Na verdade, “a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro” (MÉSZÁROS, 2002, p. 341). Com isso, cresce o desemprego aliado a uma empregabilidade cada vez mais passiva; dá-se a intensificação da precarização e a exploração. A importante lei tendencial da equalização descendente da taxa de exploração diferencial³ encontra-se nas

³ De acordo com Mézáros (2006, p. 37), “essa lei de equalização é uma tendência de longo prazo, na medida em que o sistema global do capital é afetado” [...]. Por ora basta salientar que o “capital social total” não deve ser confundido com o “capital nacional total”. Quando este último sofre os efeitos de um enfraquecimento relativo da sua posição no sistema global, tentará inevitavelmente compensar suas perdas com o aumento de sua taxa de exploração específica sobre a força de trabalho sob o seu controle direto – de outro modo, terá sua competitividade novamente enfraquecida na estrutura global do “capital social total”.

raízes contraditórias da defesa da “flexibilidade” emparelhada com a legislação trabalhista, por meio da destrutiva globalização capitalista no período de crise estrutural do capital.

A classe trabalhadora tem experimentado a natureza real das relações capitalistas. A relação de dominação do capital sobre o trabalho tem se mostrado cada vez mais um fenômeno global. O antagonismo entre o capital social global e a totalidade do trabalho sempre foi irreconciliável. Atualmente isso é notório nas circunstâncias socioeconômicas locais, na posição de cada país e no crescimento sócio-histórico mundial. Assim, “a realidade das diferentes taxas de exploração e lucro não altera em nada a própria lei fundamental: a crescente equalização das taxas de exploração diferenciais como a tendência global de desenvolvimento do capital mundial” (MÉSZÁROS, 2006, p. 37).

Portanto, “[...] não pode haver nenhuma saída, senão pela intensificação das taxas específicas de exploração, as quais somente podem conduzir, tanto localmente como em termos globais, a uma explosiva intensificação do antagonismo social fundamental em longo prazo”. Os que defendem uma “integração” da classe trabalhadora num “sistema organizado” do capital que obteve êxito em dominar radicalmente suas contradições sociais, “desesperadamente mal interpretaram o sucesso manipulador das taxas diferenciais de exploração (que prevaleceram na fase histórica relativamente ‘livre de distúrbios’, da reconstrução do pós-guerra) como um remédio estrutural básico” (MÉSZÁROS, 2006, p. 37).

Por essa razão, há um conjunto complexo de interesses distintos entre as classes sociais; as diferentes taxas de exploração são tão inquestionáveis quanto as taxas de lucro. Somente a intensificação das taxas de exploração pode direcionar tanto nacionalmente como em nível global um intenso antagonismo

social em longo prazo. O processo de globalização produz em suas raízes a equalização descendente da taxa de exploração diferencial, atingindo o mundo inteiro. Na realidade, a precarização e a insegurança avançam por toda parte no mundo do trabalho, tornando a situação ainda mais grave.

Nessa direção, seguem as contradições dos limites absolutos do capital a alastrar-se como mancha de óleo. O capital é incapaz de se impor limites. Mesmo que se queira escamotear a sua essência com paliativos inconsistentes, sua lógica não consegue mais dirimir as consequências de seus antagonismos. Os efeitos da crise estrutural sob a ótica neoliberal e neoimperialista confirmam a incompatibilidade do sistema entre a ordem social existente e aquela na qual a humanidade poderá estar no controle de sua atividade essencial.

1.2 O domínio neoimperial e neoliberal em terras alagoanas e as consequentes marcas do desemprego crônico

O capital dissemina a dimensão desumana e bárbara sobre a humanidade. Os limites do capital para solucionar suas próprias contradições concentram-se atualmente na lógica privatizante das empresas estatais em todo o globo. O livre mercado ressurge na mediação entre a intervenção estatal das nações imperialistas e a constituição de políticas neoliberais. Nesses termos, o neoliberalismo é a palavra de ordem do capital no contexto de crise estrutural, uma necessidade da reestruturação do sistema capitalista vinculado à acumulação flexível do capital para o atendimento de suas necessidades econômicas primordiais.

Para assegurar a reprodução social em grande escala, o capital se utiliza do neoliberalismo no atendimento dos interesses de seus representantes. O movimento de ascendência

dos ideais neoliberais conta com a parceria monopolista profundamente articulada aos objetivos do capital financeiro transnacional. O projeto privatista ganha espaço entre os grandes donos do capital para promover a lucratividade e, ao mesmo tempo, intensificar as contradições que permeiam a esfera do trabalho.

No Brasil, projetos de privatizações são fortalecidos atualmente no âmbito das negociações diplomáticas com os organismos internacionais. Nem sempre há convergência entre as negociações em sua burguesia interna. A burguesia brasileira possui uma complexidade peculiar, uma divisão interna entre pequena, média e alta burguesia para contemplar os imperativos profundamente divergentes e contraditórios do mercado interno e externo. Nem sempre cada parcela da burguesia brasileira está em consonância com o imperialismo norte-americano, pois cada uma delas possui suas corporações, associações, institutos e organizações, seja no âmbito industrial, comercial, agrário ou financeiro.

A associação econômica (e política) ao imperialismo e às grandes corporações financeiras estrangeiras depende da parcela burguesa que opera diretamente no mercado internacional. A burguesia brasileira possui corolários distintos de atuação perante as esferas dominadas pelas transnacionais estrangeiras. A indústria de transformação tem sido o campo de maior atuação da burguesia brasileira, seguida do campo associado ao grande capital estrangeiro, ao mercado financeiro, ao mercado de capitais, às empresas prestadoras de serviços, às empresas multinacionais na indústria e no agronegócio, a grandes grupos de *marketing* e comunicação e a grandes universidades privadas. Nesse processo, a associação entre a burguesia brasileira e o capital transnacional alcançou uma posição de destaque na América Latina, “ao representar regionalmente o papel que

desempenham a Alemanha na Europa e a China no Leste asiático” (SANTOS NETO, CANEL, 2020, p. 40).

As empresas transnacionais brasileiras possuem um grande volume de investimentos em várias partes do mundo, inclusive nos EUA. A nação brasileira possui atrativos de riquezas naturais que despertam o interesse das grandes empresas multinacionais. A fim de barrar a presença das multinacionais chinesas, os EUA buscam uma maior intervenção sobre a economia brasileira. O processo de intensificação da crise internacional fez com que o neoimperialismo norte-americano intercedesse nesse processo, na tentativa obstar o crescimento da economia chinesa no Brasil.

A partir de 1990, com o governo Collor, o domínio neoimperialista atrelado às medidas neoliberais acentua a dependência econômica brasileira no mercado transnacional. Os governos posteriores deram continuidade às privatizações e às práticas de concessões, em conformidade com o discurso neoliberal. Tais projetos foram executados pelo governo a fim de drenar a riqueza nacional produzida com o suor da classe trabalhadora para as grandes empresas estrangeiras. Esse processo continua permitindo a espoliação da riqueza produzida pelos trabalhadores pelas corporações e consórcios, que contam com linhas de crédito, subvenção, isenção fiscal, financiamentos e o apoio estatal através dos bancos.

Por meio de parcerias público-privadas (PPPs), o governo tem frequentemente investido na venda de suas estatais para as grandes multinacionais estrangeiras, seja em setores como hidrelétricas e ferrovias, seja na transposição do rio São Francisco ou na privatização de portos e aeroportos. Junto às ações governamentais de cunho neoliberal, nota-se o discurso falacioso de uma supervalorização do setor privado em relação ao público. Afirmar que o serviço público não tem a mesma

eficiência que o setor privado significa rebaixar as conquistas das lutas dos trabalhadores adquiridas a partir da Constituição Federal de 1988. Na verdade, o setor privado somente se apropria do setor público quando há lucratividade e quando é possível parasitar os cofres públicos e os recursos conquistados pela classe trabalhadora.

Com esse intuito, o domínio neoimperialista firma-se nos preceitos do neoliberalismo para escoar as riquezas estatais nacionais aos grandes centros do capital. O governo Bolsonaro, a partir de 2019, confirmou sua posição no campo da extrema direita, visando ao atendimento dos interesses lucrativos das grandes multinacionais do capital financeiro. As movimentações das importações para o mercado internacional reverenciam a lógica da privatização e das concessões de setores públicos para o controle das cargas mais lucrativas.

Em Alagoas, o processo de privatização também subordina o estado à implementação de políticas econômicas de interesse do grande capital. O espólio e o saque público expostos nas vendas das estatais aos grandes donos do capital financeiro intensificam a exploração e a degradação da força de trabalho. O aprofundamento das privatizações dos órgãos públicos agrava os problemas sociais e ambientais, a exemplo do terminal do porto de Maceió, leiloado por R\$ 50 mil recentemente à multinacional francesa TIMAC Agro Indústria e Comércio de Fertilizantes. Em 18 de dezembro de 2020, o governo entregou “o terminal de granéis líquidos do Porto de Maceió, que completou oitenta anos de funcionamento. O leilão foi realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, na bolsa de valores de São Paulo, como parte do programa de privatização do governo Bolsonaro”. Além disso, “a atual estrutura do porto também será privatizada em outros três leilões. O MAC 13, que opera o açúcar e inclui os galpões de

armazenamento, está em na fase de acórdão com o Tribunal de Contas da União e terá seu edital publicado ainda no primeiro semestre de 2021. Para os demais, MAC 11 e MAC 12, a previsão é o segundo semestre” (CANAONLINE, 2020). Essas privatizações favorecem a drenagem dos lucros para as grandes multinacionais, e os problemas sociais e ambientais tornam-se permanentes nos quadros nacionais onde são drenados os recursos naturais.

Entre os problemas estruturais que beiram os limites absolutos do capital sob o domínio neoimperialista e neoliberal, o desemprego crônico é um fator preponderante ao lado da acumulação flexível. Nos espaços privatizados, a flexibilização eleva a exploração, e a precarização se adensa na informalidade pela terceirização. Entre essas contradições, o desemprego no Brasil avança alicerçado nos programas de ajustes macroeconômicos de corte neoliberal, mediante uma desregulamentação do mercado de trabalho que se dá desde a década de 1990. Segundo Pochmann (2008), entre 1980 e 2000, a população em idade para o trabalho em situação de desemprego variou de 2,8% para 15%, e o desassalariamento pela contenção dos empregos com registro passou de 49,2% para 36,3%.

O cenário de desemprego no Brasil vem aumentando em conformidade com as medidas neoliberais dos governos que sucederam o de Fernando Collor. Em meio à tendência crescente do domínio neoimperial e neoliberal sobre os países periféricos, os investimentos passam a estreitar as condições de trabalho pela via da precarização e da flexibilização do capital. O cenário se apresenta recheado de contradições sob as marcas históricas da concentração de riqueza extraída, seja pela exploração do trabalho escravo, seja pelo assalariamento. A metamorfose do capital brasileiro representa, tanto nos seus

aspectos internos como externos, “o aprimoramento do seu processo de reprodução mediante a subordinação da força de trabalho aos imperativos de controle do grande capital” (SANTOS NETO, 2015, p. 19).

O processo de colonização do Brasil foi um elemento importante para a lógica expansionista do capital. Esse movimento possibilitou que a produção brasileira fosse fonte de acúmulo de riqueza por parte da metrópole. Para Santos Neto (2015, p. 34), na particularidade histórica do capitalismo primitivo no país, houve “uma articulação inexorável entre a produção brasileira e os interesses dos capitalistas europeus”. Tal articulação já demonstrava que a produção mercantil brasileira servia ao mercado internacional. Desse modo, o crescimento das relações de produção no Brasil se efetivou mediante a exploração e a pilhagem da riqueza para a metrópole. A figura do mercador e a expansão marítima fortaleceram o poder transnacional entre o século XVI e o XVIII.

Para Mazzeo (2015, p. 81):

Historicamente débil e, em última instância, subsumida aos desígnios do monopólio metropolitano, a burguesia brasileira esteve direcionada às composições e acordos com os burgueses reinóis, colocando, assim, as fronteiras da convivência pacífica nos limites da garantia da produção escravista e do tráfico de negros – o suprimento fundamental de mão de obra para as lavouras monocultoras.

O caráter global do modo vigente tem nas desigualdades cada vez mais acentuadas “a lubrificação de suas engrenagens” (MACHADO; LIMA, 2016, p. 88). O capitalismo expande e potencializa a sua sede por acumulação, impondo reestruturações e sofrendo crises para avançar a mundialização. No cenário nordestino brasileiro, o desenvolvimento do

capitalismo é travado por conflitos entre os grandes empreendedores do agronegócio e os camponeses. Os grandes empreendedores do agronegócio se apropriaram da terra dos camponeses e expandiram a acumulação de capital por meio da exploração agrária. Esse desenvolvimento no Nordeste brasileiro possui o legado de uma economia agroexportadora, com ênfase na dependência econômica dos países centrais.

Em Alagoas, os desdobramentos econômicos, sociais e ambientais são condicionados pela hegemonia da produção sucroalcooleira. Desde o período colonial, a burguesia agrária alagoana exerce domínio sobre as atividades econômicas e gerenciais do Estado para beneficiar os interesses do capitalismo mundial. Isso evidencia uma contínua dependência em relação aos países centrais, na medida em que se consolida, numa sequência histórica, o crescimento econômico e político da burguesia brasileira.

Conforme Machado e Lima (2016, p. 167):

O capital industrial alagoano surge como uma síntese das contradições do capital agroexportador e seus limites produtivos. Essa é uma situação característica do capitalismo alagoano, que se desenvolve de forma conservadora em relação a sua estrutura primitiva, reagindo contra qualquer reforma ou elemento que surja ameaçando sua hegemonia. Esse capitalismo, de forma geral, tem a função de auxiliar na reposição do capital em sua totalidade, ou seja, no capitalismo mundial e nacional.

A burguesia agrária alagoana junto ao Estado burguês vem atuando continuamente no reforço do conservadorismo, dada a sua dependência ideológica, política e econômica do capitalismo transnacional. O capital comercial e agrário se apropria do capital industrial e financeiro, “desencadeando uma

reestruturação da antiga produção, mas mantendo suas características essenciais, inclusive o caráter conservador da burguesia que respondia por esse capital” (MACHADO; LIMA, 2016, p. 167).

Essa dependência aos países centrais do capitalismo é percebida não só no Brasil, mas também nas economias dependentes e periféricas. Trata-se de um legado herdado da colonização, cujas marcas soam como um avanço das contradições que perpassam os limites absolutos do capital. Segundo Coggiola (2013, p. 70), “desemprego e subemprego urbanos, no Brasil, foram a característica histórica de sua trajetória econômica, celebrada nas favelas e na ‘marginalidade social’ (da qual toda a cultura popular brasileira é testemunha). A fome agrária e urbana foram uma constante da trajetória do país”.

Em Alagoas, o acúmulo de riqueza destinado à agroexportação, garantido pela implantação industrial centrada no Polo Cloroquímico, acompanha a tendência da modernização nos marcos da dependência, análoga à transformação do engenho em usina. Os traços de continuidade desvelam-se na unidade entre modernidade e dependência, na indústria moderna com a exportação de produtos primários, e na integração financeira com o capital agrário exportador, hoje assumindo a forma das grandes multinacionais que escoam as riquezas nacionais em prol da ambição lucrativa para longe de nossas terras.

Grande parte da população alagoana padece dos ditames da desigualdade inerente ao capitalismo monopolista. À medida que avançam as contradições dos processos de crise estrutural do capital, aliados ao domínio neoimperial e neoliberal, Alagoas, representando “1,78% da região Nordeste e 0,32% do Brasil, um dos menores estados do país” (GONÇALVES, 2016, p. 89), não

fica de fora das condições do desemprego crônico com as quais o mundo tem sido afetado.

Atualmente, em meio às medidas de isolamento social para o controle da pandemia do Covid-19⁴, segundo dados do IBGE, há um agravamento dos problemas da disponibilidade de oferta no mercado de trabalho. Não há uma estabilidade, mas um elevado patamar nas estatísticas que acentuam as graves incidências do desemprego crônico no estado alagoano. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo IBGE, demonstra que “a taxa de desocupação em Alagoas chegou a 20% no terceiro trimestre de 2020 (meses de julho, agosto e setembro). A alta foi de 2,2 pontos percentuais na comparação com o trimestre anterior (17,8%) e de 4,6 pontos percentuais em relação ao terceiro trimestre de 2019 (15,4%)”. Essa é a maior taxa registrada para o estado na série histórica do IBGE iniciada desde 2012, o que corresponde a 222 mil desempregados. Ou seja, 25 mil pessoas a mais entraram na fila em busca de um trabalho no estado (G1, 2020).

Em comparação ao Brasil e ao Nordeste, o estado de Alagoas tem a terceira taxa mais alta de desocupação e fica atrás somente de Sergipe, com 20,3%, e da Bahia, com 20,7%. A média nacional é de 14,6%. O aumento na taxa de desemprego,

⁴ Segundo Santos Neto e Fernandes (2020, p. 15), a partir de 2020, o problema sanitário desencadeado pela pandemia do Sars-CoV-2 reforça “os limites estruturais do sistema capitalista e a impossibilidade de colocar a vida humana acima dos imperativos centrados na necessidade de ampliação e de expansão das taxas de lucro”. Os limites do Estado e das instituições democráticas burguesas interceptam “o movimento ascendente das taxas de destruição da natureza, de focos de queimadas, de irradiação de crimes ambientais, de destruição da força de trabalho, de ampliação do desemprego, do crescimento da precarização pela mediação dos trabalhadores de aplicativos, pelo pauperismo das massas trabalhadoras”.

em meio ao isolamento social para o controle da pandemia de Covid-19, reforçou a pressão sobre o mercado de trabalho no terceiro trimestre. O contingente de ocupados caiu 1,4% na comparação com o segundo trimestre – um total de 892 mil pessoas empregadas, o menor patamar da série histórica iniciada em 2012, que foi de 33,7%, na época o menor da série.

Em 2014, registrou-se um nível de ocupação mais alto em Alagoas, de 46,3% no quarto trimestre desse mesmo ano. Em contrapartida, desde o primeiro trimestre de 2017 este índice aparece abaixo dos 40%, atingindo atualmente o seu menor valor. Com base na posição de empregado, empregador, conta própria e trabalhador familiar auxiliar, a pesquisa aponta que “só não houve queda na posição trabalhador familiar auxiliar, que cresceu 9,7% em relação ao trimestre anterior. A maior queda foi registrada na posição empregador, com 7 mil pessoas a menos que nos três meses anteriores, uma diminuição de 31,8%” (G1, 2020).

Alagoas também apresentou o menor volume em toda a série histórica da pesquisa, com relação aos empregados com carteira de trabalho assinada. Nota-se que 892 mil pessoas (13 mil a menos que no período de abril a junho de 2020) possuíam registro ativo na carteira de trabalho. A pesquisa também registrou, no setor privado, uma alta de 4%, o que significa algo em torno de 10 mil pessoas a mais ante o estimado no trimestre anterior. Há uma redução de pessoas com carteira assinada entre os trabalhadores domésticos (menos 10%) e entre os trabalhadores do setor público (menos 27,3%), quando em comparação com o segundo trimestre de 2020.

Quanto à informalidade, a pesquisa aponta que houve uma redução de 44,8% no trimestre encerrado em setembro em relação ao trimestre anterior, cujo percentual foi de 46,4%. Isso equivale a 399 mil pessoas sem carteira assinada, seja nos

empregados do setor privado ou trabalhadores domésticos, seja nas pessoas sem CNPJ, no caso de empregadores ou empregados por conta própria ou trabalhadores sem remuneração. Cabe acrescentar que houve uma alta no trimestre anterior apenas nas atividades da indústria geral, um aumento de 16,4%, o que representa 10 mil pessoas a mais trabalhando no setor. Assim como nas atividades da construção, cuja alta foi de 6,9%, com mais 5 mil trabalhadores.

Essas oscilações que os dados acima apontam denotam uma contradição intrínseca aos limites absolutos do capital. O avanço desordenado das privatizações no estado, entre outros projetos que interceptam a esfera neoimperial do capital, reforça um nível de exploração cada vez mais acentuado sobre a classe trabalhadora. As gotas de suor da classe trabalhadora confirmam a essência de um sistema degradante, que conduz ao rebaixamento da dignidade do ser humano.

Em Alagoas, a configuração econômica preserva o desemprego crônico no interior dos limites absolutos do capital sob crises de magnitude estrutural e, portanto, sem soluções no horizonte capitalista. O mercado de trabalho é vulnerável às crises econômicas, o desemprego aumenta quando a turbulência da crise mundial afeta a economia no estado. A política neoliberal avança junto ao domínio neoimperial do capital, deixando suas marcas sobre o pauperismo das massas, a degradação do meio ambiente e o avanço da barbárie em meio a uma acumulação de riquezas sem precedentes.

A centralização e a concentração de capitais sob o domínio neoimperial e neoliberal intensificam as contradições geridas nos limites absolutos do capital. Como parte constitutiva da essência do modo de produção capitalista, no âmago de sua lei geral de acumulação, os problemas de ordem estrutural avançam sem solução no horizonte burguês. Não há reconciliação entre os

antagonismos do sistema na estrutura do capital e o modo de ser das estruturas mundiais sob o seu domínio.

O desemprego crônico é consequência do agravamento das contradições presentes no interior da estrutura do capital. As relações de poder no capitalismo que permeiam a sua estrutura mundial na atualidade atingem de forma degradante todas as esferas da vida. Para resolver o problema, é preciso ultrapassar os limites do sistema vigente pela via revolucionária. A luta da classe trabalhadora pela emancipação humana em plena sintonia com o projeto socialista de Marx torna-se o alvo a ser alcançado.

Referências

CANAONLINE. *Único terminal para estocar açúcar no Porto de Maceió será leiloado*. Disponível em:

<http://www.canaonline.com.br/conteudo/unico-terminal-para-estocar-acucar-no-porto-de-maceio-sera-leiloado.html>

Acesso em: 23 de dez. de 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. Programas Sociais Compensatórios: experiência brasileira. In: *Revista Praia Vermelha*, n. 1, v. 23, p. 01-320, Rio de Janeiro, jan/jun, 2013.

DUMÉNIL, Gérard, LÉVEY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007. Endereço eletrônico:

file:///D:/Downloads/Neoliberalismo_neo-imperialismo.pdf

Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

FÉLIX, Tatiana Lyra Lima. Capitalismo Tardio na Dinâmica Histórico-conjuntural Brasileira. In: *Expressões da Questão Social em Alagoas*: estudos de aspectos sociais históricos e econômicos.

COSTA, Gilmaisa. PIMENTEL, Edlene. (Orgs). Maceió: Edufal, 2020.

_____. LIMA, Laura. O Processo Sócio histórico de Constituição da Pobreza em Alagoas: a complexificação no contexto de crise estrutural. In: *Expressões da Questão Social em Alagoas: estudos de aspectos sociais históricos e econômicos*. COSTA, Gilmaisa. PIMENTEL, Edlene. (Orgs). Maceió: Edufal, 2020.

G1. *Alagoas fecha 3º trimestre com taxa recorde de desempregados, aponta IBGE*. Disponível em:

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/11/27/alagoas-fecha-3o-trimestre-com-taxa-recorde-de-desempregados.ghtml>. Acesso em: 27 de nov. de 2020.

GONÇALVES, Japson. Um velho mercado de trabalho para um novo semiárido: Alagoas em perspectiva. In: *“Questão Social” em Alagoas: expressões da sociabilidade erguida sob o comando do capital*. SOUZA, Diego. GONÇALVES, Japson. ALCÂNTARA, Norma. FREIRE, Silene. (Orgs). Maceió: Edufal, 2016.

MACHADO, Fabiano Duarte. LIMA, Matheus Carlos Oliveira de Lima. (Orgs). *História econômica de Alagoas: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência*. Maceió: Edufal, 2016.

MAZZEO, Antônio Carlos. *Burguesia e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

MÉSZÁROS, Istvan. *O Século XXI: socialismo ou barbárie*. Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora da Unicamp/Boitempo Editorial, maio de 2002.

PIMENTEL, Edlene. A Crise Estrutural do Capital e a Contradição entre Capital Transnacional e os Estados Nacionais. In: *Crise Contemporânea, Desafios do Conhecimento e Lutas Sociais*. COSTA, Gilmaisa. PIMENTEL, Edlene. ALCÂNTARA, Norma. SOUZA, Reivan. (Orgs). Maceió: Edufal, 2017.

POCHMANN, Márcio. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. *Capital e Trabalho na Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

_____. FERNANDES Elaine. (Orgs). *Coronavírus e a crise do capital: impactos aos trabalhadores e a natureza*. Goiânia: Ed. Phillos Academy, 2020.

_____. CANEL, José Jânio Camelo. Neoliberalismo, Neofascismo e Pandemia. In: *Coronavírus e a crise do capital: impactos aos trabalhadores e a natureza*. SANTOS NETO, Artur Bispo dos. FERNANDES, Elaine. (Orgs). Goiânia: Ed. Phillos Academy, 2020.

WOOD, Ellen. Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar. São Paulo: *Revista Crítica Marxista*, n.19, 2004.

CAPÍTULO II

A EMPRESA DE SANEAMENTO BÁSICO DE ALAGOAS (CASAL) É ENTREGUE PARA UMA CORPORACÃO TRANSNACIONAL

A água configura-se como um elemento fundamental para a emergência da vida no planeta Terra. Sem água inexistiria qualquer espécie de ser orgânico, por ser imprescindível à reprodução orgânica do ser social. Não à toa o filósofo Tales de Mileto afirmou que a água era o princípio fundante de todas as coisas, pois ela estava contida em todas as coisas e em todas as coisas estava contida a água⁵. De forma análoga ao trabalho concreto, a água se plasma como uma categoria decisiva para os seres humanos; ela transcende sua forma fenomênica e particular, revelando sua substancialidade universal. A água está presente em todas as coisas e constitui-se como princípio inexorável de reprodução da existência da vida orgânica e da vida dos seres humanos.

⁵ A água como princípio universal é explicado por Georg W. F. Hegel (1973, p. 15) nos termos: “A proposição de Tales de que a água é o absoluto ou, como dizia os antigos, o princípio, é filosófica; com ela, a Filosofia começa, porque através dela chega à consciência de que o um é a essência, o verdadeiro, o único que é em si e por si. Começa aqui um distanciar-se daquilo que é em nossa percepção sensível; um afastar-se deste ente imediato – um recuar diante dele. [...] Este universal está, ao mesmo tempo, em relação com o singular, com a aparição, com a existência do mundo. [...]. Vê-se certamente que a água é um elemento, um momento do geral, uma força física universal; mas outra coisa é que a água seja uma existência singular como todas as outras coisas naturais”.

Isso implica que a água, a terra e os seres humanos não vieram ao mundo para ser objetos de troca e servir como mercadoria, uma vez que não possuem em sua substância corpórea qualquer átomo imanente de subordinação teleológica aos preceitos inexoráveis dos capitalistas por mais lucro, como sinônimo da mais-valia apropriada do trabalhador. A água tem valor de uso em si mesma, assim como a terra, o ar e os bens naturais, pois independe da intervenção consciente dos homens para poder emergir. No entanto, numa determinada forma de sociabilidade, todas as coisas são transformadas em mercadoria, e a água doce acaba sendo enredada nas malhas do capital.

No decorrer deste artigo pretende-se investigar o processo de privatização da maior empresa estatal de Alagoas no tocante à mercantilização da água doce e saneamento básico na América Latina e como seu processo de privatização se inscreve no aprofundamento da dependência da periferia do capitalismo aos imperativos das grandes corporações transnacionais. A aquisição da Casal (Companhia de Saneamento de Alagoas), em setembro de 2020, pela multinacional canadense BRK Ambiental Participações S.A., representa a ampliação da entrega das riquezas naturais da América Latina ao capital estrangeiro em conluio com o “capital nacional”, resultando na intensificação das taxas de espoliação de suas riquezas hídricas e no aumento da exploração da força de trabalho dos sujeitos destituídos dos meios de produção e meios de subsistência.

2.1 A transformação da água em mercadoria

Após existir nos intermúndios dos modos de produção precedentes, buscando tirar proveito de relações de produção que não controlava diretamente e mediando extremos que fugiam a seu completo controle, o capital ergueu-se como força

avassaladora capaz de submeter tudo a seus preceitos. Desta forma, o capital operou ontologicamente suas metamorfoses de capital usuário, mercantil ou comercial para capital industrial e financeiro. Após adotar as formas pretéritas de organização da produção, ele ganhou fórum próprio e emergiu como força avassaladora, consubstanciando tudo na fantasmagórica forma da mercadoria.

O poder do capital sobre os seres humanos e a transformação dos seres humanos em apêndices de seus interesses não nasceram imediatamente de um tiro de pistola, mas careceram de mediações complexas para forjar-se lentamente no processo de acumulação primitiva de capitais que assegurou a industrialização das economias colonizadoras e a constituição do mais poderoso mecanismo de apropriação de mais-valia forjada na história da humanidade.

O saque e a pilhagem de riqueza dos povos colonizados e conquistados mediante mecanismos coercitivos possibilitou que o capital passasse da subordinação formal à subordinação real da força de trabalho mediante um desenvolvimento desigual e combinado. O desenvolvimento das economias colonizadoras inscreveu-se sob o entrave das forças produtivas nas nações colonizadas.

O controle do trabalho pelo capital, efetivado pela Revolução Industrial, possibilitou à teoria marxiana desvendar as categorias econômicas decisivas que regem a sociedade capitalista. Este movimento elucidativo encontrou seu ponto áureo em *O capital, opus magnum* publicado pela primeira vez em 1867, em que Karl Marx desvela a anatomia do modo de produção capitalista pela decodificação do fetichismo da mercadoria, do fetichismo da técnica, do fetichismo do dinheiro e do fetichismo do capital (mercantil, industrial e financeiro/fictício).

Marx (2013, p. 97) começa sua obra fundamental, *O capital*, afirmando que “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias”. A riqueza na sociedade capitalista ganha fórum privilegiado na forma da mercadoria, porque esta se configura como a espécie mais plástica de manifestação da riqueza, transcendendo as formas precedentes, como a terra, a quantidade de escravos e servos etc.

A elucidação da natureza duplicada do trabalho que sustenta o mundo da mercadoria evidencia que subsiste uma forma de trabalho que se plasma como espécie de necessidade eterna dos homens, e outra forma específica de trabalho que serve de base ao modo de produção capitalista. O trabalho abstrato ou o tempo de trabalho socialmente necessário enquanto fundamento da relação de troca entre as mercadorias é a essência da teoria do valor. O trabalho abstrato oblitera literalmente as qualidades particulares desenvolvidas pelos trabalhadores.

Escreve Marx (2013, p. 98-99): “Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato”. O trabalho concreto desaparece no interior do trabalho abstrato, existindo somente vestígios do trabalho concreto realizado pelos trabalhadores. Portanto, “é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor” (MARX, 2013, p. 100). É o tempo de trabalho cristalizado como aquilo que determina seu valor e permite a relação social de troca entre coisas essencialmente distintas.

O movimento duplicado da mercadoria revela-se na relação dialética estabelecida entre valor de uso e valor de troca, em que o primeiro se constitui como uma substância corpórea e material, enquanto o segundo consiste em algo abstrato, pois resulta de uma determinada relação social de produção. Daí nunca se encontrar a essência do valor de troca (MARX, 2013).

O avanço na elucidação da investigação marxiana da relação mercantil entre valor relativo e valor equivalente das mercadorias demonstra que o valor (valor de troca) é o elemento essencial, e o valor de uso, o elemento inessencial. A mercadoria como equivalente universal oblitera o fundamento da relação cujo núcleo central estaria consubstanciado no trabalho concreto e não no fetichismo do dinheiro. Antes mesmo de aparecer encarnado no fetichismo do dinheiro, enquanto equivalente universal, o fetichismo da mercadoria comparece na forma equivalente do valor, pois ela crescentemente obnubila o fundamento da relação de determinação do valor forjada pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Desse modo, a troca deixa de ser uma mera mediação entre mercadorias distintas para configurar-se como o elemento primordial da relação das mercadorias, em que todas anseiam para se converter na forma mercadoria-dinheiro.

A produção de coisas como mercadorias implica a produção visando diretamente à troca e não para atender às necessidades de seus produtores. Anota Marx (2013, p. 101): “Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso”. As coisas, para se consubstanciarem em mercadoria, precisam não somente ser úteis, mas ser suportes de valor; para isso, resultam de uma relação social assentada no trabalho abstrato.

Marx (2013, p. 129) salienta que a mercadoria é cínica por sua própria natureza, pois deseja sempre trocar de alma, pele e corpo com outra mercadoria; anseia sempre realizar o movimento de exteriorização e lançar-se na direção da outra. Todas as mercadorias desejam trocar de pele com a mercadoria-dinheiro. O produtor de mercadorias leva sua mercadoria ao mercado porque ela não tem valor de uso para ele, mas somente para o outro. Assim, todas as mercadorias “são não-valores-de-uso para seus possuidores e valores-de-uso para seus não-possuidores” (MARX, 2013, p. 129).

A necessidade de converter-se no cristal monetário faz com que as distintas mercadorias não encontrem paz enquanto não experimentarem a metamorfose da mercadoria-dinheiro. Cada metamorfose do trabalho abstrato em mercadoria se constitui também na necessidade da metamorfose da mercadoria em dinheiro e do dinheiro em capital.

Na investigação da particularidade da natureza duplicada da mercadoria como valor de uso e valor de troca, Marx (2013) observa ainda que o trabalho determina o valor das coisas, mas o trabalho não é valor. E ainda, que existem coisas que comportam valor de uso e não exprimem valor de troca, pois não decorrem de qualquer espécie de trabalho humano. Nesta situação figurava, na época de Marx, a água, assim como o ar e as florestas virgens. Escreve Marx (2013, p. 100-101, grifos nosso):

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. **Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc.** Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria,

ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social.

Nota-se que existem coisas na natureza que têm valor de uso para os seres humanos e não têm valor de troca porque não possuem nenhum *quantum* de trabalho em seu interior. Além disso, há coisas que possuem valor de uso e não têm valor de troca porque não derivam de relações de produção assentadas na produção de mercadorias. As relações de produção e os modos de produção que precederam o capitalismo e a hegemonia do capital sobre os seres humanos não estavam organizadas para produzir valor de troca; as coisas tinham somente valor de uso, ou seja, eram produzidas para atender às necessidades diretas de seus produtores, existindo as trocas somente episodicamente nas fronteiras dessas sociedades com outras sociedades.

O valor de uso é elemento essencial do trabalho concreto, enquanto o trabalho abstrato não passa de um acessório para a produção do valor de troca. No entanto, existem coisas que têm utilidade sem portar em seu interior a presença de qualquer modalidade de trabalho, seja trabalho concreto (relação do homem com a natureza) ou trabalho abstrato (forma de produção capitalista).

No processo de constituição do ser social, a terra e a água preexistem de maneira independente da vontade humana, pois a natureza independe da presença humana e torna-se base essencial do trabalho. Este encontra na natureza os elementos fundamentais para a produção de matéria-prima. As coisas existentes em seu estado natural possuem utilidade sem se constituírem como produto do trabalho humano e muito menos valor de troca, como é caso da água doce. Escreve Marx (2013, p. 188):

Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes. Assim é o peixe, quando pescado e separado da água, seu elemento vital, ou a madeira que se derruba na floresta virgem, ou o minério arrancado de seus veios. [...] Toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho.

A água potável em si possui uma utilidade essencial à reprodução da vida e dos seres humanos sem conter nenhuma quantidade de trabalho. No entanto, o desenvolvimento das relações sociais requer o afastamento das barreiras naturais e a ampliação das necessidades humanas e, conseqüentemente, a necessidade de a água ser deslocada de suas reservas e fontes naturais para chegar até os seres humanos. Daí a construção de represas, açudes e diques, sistemas de canalização, drenagem e tratamento da água potável. Embora a água doce independa da vontade humana para subsistir, o desenvolvimento das relações sociais e das relações de produção demanda certa racionalidade para que os mananciais de água sejam preservados e suas reservas não se esgotem.

A constituição das distintas vias de acesso do homem à água implica a presença de trabalho humano, logo a água deixa de ser um simples valor de uso dado pela natureza inerte para carecer também da mediação do trabalho humano. Serve não somente para o consumo humano, mas também como matéria-prima para o desenvolvimento e funcionamento dos meios de produção, a exemplo de engenhos, indústrias, hidroelétricas etc. Na sociedade capitalista, a presença do trabalho abstrato em qualquer coisa faz dela portadora de um valor e,

consequentemente, sujeita à troca e à sua transformação em mercadoria-dinheiro.

A constituição de múltiplos mecanismos de acesso à água potável para o consumo humano e para servir como matéria-prima da manufatura ou agricultura não se forjou como criação específica do modo de produção capitalista. As distintas sociedades asiáticas ou tributárias operaram processos complexos de beneficiamento da água, sistemas hidráulicos, sistemas de irrigação, canalização, drenagem etc. para atender às necessidades humanas na condição exclusiva de valor de uso. As redes de saneamento e a canalização de água precederam o modo de produção capitalista e existiram nas sociedades da América Latina (incas, astecas, maias, olmecas, toltecas etc.) antes da chegada dos colonizadores europeus, sendo completamente desmanteladas pela ação do capital.

A particularidade do modo de produção capitalista consiste na transformação da água em mercadoria. As vicissitudes do desenvolvimento da produção capitalista ensejam a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas, o que exige a constituição de um sistema em que a água doce acaba sendo despertada de sua natureza em si para atender aos interesses do mercado. Assim, o capital lança mão das forças adormecidas na natureza e aproveita a capacidade hidráulica para fazer um moinho de água para a instalação de um engenho ou para a construção de uma hidroelétrica que produz energia não somente na perspectiva de assegurar o funcionamento de suas caldeiras, turbinas, motores, máquinas, instrumentos e utensílios, mas prioritariamente visa à produção do lucro.

Como um moinho e uma hidroelétrica presumem o trabalho abstrato, a água nas mãos dos capitalistas passa a possuir tanto valor de uso quanto valor de troca. Mesmo que isso seja realizado pela mediação do Estado e não diretamente

por um capitalista como o Barão de Mauá ou Delmiro Gouveia, pois as taxas cobradas pelos recursos hídricos oferecidos são determinadas pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

A constituição da sociedade de classes implica sempre a necessidade de apropriação do excedente produzido pelos trabalhadores. No modo de produção asiático existente na América Latina antes da chegada dos colonizadores, o Estado constituía grandes sistemas de irrigação, sistemas de drenagem, canalização de água potável, construção de pontes e estradas com o excedente apropriado dos camponeses. Uma parte do excedente apropriado na forma de tributos retornava aos camponeses na forma de serviços à comunidade. A guerra ao modo de produção comunal e ao modo de produção asiático ou tributário existente na América Latina foi um pressuposto essencial da colonização capitalista. Neste processo, a terra paulatinamente se transformou em mercadoria e a água num elemento fundamental para elevar seu valor de troca.

O valor da terra, como as demais mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, pelos investimentos realizados pela mediação do trabalho abstrato e pela capacidade produtiva da terra segundo os preceitos capitalistas. A existência de água doce num solo, por exemplo, denota que este tem maior potencialidade produtiva do que um pedaço de solo destituído do precioso elemento. Marx demonstra isso de forma detalhada no livro terceiro de *O capital*, quando trata da renda da terra e das distinções existentes entre renda da terra, renda diferencial I e II, renda absoluta e renda de monopólio.

A renda da terra, enquanto parte da mais-valia apropriada pela burguesia agrária e repassada para o proprietário da terra (arrendatário), é o resultado da diferença estabelecida da mesma quantidade de capital e trabalho empregado numa

mesma quantidade de terra. A existência de água numa determinada terra bem como seu nível de fertilidade, localização e distribuição a tornam mais rentável para o capitalista do que uma terra destituída desses elementos adicionais.

A existência de uma queda d'água num terreno torna-o mais valorizado porque permite um lucro extraordinário à proporção que permite a instalação de um moinho e a utilização de sua força hidráulica, poupando força de trabalho. Permite assim a redução dos custos de produção e possibilita o sobrelucro ao seu proprietário. Embora a queda d'água não resulte do trabalho humano, ela torna o trabalho humano mais produtivo; da mesma forma, a terra fértil não é produto do trabalho, mas torna o trabalho na terra mais produtivo, barateando os custos de produção. Embora a queda d'água não produza mais-valia, ela possibilita que o proprietário da terra atraia o sobrelucro para o seu bolso (MARX, 1984, p. 146). Quanto menor for o preço geral do solo, menor será sua capacidade produtiva; quanto maior for o valor do solo, maior será sua capacidade ou potencialidade produtiva. O proprietário de melhores terras pode auferir maior renda da terra e maior taxa de lucro. Para os capitalistas não basta apropriar-se das terras existentes, é preciso constituir as condições adequadas para auferir uma maior taxa de mais-valia, lucro e renda da terra.

Expropriados dos meios de produção e dos meios de subsistência, os trabalhadores (índigenas, ex-escravos e camponeses) serão lançados nas grandes cidades para vender sua força de trabalho em condições análogas à escravidão. O serviço de abastecimento de água nas cidades somente será alterado na América Latina no decorrer da segunda metade do século XX, quando o Estado vai assumir um papel essencial na venda do serviço de abastecimento de água e saneamento básico, cobrando taxas aos usuários para cobrir as despesas com os

custos de captação, tratamento e distribuição da água. Os investimentos neste setor durante muito tempo foram irrisórios devido ao baixo valor da força de trabalho escrava, que realizava as atividades mais torpes e recebiam abaixo do necessário à reprodução de sua existência material.

A luta dos trabalhadores pela elevação do valor de sua força de trabalho obriga o Estado a investir na prestação do serviço de água encanada e no saneamento básico; primeiramente, nos grandes centros urbanos industrializados, em que a água vai deixando de ser entregue em carroças e carros de mão por vendedores ambulantes para ser canalizada. Isso será possibilitado pelo excedente apropriado dos trabalhadores (tributos, taxas, impostos etc.) pelo Estado, que passa a investir especialmente nos bairros da burguesia. Não é à toa que até hoje os trabalhadores da periferia do tecido urbano e rural da América Latina continuam sem usufruir desse serviço. Na verdade, os capitalistas nunca se preocuparam com o estado de saúde e as condições de vida dos trabalhadores, na metrópole ou na periferia do sistema.

O próprio Estado colaborou para transformar a água e o saneamento básico em mercadorias, já que justificava a cobrança de taxas aos usuários pelos investimentos realizados e pelas despesas com o tratamento da água, tubulação, armazenamento, distribuição etc. A diferença em relação aos tempos hodiernos é que a cobrança de taxas não era completamente regida pelo preceito do lucro incomensurável e pela noção da água como uma espécie de *commodity* negociada na Bolsa de Valores como mercadoria. O fornecimento de água potável e a constituição do sistema de saneamento básico e esgoto assumem uma nova configuração com a crise estrutural do sistema do capital a partir da década de 1970. É que a mais-valia capitalizada carecia de novos espaços para investimento e

não se podia retornar à produção assegurando sua reprodução ampliada.

2.2 A privatização da Casal no contexto da mercantilização da água na América Latina

A crise econômica experimentada na década de 1970 resultou no fim do acordo de Breton Woods e na hipertrofia do capital financeiro. O excesso de capitais emanados da produção petrolífera servirá para que Wall Street subordine completamente as economias dependentes mediante a intensificação da dívida pública. A impossibilidade de a mais-valia capitalizada retornar à produção de forma ampliada, devido ao enxugamento dos mercados propiciado pela recuperação econômica europeia e japonesa, impôs a necessidade de o capital monopolista expandir-se para a esfera dos serviços prestados pelo Estado que se constituíam como direitos essenciais dos trabalhadores.

A privatização dos serviços públicos de educação, previdência social e saúde estenderam-se também para os setores estratégicos e essenciais das economias na periferia do capitalismo (como na América Latina). Entre esses setores destaca-se o processo de privatização dos transportes públicos (ferrovias, rodovias, sistema portuário e aeroportos), das reservas e sistemas de fornecimento de água potável e da complexa rede de energia elétrica (hidrelétricas, estações de transmissões etc.). Nesse processo, os direitos dos trabalhadores e os bens da sociedade serão privatizados para atender às exigências de expansão e acumulação de capitais, reciclando e atualizando o processo de acumulação primitiva de capitais, como na época da colonização⁶.

⁶ O processo de acumulação por espoliação se configura como elemento nodal no capitalismo contemporâneo mediante o avanço da dívida pública,

Com o auxílio das agências de fomento imperialistas – Banco Mundial e Fundo Mundial Internacional (FMI) –, forjou-se o Conselho Mundial da Água, que constituiu a política fundamental para entregar os mananciais de água doce em várias partes do mundo às corporações multinacionais como Veolia – antiga Vivendi Universal (presente em mais de noventa países) –, Suez – antiga Lyonnaise des Eaux (presente em mais de 130 países) –, Bouygues-SAUR, RWE-Thames Water, Bechtel-United Utilities, Severn Trent, Anglian Water, Kelda Group, Dow Chemicals. Não se trata simplesmente de um processo de mercantilização da água engarrafada no mercado mundial, mas da mercantilização das reservas de água do planeta, bem como de todo o processo de captação, tratamento, distribuição e envasamento. Dessa maneira, constituiu-se um mercado promissor de água nas distintas partes do mundo:

..., mercados de neve desenvolvidos na costa semiárida a leste da Espanha (MALLOL FERRÁNDIZ, 1989), os mercados de irrigação por água subterrânea nas Ilhas Canárias (AGUILERA KLINK, 2002; MACÍAS HERNÁNDEZ, 1990), Índia, Bangladesh ou Paquistão (MEINZEN-DICK, 2000; SADEQUE, 2000), ou os chamados mercados “maduros” ou “estabelecidos” de

a privatização, a manipulação do sistema financeiro, a supervalorização das ações e a fraude corporativa. A privatização e a atuação dos fundos especulativos de cobertura e de outras instituições financeiras exerce papel relevante no processo de acumulação por espoliação. Harvey salienta ainda que emergiram novos mecanismos de acumulação por espoliação, como a ampliação do direito de propriedade intelectual, em que grandes corporações registram patentes e auferem lucros no campo da liberação de licença para uso de materiais genéticos. Essa forma de acumulação se estende ao processo de privatização de ativos públicos, como o conhecimento produzido pelas universidades e o processo de privatização dos recursos naturais e dos serviços públicos que deveriam ser um bem comum (HARVEY, 2004, p. 110).

água na região sul da Austrália, Chile ou partes dos Estados Unidos (CASTRO, 2016, p. 360-361).

As corporações passaram a controlar aproximadamente 70% da água privatizada do planeta; a Suez e a Veolia chegaram ao controle de 50% do mercado mundial. No Brasil, a Suez se apropriou do processo de abastecimento de água e saneamento em cidades como Manaus, Campo Grande, Brasília e Limeira e passou a exercer o controle acionário de nove empresas do setor em 2016 (IRIGARAY, 2016, p. 57).

O processo de mercantilização acirrou as contradições pelo acesso à água, transcendendo as disputas circunscritas às regiões desérticas e com problemas climáticos como os desertos do Saara, do Oriente Médio ou do semiárido do Nordeste brasileiro, e invadiu o cotidiano da classe trabalhadora da América Latina. Este processo de mercantilização contou com a resistência dos trabalhadores latino-americanos. A região de Tucumán (Argentina), por exemplo, conseguiu impor uma derrota expressiva a uma filial da Veolia em 1997, mediante a recusa organizada da população em pagar pelas tarifas abusivas cobradas e pelo processo de deterioração da qualidade da água e do serviço prestado.

Em 2006, o governo de Nestor Kirchner rompeu contrato com a multinacional francesa Suez (Águas Argentinas), pelo descumprimento dos acordos estabelecidos na prestação do serviço de água e esgoto na Grande Buenos Aires, reestatizando os serviços prestados. Inconformados, os representantes da corporação transnacional entraram com ação no tribunal de arbítrio do Banco Mundial cobrando ao governo argentino o ressarcimento da soma astronômica de 1,7 bilhão de dólares de indenização (MARREIRO, 2006, p. 1).

Situação análoga foi observada na denominada Guerra da Água de Cochabamba, na Bolívia, em que os trabalhadores

organizados conseguiram impedir que o sistema de água da cidade passasse das mãos da prefeitura para o controle do grupo norte-americano Bechtel. Nem mesmo a pressão do Banco Mundial, em 2000, na perspectiva de não renovar os empréstimos de 25 milhões de dólares à Bolívia conseguiu impedir o sucesso do movimento popular.

Inúmeros outros protestos obstaram a atuação predatória dessas multinacionais na América Latina. No Alto Lima (Peru), os boicotes sistemáticos e organizados dos moradores levou o executivo da Lyonnaise, Arnaud Bazire, a afirmar que “a população do Alto era ‘o pior cliente’ e ‘o pior consumidor do mundo’” (POUPEAU, 2002, p. 2). No México, os trabalhadores se contrapuseram aos interesses mercantilistas da Coca-Cola, empresa beneficiada num processo de privatização que suspendeu o completo abastecimento de água em cinco vilas (IRIGARAY, 2016, p. 58).

As medidas neoliberais adotadas pelos governos Margareth Thatcher, Ronald Reagan e Augusto Pinochet universalizaram o processo de transformação da água doce em mercadoria, que se converteu em atividade lucrativa das grandes corporações transnacionais. As pressões realizadas pelo Banco Mundial e pelo FMI visando dismantelar as estruturas de fornecimento de água potável às populações urbanas nos momentos de negociação e renegociação da dívida pública transformaram os estados em aliados fundamentais da privatização das companhias estatais de água. Os “Programas de Ajuste Estrutural” impostos pelo FMI, pelo Banco Mundial e consortes aprofundaram a dependência econômica latino-americana e, particularmente, das economias situadas na periferia da periferia do capitalismo, como a economia alagoana.

Para justificar a necessidade de privatização, os governos de plantão da burguesia na América Latina ressaltaram a

inexistência de recursos para investir no saneamento básico. No Brasil, estes preceitos foram claramente estabelecidos pelo novo marco do saneamento básico, em que as empresas privadas do setor poderão crescer expressivamente nos próximos anos com respaldo nas leis aprovadas pelo Congresso Nacional (Lei 4.162/2019). Na verdade, a abertura para a entrada de multinacionais estrangeiras na ampliação da malha de infraestrutura de saneamento não passa de um ardid para entregar completamente o sistema público de distribuição e exploração dos mananciais de água doce que abastecem os municípios brasileiros⁷.

Além da Lei 4.162/19, existe o Projeto de Lei 495/2017, que aprofunda o processo de mercantilização da água doce no Brasil. O preço da água potável será vinculado ao preço da energia elétrica, de forma que os trabalhadores precisarão desembolsar um maior valor para consumir água potável. É como se ao beber água o consumidor estivesse bebendo eletricidade (CALISTO, ALVES, 2020). A nova lei determina que a Agência Nacional das Águas (ANA) seja a única responsável pela regulamentação mercadológica da prestação dos serviços de saneamento básico e do fornecimento de água potável no Brasil. Assim, os municípios e as organizações dos

⁷ Segundo Calisto e Alves (2020, p. 1): “a nova lei, a partir de março de 2022, todos contratos de prestação de serviços de saneamento (o que inclui distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos) existentes entre os municípios brasileiros e as estatais de saneamento, em sua maioria, poderão ser revisados e reavaliados. Ao invés de continuarem a existir os contratos de programa, será obrigatório a realização de editais de licitação entre empresas públicas e privadas, que poderão acarretar, em menos de dois anos, na privatização da maioria dos serviços de saneamento no país. Isso significa que, se antes, a privatização era uma possibilidade dentro da legislação do saneamento, agora, tornou-se quase que uma obrigação, no novo marco legal”.

trabalhadores perderão o controle do fornecimento de água e saneamento básico, uma vez que a referida agência é regida pelos preceitos do mercado.

O PL 495/2017 defende ainda que as bacias brasileiras sejam controladas pelo mercado de água. Com essa medida a bacia do rio São Francisco e todo o processo de transposição culminaram sendo controlados por grupos transnacionais como Ambev, Vale, Veolia, Suez, Coca-Cola, Nestlé, Danone, Raizen. BTG Banco Pactual, Itaú, AEGEA, BRK Ambiental Participações S.A., Grupo Águas do Brasil, GS, Bechtel e consortes (CALISTO, ALVES, 2020). Desse modo, todas as reservas e fontes de água potável existentes no território brasileiro devem ser transformadas em mercadoria e comercializadas da mesma forma que a energia elétrica.

A privatização da Companhia de Saneamento Básico de Alagoas (Casal) deu-se no interior do processo de privatização da água no continente que possui as maiores reservas de água potável do mundo. O Aquífero Guarani (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e o Aquífero Alter do Chão (que representa 15% da água doce depositada nos oceanos anualmente) representam os maiores aquíferos do planeta. Isso torna a América Latina o endereço principal dos processos macroeconômicos de privatização e mercantilização. O elevado potencial hídrico converte-a na região mais cobiçada pelas corporações transnacionais. Nela ocorreram as primeiras experiências de privatização da água nas economias periféricas.

Num contexto de um país que possui 13% da água doce do planeta o governo de Alagoas operacionaliza o processo de entrega da Casal, maior empresa pública do Estado, para a multinacional Equatorial (canadense BRK Ambiental Participações S.A.). Para dobrar a resistência interna do movimento dos trabalhadores organizados, o governo Renan

Filho (MDB) introduziu o debate da privatização separando o fornecimento e tratamento de água da parte relativa ao serviço de esgotos da companhia.

A necessidade de inserção do capital privado no setor de saneamento básico foi arditamente justificada pela afirmação da inexistência de recursos públicos para atender às demandas existentes. A incapacidade do Estado de Alagoas para investir no fortalecimento da rede de saneamento básico de Maceió e de seus 102 municípios abriu as portas para o discurso privatista que interessava à burguesia nacional e internacional.

O novo marco regulatório do saneamento básico viabilizou a adoção das medidas neoliberais em plena época de pandemia do coronavírus. A privatização sacraliza a noção de que o serviço de saneamento básico e o fornecimento de água doce deixam de ser uma obrigação estatal e um direito dos trabalhadores e se transformam em mercadoria, desconsiderando-se completamente o preceito constitucional que assegura o saneamento como elemento indispensável e essencial à saúde pública.

A referida privatização ocorreu no contexto de desresponsabilização do Estado para com os direitos essenciais dos trabalhadores e trabalhadoras, conforme reza a Constituição Federal (artigo 23, incisos II e IX): “Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (BRASIL, 1988).

Em vez de serem os responsáveis pela prestação de serviços públicos de qualidade, os governos da burguesia na América Latina desresponsabilizam o Estado para com a saúde e o saneamento básico; este deixa de realizar os investimentos necessários e fundamentais para garantir uma vida saudável no

espaço urbano e rural. A ausência de investimentos em saneamento básico resulta no adoecimento da população, especialmente dos trabalhadores que moram na periferia das cidades. Assim, os esgotos expostos e a fedentina fazem parte da paisagem grotesca de bairros como Vergel do Lago, Dique Estrada, Brejal e muitos outros.

Evidentemente, empresas transnacionais não irão operacionalizar investimentos em bairros populares habitados sobremodo pelo exército industrial de reserva, em que os seres humanos são figuras supérfluas ao processo de reprodução do sistema do capital. As transnacionais estão exclusivamente interessadas no lucro e não na promoção de uma vida digna para os trabalhadores, muito menos na constituição de uma rede de saneamento básico que vise prevenir doenças, epidemias e pandemias. A venda da Casal tem como elemento central a mercantilização com o abastecimento de água e representa o desmantelamento dos serviços públicos.

Indiferente à responsabilidade pública para com a prestação do serviço de saneamento básico e o fornecimento de água potável, o governo Renan Filho privatizou a parte mais eficiente e lucrativa da Casal em 30 de setembro de 2020, entregando para a BRK Ambiental Participações S.A. o controle absoluto do abastecimento de água e saneamento de 13 municípios que compõem a região Metropolitana, a saber: Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Murici, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba.

A multinacional BRK Ambiental Participações S.A. adquiriu a maior empresa pública do Estado pelo irrisório valor de 2 bilhões de reais, com direito de explorar os consumidores de água e o esgotamento sanitário da região mais estruturada do Estado de Alagoas. Segundo Agência Alagoas (2020, p. 1):

A BRK assumirá a concessão dos serviços de água e esgoto de 13 cidades da Região Metropolitana de Maceió, que reúnem 1,5 milhão de habitantes. Após apresentar a proposta de maior outorga fixa ao Estado, com o valor de R\$ 2 bilhões, a empresa assina um contrato de 35 anos e será responsável por investir R\$ 2,6 bilhões em infraestrutura ao longo do período de concessão, sendo R\$ 2 bilhões já nos seis primeiros anos.

A referida empresa é uma das maiores corporações privadas de saneamento do Brasil, com monopólio da distribuição de água em mais de 186 municípios. BRK é a abreviação da multinacional canadense *Brookfield Asset Management*, que detém 70% das ações ordinárias da empresa; a outra parte, contraditoriamente, pertence ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do Trabalhador (FI-FGTS), com mediação do BNDES. Isso significa que os recursos dos trabalhadores são drenados para o sistema financeiro e contra os próprios trabalhadores que o constituíram. O trabalho morto se ergue contra o trabalho vivo para sugar sua última gota de sangue.

A mediação do BNDES no processo de privatização da Casal está plenamente conectada ao fato de que o referido banco de desenvolvimento utiliza os recursos dos trabalhadores para financiar as ações dos capitalistas em distintos setores, inclusive no processo de privatização que se contrapõe radicalmente aos interesses dos trabalhadores.

A BRK Ambiental Participações deriva da Odebrecht Ambiental e foi criada em 2008. A afiliada da Odebrecht exerceu papel pioneiro no campo da privatização do saneamento básico e da água no território brasileiro até 2016, quando foi vendida

para a *Brookfield Asset Management* (BROOKFIELD, 2020)⁸. Por sua vez, o investimento do BNDES, pela mediação do FI-FGTS, permaneceu e constitui um mecanismo de capitalização para fortalecer a iniciativa privada com recursos dos trabalhadores. Evidentemente, os trabalhadores nunca foram consultados acerca do processo de saque que a BRK Ambiental exerce sobre suas vidas.

Na batalha pelo processo de privatização, não se pode deixar de conceder mérito a quem precisa de mérito. Os capitalistas devem realmente render tributo ao governador Renan Filho e seus asseclas (assessores, secretários e conselheiros), e especialmente prestar homenagem ao desembargador Tutmés Airan, presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL),

..., que atendeu pedido de suspensão da decisão da desembargadora Elisabeth Carvalho, que havia vetado, em caráter liminar, ou seja, provisório, o leilão da Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal) marcado para acontecer nesta quarta-feira (30). O pedido foi feito pela Procuradoria Geral do Estado (PGE). Com a nova decisão judicial, o leilão da Companhia de Saneamento está mantido, devendo acontecer a partir das 10h de hoje, na sede da Bolsa de Valores de São Paulo (BARROS, 2020, p. 1).

⁸ O portfólio da referida multinacional aponta a ampliação de suas atividades na América Latina (Brasil, Colômbia e Peru) pela mediação das expropriações representadas nas privatizações de empresas estatais nos termos: “Em 2017, adquirimos a BRK Ambiental, a maior operadora de sistemas de água e tratamento de esgoto do Brasil, que atende a aproximadamente 15 milhões de pessoas. Começamos as operações na Colômbia em 2011 com uma distribuidora elétrica e, em 2016, adquirimos a Isagen S.A., uma das maiores geradoras de energia da Colômbia. No mesmo ano, adquirimos uma participação de 57% em Rutas de Lima, uma concessão rodoviária no Peru” (BROOKFIELD, 2020, p. 1).

Em suas alegações, o desembargador afirma que a ausência de um leilão objetivando a privatização da Companhia provocaria grave lesão à economia pública, já que o processo licitatório abrangia investimentos na ordem de R\$ 2,6 bilhões, a serem empregados em obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todos os 13 municípios da Grande Maceió. Tutmés Airan argumentou falaciosa e inveridicamente que a suspensão do leilão promoveria o colapso do sistema e que não existiria saída para a continuidade do sistema de abastecimento fora da privatização.

Longe de investigar os indícios de irregularidade do processo de privatização apontados pela desembargadora Elisabeth Carvalho, Tutmés Airan se curvou ao poder das transnacionais quando derrubou a liminar que impedia o leilão, e escancarou seu pacto mefistofélico com a multinacional canadense. Na luta entre capital e trabalho, a Justiça claramente colocou-se ao lado do capital e contra os trabalhadores.

A privatização afetará diretamente os trabalhadores da Casal e da SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), levando à demissão de 720 trabalhadores da Casal e de milhares de trabalhadores da SAAE. Para barrar o processo, os trabalhadores realizaram diversos protestos públicos, inclusive o fechamento da BR-101 Sul/Alagoas, bem como entraram com recurso exigindo o cancelamento do leilão em que a empresa foi vendida. Dentre outras irregularidades, o representante da SAAE destacou:

..., a Lei Complementar Estadual nº 50, de 15 de outubro de 2019, que dispõe sobre o sistema gestor da Região Metropolitana de Maceió, seria inconstitucional por ferir o pacto federativo, sobretudo no que se refere à autonomia municipal. Argumenta, ainda, que o

processo licitatório previsto na Concorrência Pública nº 09/2020 CASAL/ALCEL/RMM seria "evitado de nulidades, uma vez que não teriam sido realizadas audiências públicas em todos os municípios afetados, bem como e, principalmente, pelo fato de que a concessão seria restrita às áreas urbanas, deixando a zona rural para ser atendida pelo SAAE (CARVALHO, 2020, p. 2).

O governo do Estado, com total respaldo de Tutmés Airan (Poder Judiciário), entregou uma empresa que não lhe pertencia. Patrimônio da sociedade alagoana, uma parte da empresa pertencia aos municípios; a maioria contrapunha-se à privatização da empresa. Os municípios asseguravam o funcionamento do sistema de abastecimento de água e o saneamento básico com milhares de funcionários atuando no setor.

A privatização do sistema de saneamento e abastecimento de água na região metropolitana não dependia exclusivamente do governo estadual, pois contava com a participação das prefeituras e dos trabalhadores; estes foram completamente desrespeitados e por isso entraram com ação no Supremo Tribunal Federal alegando a inconstitucionalidade da privatização, que dificilmente será revogada.

Devido às pressões populares contra a privatização, a Casal permanecerá efetuando a captação e o tratamento da água e repassará o precioso líquido para a “concessionária” privada; já a *Brookfield Asset Management* explorará em bases lucrativas os serviços de distribuição de água e todos os serviços de esgotamento sanitário (coleta e tratamento dos esgotos), bem como a parte comercial (cobrança e arrecadação). As tarifas dos serviços de água e saneamento deverão manter-se bem acima da inflação nos próximos trinta anos.

A presença da multinacional canadense deverá, ao contrário do que afirma Tutmés Airan, aprofundar as contradições (doenças, miséria e pauperismo) no interior da classe trabalhadora, com a constituição de um espaço urbano cada vez mais insalubre e doentio. Ao isentar-se completamente pela responsabilidade com o saneamento básico e com o sistema de abastecimento de água, o Estado concede as bases para que as corporações ampliem suas taxas de lucro, sugando ainda mais o sangue dos trabalhadores e trabalhadores da periferia do capitalismo. A privatização aprofundará as contradições iniciadas com a adoção das medidas neoliberais na década de 1990.

A privatização da Casal faz parte de uma política coordenada de entrega das riquezas hídricas da América Latina aos representantes do grande capital. De maneira análoga à Ceal, ao porto de Maceió, à planta da Petrobras em Pilar e São Miguel dos Campos, as grandes estatais situadas em Alagoas foram privatizadas para atender aos imperativos da expansão e acumulação de capitais. Enquanto determinadas potenciais mundiais (EUA, China, Alemanha, Canadá etc.) constatarem a necessidade de reestatizar as empresas de água e saneamento, dada a sua relevância estratégica para a soberania e a segurança nacional, as economias dependentes da América Latina as privatizam e aprofundam sua dependência das economias centrais. Isso implica que as taxas de pobreza e miséria devem aumentar na América Latina, pois as taxas de violência social, desemprego e pauperismo ampliaram-se expressivamente desde que começaram as aplicações das medidas neoliberais recomendadas pelo Banco Mundial e pelo FMI.

Para os trabalhadores situados na periferia da periferia do capitalismo, numa região tradicionalmente caracterizada pelo monopólio e pelo controle da água pelos senhores de engenho e coronéis, como no Nordeste brasileiro, parece claro que a mercantilização da água resulta no atendimento de demandas que

não são dos trabalhadores, mas exclusivamente dos representantes do velho latifúndio reconfigurado na forma do agronegócio, plenamente conectado ao capital financeiro.

Nesse cenário, a privatização da água vai servir para acentuar o aprofundamento das desigualdades sociais e o crescimento da miséria da classe trabalhadora, pois as despesas com as taxas de água, saneamento básico e energia vão representar um *quantum* ainda maior dos salários dos trabalhadores e trabalhadora. Os fatos históricos apontam que nos momentos de crise de abastecimento e fornecimento de água quem mais sofre são os trabalhadores.

A privatização da Casal revela que os capitalistas não pretendem recuar em sua ânsia para expropriar as riquezas naturais da América Latina mediante o saque, a espoliação e o roubo das riquezas produzidas pelos trabalhadores. A privatização dos mananciais de água acentuará ainda mais o processo de expropriação das riquezas naturais pertencentes às comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e camponesas. Por isso é essencial organizar a resistência, como fizeram os trabalhadores da Cochabamba (Bolívia), Tucumán (Argentina) e do Alto Lima (Peru).

É fundamental formar polos de resistência para dizer não à privatização da água na América Latina, pois a água é um valor de uso que pertence à humanidade e não aos capitalistas e suas gigantescas corporações. Enquanto elemento essencial para assegurar a reprodução da humanidade e garantir a qualidade de vida, a água precisa ser cuidada, o que demanda a organização dos trabalhadores na gestão das bacias hidrográficas e na constituição de sistemas de despoluição dos rios que cortam as grandes metrópoles. Para assegurar que a água não seja uma mercadoria, fazem-se necessários instrumentos que superem o trabalho abstrato e assegurem a realização de uma forma de

organização da produção assentada no trabalho associado, livre e universal.

Referências

AGÊNCIA ALAGOAS. *Governo e BRK iniciam discussão sobre plano de transição dos serviços de água e esgoto*. Endereço eletrônico: <http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/34363-agua-e-esgoto-governo-e-brk-iniciam-discussao-sobre-plano-de-transicao-dos-servicos>. Acesso em 22 de dezembro de 2020.

BARROS, Jobison. *Presidente do TJ/AL suspende liminar, e leilão da Casal está mantido*. Endereço eletrônico: https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2020/09/_116109.php. Acesso em 22 de dezembro de 2020.

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BROOKFIELD. *Presença global*. Endereço eletrônico: <https://www.brookfield.com/pt-br/sobre-nos/presenca-global>. Acesso em 12 de janeiro de 2020.

CALISTO, Dalila – ALVES, José Josivaldo. *O avanço da estratégia de privatização da água no Brasil*. Endereço eletrônico: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/27/artigo-o-avanco-da-estrategia-de-privatizacao-da-agua-no-brasil>. Acesso em 24 de dezembro de 2020.

CARVALHO, Regina. *Prefeituras vão à justiça contra leilão da Casal*. Endereço eletrônico:

<https://d.gazetadealagoas.com.br/politica/283015/prefeituras-vaio-a-justica-contraleilao-da-casal>. Acesso em 22 de dezembro de 2020.

CASAL. *Esgoto sanitário*. Endereço eletrônico: <https://www.casal.al.gov.br/capital-2/>. Acesso em 22 de dezembro de 2020.

CASTRO, J. E. A água (ainda) não é uma mercadoria: aportes para o debate sobre a mercantilização da água. In: *Água e democracia na América Latina [online]*. Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 355-396.

CENTRO EXPERIMENTAL DE SANEAMENTO BÁSICO. *Brasil é vice-líder mundial em reestatização da água*. Endereço eletrônico. <http://www.saneamento.poli.ufri.br/index.php/br/noticias/538-brasil-e-vice-lider-mundial-em-reestatizacao-da-agua>. Acesso em 24 dezembro de 2020.

HARVEY, David. O novo imperialismo. Trad. Adail Sobral e Maria Stella Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005. In: HARVEY, David. *O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação*. Socialist Register, 2004.

HEGEL, G. F. W. Tales de Mileto. Tradução de Ernildo Stein. In: *Os Pré-socráticos*. São Paulo. Abril Cultural, 1973.

IRIGARAY, Micheli Capuano. *Privatização e mercantilização da água na América latina: desafios da sustentabilidade e defesa do bem (de uso) comum “no” e “para além” do capitalismo*. Dissertação de

Mestrado, Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2016.

MARX, Karl. *O capital: o processo de produção do capital*. Livro primeiro. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. O Capital. *Crítica da Economia Política*. Livro terceiro. Tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MORREIRO, Flávia. Argentina reestatiza empresa de água e esgoto. *Folha de São Paulo*, 22 de março de 2006. Endereço eletrônico:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2203200602.htm>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

POUPEAU, Franck. E a água foi privatizada.... *Le Monde Diplomatique Brasil*. Endereço eletrônico:

<https://diplomatie.org.br/e-a-agua-foi-privatizada/>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

CAPÍTULO III

A TRANSNACIONALIZAÇÃO DA ANTIGA CEAL E DOS TERMINAIS PORTUÁRIOS DE ALAGOAS

O processo de privatização dos portos brasileiros teve seu ponto de inflexão com o decreto nº 99.192/1990, no governo Fernando Collor de Mello, que extinguiu a Portobras (Empresa de Portos do Brasil S.A., criada em 1975), responsável pelo sistema unificado de gerenciamento do sistema portuário nacional (companhias Docas, portos e redes fluviais). O fim do planejamento centralizado e do sistema de complementaridade coordenado pela Portobras acentua a concorrência capitalista entre os complexos portuários e sua subordinação aos imperativos do lucro em grande escala, mediante a intensificação da exploração da força de trabalho (diminuição do custo da mão de obra) e da apropriação do excedente pelo ente estatal. A medida fez parte do processo de abertura irrestrita do mercado endógeno ao capital estrangeiro, que concentrará esforços na apropriação das empresas estatais privatizadas, enquanto lócus privilegiado do processo de acumulação de capitais, realizado em conluio com as corporações nacionais.

Após a privatização das maiores empresas estatais brasileiras, os governos da burguesia passaram imediatamente à privatização da logística nacional, constituída por aeroportos, rodovias, ferrovias e portos. Antes, realizou investimentos bilionários na área de infraestrutura para torná-la atraente e lucrativa aos velhos-novos saqueadores das riquezas produzidas pelos trabalhadores. Foram mais de 133 bilhões investidos

somente no “modelo petista” de governar, nas obras do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), nas obras da Copa e em similares (ROMERO, ANDREASSY, GODEIRO, 2014).

As medidas neoliberais tornaram o mercado nacional o mais mundializado do planeta no decorrer da década de 1990. A entrada de capitais estrangeiros foi uma espécie de tábua de salvação para o refluxo econômico experimentado na década de 1980, resultante do endividamento promovido pelo regime empresarial-militar e do aprofundamento da dependência dos centros financeiros (*Wall Street*, Banco de Paris, FMI, Banco Mundial etc.), deslocando os investimentos estatais do setor produtivo para o capital especulativo. A renegociação da dívida pública passava pelo aprofundamento das exigências dos organismos internacionais de aplicação do receituário neoliberal, a começar pela privatização das empresas estatais.

Sob o axioma da necessidade de modernização e de um maior investimento na infraestrutura necessária à produção marcadamente agroexportadora ou produtora de *commodities*, a privatização dos portos foi ratificada por todos os governos de plantão da burguesia. O projeto privatista foi defendido tanto pela extrema direita quanto pela esquerda reformista, expressa na política privatista desencadeada pelo PT quando assumiu o governo central, entre 2003 e 2016. Se os governos petistas se embrenharam pelo caminho do neoliberalismo que diziam combater, imaginem o que fará um governo de extrema direita como o de Bolsonaro.

Os governos Lula e Dilma tentaram inocuamente escapar da acusação de aderir ao processo de privatização, mudando o termo privatização para concessão. Um mero artifício retórico para efetivar a mesma prática predatória que interessava às grandes corporações transnacionais. Não é mudando o nome que se altera a essência ou a natureza das

EMPRESA PRIVATIZADA	CONCESSIONÁRIA	VALOR R\$
Hidrelétrica Santo Antônio; Rio Madeira (RO). Potência 3.150 MW	Santo Antônio Energia (Odebrecht e Furnas)	10 bilhões
Hidrelétrica Jirau: Rio Madeira (RO). Potência 3.300 MW	ESBR S.A. (Multinacional francesa GDF Suez)	10 bilhões
Ferrovias Norte-Sul: Açailândia (MA)–Palmas (TO). Tamanho: 20 km	Vale do Rio Doce	1,4 bilhão
Linhas de transmissão Porto Velho (RO)–Araraquara (SP)	EVOLTZ (multinacional norte-americana Texas Pacific Group)	9 bilhões
BR-381: Belo Horizonte (MG) – São Paulo (SP). Tamanho: 562,1 km	OHL (multinacional espanhola Obrascón Huarte Lain S/A)	4,6 bilhões
BR-393 Divisa (MG-RJ) – Via Dutra (RJ). Tamanho: 200,4 km	Acciona Investimento	1,4 bilhão
BR-101 Ponte Rio–Niterói (RJ) – (ES) Tamanho: 320,1 km	OHL	2,25 bilhões
BR-153 Divisa (MG-SP) – Divisa (SP-PR). Tamanho: 321,6 km	BRVIAS holding VRD S. A. (Grupo Splice)	1,7 bilhão
BR-116 São Paulo (SP) – Curitiba (PR). Tamanho: 401,6 km	OHL	4,3 bilhões
BR-116 Curitiba (PR) – Divisa (SC-RS). Tamanho: 412,7 km	OHL	1,8 bilhão
BR-116/376/PR-101/SC Curitiba (PR) – Florianópolis (SC). Tamanho: 382,3 km	OHL	3,5 bilhões

Fonte: ÉPOCA, s/d, p. 4 (Adaptação dos autores).

As concessões ou privatizações permitiram e continuam a permitir que as corporações, consórcios e trustes espoliem⁹ a riqueza produzida pelos trabalhadores durante 25 anos, contando para isso com linhas de créditos, subversão e isenção fiscal, financiamento e apoio estatal através do BNDES, Banco do Nordeste, Banco Central etc. Inexiste qualquer espécie de distinção fundamental entre privatização e concessão. Na sua essência, concessão é o mesmo que privatização, quer os petistas admitam isso ou não.

Somente em 2010, o governo Lula, pela mediação das PPPs (Parcerias Público- Privadas) investiu mais de 100 bilhões de reais na construção de obras como:

Hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau (orçamento, respectivamente, R\$ 13,5 bilhões e R\$ 9,3 bilhões), Hidrelétrica de Belo Monte (R\$ 19 bilhões), Trem Bala (R\$ 34 bilhões), Plataformas de Petróleo (R\$ 12,6 bilhões), Usina Nuclear Angra 3 (R\$ 8,5 bilhões), Ferrovia Norte-Sul, BR-101 (trechos Nordeste e Sul), Porto de Santos (R\$ 6,5 bilhões), Gasodutos, Ferrovia Nova Transnordestina, Ferrovia Leste-Oeste, Transposição do São Francisco e o Complexo Petroquímico da Petrobrás do Rio de Janeiro (R\$ 19,2

⁹ O processo de acumulação por espoliação se configura como elemento nodal no capitalismo contemporâneo mediante o avanço da dívida pública, a privatização, a manipulação do sistema financeiro, a supervalorização das ações e a fraude corporativa. A privatização e a atuação dos fundos especulativos de cobertura e de outras instituições financeiras exerce papel relevante no processo de acumulação por espoliação. Harvey salienta ainda que emergiram novos mecanismos de acumulação por espoliação, como a ampliação do direito de propriedade intelectual, em que grandes corporações registram patentes e auferem lucros no campo da liberação de licença para uso de materiais genéticos. Essa forma de acumulação se estende ao processo de privatização de ativos públicos, como o conhecimento produzido pelas universidades e o processo de privatização dos recursos naturais e dos serviços públicos que deveriam ser um bem comum (HARVEY, 2004, p. 110).

bilhões), além da privatização dos aeroportos. (ROMERO, ANDREASSY, GODEIRO, 2014, p. 47).

O leilão do Campo de Libra foi o mais elevado de todos os saques do erário observado nas últimas décadas, possibilitando que o maior campo de petróleo já descoberto no Brasil, localizado no pré-sal, com valor estimado de 1,5 trilhão de reais, fosse leiloado em outubro de 2013 por 15 bilhões: 1% de seu valor real. O governo Dilma entregou o maior campo produtor de petróleo brasileiro para empresas transnacionais. Entre 1997 e 2013, foram concedidas para as empresas estrangeiras áreas para explorar o petróleo do tamanho dos estados de Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe, ou seja, mais de 400 mil quilômetros quadrados (ROMERO, ANDREASSY, GODEIRO, 2014, p. 48).

Na prática, as concessões fizeram o mesmo que as privatizações. É inócua a tentativa petista de esconder a verdadeira essência da privatização para continuar iludindo as massas proletárias. As sutilezas discursivas servem somente para doutrinar sua militância cega, mas não para iludir a classe trabalhadora. Não foi à toa que os trabalhadores não se moveram para defender Dilma Rousseff contra o *impeachment*.

Indubitavelmente, os petistas fortaleceram a falácia de que o serviço privado seria eficiente em detrimento do serviço público, quando, na prática, as corporações privadas se apropriam do serviço público quando este é lucrativo. Assim, “dos 28 mil quilômetros de estradas de ferro entregues pelo Estado à iniciativa privada, cerca de 16 mil quilômetros foram abandonados unilateralmente pelas concessionárias, em ofensa à legislação e aos contratos de concessão” (ROMERO, ANDREASSY, GODEIRO, 2014, 49). A eficiência se revela na

capacidade incontestável de sugar e parasitar os cofres públicos e os recursos da classe trabalhadora.

Embora as empresas privadas controlem as maiores ferrovias brasileiras, os investimentos neste setor continuam sendo exclusivamente realizados pelo Estado, como demonstram a construção e o financiamento da ferrovia Transnordestina. A referida ferrovia, que é propriedade da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) ou da família Steinbruch, está sendo construída com 87% de recursos públicos e somente 13% de recursos privados.

Escrevem Romero, Andreassy e Godeiro (2014, p. 49):

Do total de financiamentos, R\$ 2,6 bilhões são oriundos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), outros R\$ 225 milhões do BNDES e R\$ 180 milhões, do BNB. Houve ainda R\$ 823 milhões do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e de R\$ 164 milhões, oriundos da empresa pública Valec. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) aportou R\$ 1,35 bilhão. Desse total, R\$ 675 milhões foram emprestados do BNDES. Isto significa que, de uma obra orçada em R\$ 5,4 bilhões, a CSN entrará com apenas R\$ 700 milhões (ou 13% do total).

O exemplo acima evidencia cabalmente a falácia de que o setor privado e a privatização atraem investimentos espetaculares na esfera dos serviços públicos realizados pelas empresas privadas. Os capitalistas não estão preocupados com a eficiência, mas com as taxas de lucro que podem abocanhar mediante a apropriação dos serviços prestados pelo Estado. Governança corporativa não passa de chavão ideológico para enganar os desinformados, pois não há ética no interior de um sistema sociometabólico voltado exclusivamente ao lucro e centrado na apropriação de mais-valia. Para que os capitalistas ampliem suas taxas de lucro, o Estado deve ser afastado do

processo depois de fazer os investimentos necessários para torná-lo rentável.

A política parasitária dos capitalistas vigente no modo petista de governar não poderia ser minimizada num governo de extrema direita. Desde que assumiu o posto de mandatário máximo, o neofascista Bolsonaro buscou desencadear um processo ainda mais consistente de privatização, para a alegria dos representantes das grandes corporações transnacionais.

3.1 Privatização do terminal do porto de Maceió por 50 mil reais

Em 2018, foram alcançados mais de 23 bilhões com as privatizações das empresas estatais e dos serviços públicos. Em 2019, o governo Bolsonaro apresentou 17 empresas para serem privatizadas, entre elas a Eletrobras, Telebras, Correios, Casa da Moeda, EBC, Lotex, Emgea, ABGF, Serpro, Dataprev, CBTU, Trensurb, Ceagesp, Ceasaminas, Codesa e Ceitec. Além das privatizações, o programa de desestatização inseriu a concessão de 12 aeroportos, oito terminais portuários, cinco campos de exploração de petróleo da Petrobras, a Companhia Docas do Estado de São Paulo, a ferrovia Norte-Sul, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina etc.

Somente a privatização de 36 blocos da Petrobras (e a venda de seus ativos) permitiu uma arrecadação de mais de 20 bilhões de reais. Evidentemente, tudo vendido a preço abaixo do mercado e como fonte de lucro fácil para os grandes aglomerados e corporações transnacionais, a exemplo de Chevron (EUA), CNODC (China), CNOOC (China), Equinor (Noruega), ExxonMobil (EUA), Petronas (Malásia), Shell (Reino Unido e Países Baixos), Total E&P (França), Wintershall (Alemanha). Karoon, Trident Energy, 3R Petroleum, OGX, Karavan SPE, entre outras. Como de praxe, os recursos

arrecadados com a venda das estatais serviram exclusivamente para o pagamento dos títulos e as amortizações de juros da dívida pública. Tudo para atender aos interesses do capital financeiro.

A rede portuária, constituída por mais de 150 portos, representa aproximadamente 95% das importações, movimentando mais de 638,6 milhões de toneladas de produtos manufaturados, insumos industrializados e matéria-prima que participam do mercado mundial. Nesse processo, os terminais privados têm controlado as cargas mais lucrativas, como minérios de ferro, combustíveis, derivados de petróleo, óleos minerais, safras de soja etc. O controle dos portos e a navegação de longo curso e cabotagem são vetores fundamentais do processo de acumulação e expansão do capital monopolista. O Estado claramente se configura como apêndice dos interesses das grandes corporações transnacionais.

O complexo portuário de Santos, por exemplo, com seus 51 terminais, 16 km de cais, 100 km de rodovias e 55 km de dutovias, cinco berços de atracação, quatro pátios de armazenagem e cinco silos, tem capacidade para receber 4,8 mil navios. Este porto movimentou, em 2019, mais de 740 mil toneladas e garantiu uma receita líquida de 967 milhões de reais (MONITOR MERCANTIL, 2020, p. 1). O referido complexo portuário aparece como responsável por 28% do fluxo comercial de exportação e importação brasileira.

Não se pode deixar de mencionar que os resultados positivos obtidos pelos portos privatizados, como o porto de Santos, decorrem essencialmente da intensificação da exploração da força de trabalho (estivadores, conferentes, consertadores, vigias, rodoviários, capatazes, rebocadores etc.) e da adoção de mecanismos que quebram a resistência dos trabalhadores organizados em sindicatos, associações, federações (Federação Nacional dos Portuários, Federação Nacional dos Estivadores,

Federação Nacional dos Avulsos). O documento *A reforma portuária brasileira*, elaborado pelos técnicos do Banco Mundial, apresenta as prescrições normativas necessárias ao sucesso da política de privatização dos postos brasileiros:

Com relação aos portos da Bahia, no dia 13 de maio de 1998 o Tribunal Regional do Trabalho decidiu que é de competência do Órgão de Gestão de Mão de Obra a escalação de trabalhadores avulsos. Ainda na mesma sentença, o TRT transferiu para os operadores portuários a definição do número de trabalhadores necessários para as diversas operações portuárias. Tal decisão confirmou dispositivos da Lei nº 8.630/93, que atribuem expressamente ao OGMO a responsabilidade de administrar o fornecimento da mão de obra, *e quebrou a antiga tradição dos sindicatos de trabalhadores avulsos de designar os trabalhadores para cada operação portuária*. Tais mudanças, além de proporcionar às empresas operadoras portuárias o direito de escolher o chefe das equipes de trabalho e os operadores dos equipamentos, geraram expressivas reduções de custo e do número de trabalhadores por operação portuária. Assim, por exemplo, na descarga do trigo a Convenção de Trabalho anterior determinava a necessidade de 21 trabalhadores; atualmente, essa mesma operação está sendo realizada com apenas dois trabalhadores, atendendo perfeitamente aos padrões de produtividade e de segurança do trabalho.

No porto de Santos, o OGMO está desenvolvendo um estudo para desligamento do excedente de mão de obra para redução do quantitativo de cerca de 11.000 trabalhadores avulsos para um contingente de apenas 4.500 trabalhadores. O incentivo ao desligamento seria feito através do pagamento de indenizações para que esses trabalhadores cancelassem seus registros ou cadastros no OGMO.

[...]

No porto de Sepetiba já foi implantado pelo TECON um plano de desligamento voluntário custeado pela própria arrendatária Sepetiba Tecon.

[...]

No porto do Rio não há estudos para planos de desligamento voluntário. As reduções de custo e de equipes de trabalhadores estão sendo realizadas por cada terminal separadamente com os sindicatos. (GEIPOINT, 2001, p. 31, grifos nossos).

O espólio e o saque dos recursos públicos alcançados com a privatização devem ser seguidos pela intensificação da exploração do trabalho, como demonstra a política estabelecida nos portos da Bahia, Santos, Sepetiba e Rio de Janeiro. O capital é como um vampiro, não se cansa de sugar o sangue dos trabalhadores e precisa intensificar ainda mais a extração de mais-trabalho ou sobretrabalho (mais-valia). Tal intensificação torna-se permanente, “assim como a oscilação dos salários e o processo de atração e repulsão dos trabalhadores, que praticamente se adequam a instabilidades constantes aliadas a uma precarização do trabalho” (BERNARDO, 2004, p. 93).

A expansão progressiva do crescimento do capital, aliada a privatizações e à precarização do trabalho, torna evidente uma ampliação agravante dos problemas sociais. Como condição de permanência hegemônica, “o capitalismo necessita manter na sua base a constante degradação social em contrapartida à elevação da riqueza a seu favor” (FELIX, 2020, p. 30). Nessa direção, ele se submete a todas as formas de apropriação de riqueza.

O porto de Maceió¹⁰ consta da lista dos oito postos incluídos na proposta de privatização do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo Bolsonaro. Os demais são: “Porto do Mucuripe (CE), Complexo Portuário de Areia Branca (RN), Porto de Santos (SP) e Porto Organizado de Itajaí (SC)” (CADA MINUTO, 2020, p. 1). No processo de privatização do porto de Maceió incluem-se dois terminais: “terminal MAC11, no Porto de Maceió – tem 56.675m², dedicado à movimentação e à armazenagem de grânéis líquidos; e o terminal MAC12, no Porto de Maceió – tem 8.837 m² e é dedicado à movimentação e à armazenagem de grânéis líquidos” (CADA MINUTO, 2020, p. 1).

O aprofundamento da privatização acontece mediante a união do Executivo e do Tribunal de Contas da União (TCU) com o Legislativo, que através da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) publicou edital de leilão do Porto de Maceió para o dia 18 de dezembro de 2020, na Bolsa de Valores de São Paulo. Os terminais leiloados para movimentação de granel líquido (especialmente ácido sulfúrico) têm como propósito atender ao Polo Cloroquímico de Alagoas. O terminal MAC 10 foi adquirido pelo valor irrisório de 50 mil reais pela empresa francesa TIMAC Agro Indústria e Comércio de Fertilizantes.

A TIMAC Agro chegou a Alagoas pela porta das expropriações ou espoliações, quando a Profertil, fábrica de adultos e fertilizantes, foi privatizada, em março de 2005. A multinacional pertencente ao Grupo Roullier explora os

¹⁰ Apesar de as obras de construção do porto de Maceió começarem em 1935, ele somente foi consolidado em 1963, com o aporte de recursos federais, passando à subordinação e controle da Portobras em 1975. Com a extinção da Portobras por Fernando Collor de Mello em abril de 1990, a administração passou para o setor privado.

trabalhadores e expropria as riquezas naturais em todos os continentes, tendo plantas instaladas em 131 países, possuindo no Brasil (Santa Luzia do Norte, Candeias, Cuiabá, Campinas, Goiânia, Porto Alegre e Rio Grande do Sul) três fábricas de fertilizantes sólidos, uma fábrica de produção animal, 34 unidades de negócio, uma fábrica de fertilizantes líquidos, e possuindo capacidade para a produção de 1 milhão de toneladas de fertilizantes complexos (TIMAC AGRO, 2020).

Essa multinacional francesa adquiriu um terminal no porto de Maceió pelo valor irrisório de 50 mil reais e assegura que fará investimento na ordem de 12.784 milhões. É muito investimento num terminal repassado por um valor tão baixo; mais uma vez fica evidenciada a relação promíscua entre as personificações do capital da maquinaria estatal e das multinacionais.

O contrato de 25 anos pode ser prorrogado por mais 35 anos, totalizando setenta anos para usufruir e consolidar suas atividades lucrativas. A apropriação do terminal vai permitir que a multinacional intensifique o ciclo de expropriação das riquezas naturais extraídas no município de Santa Luzia do Norte, onde está instalada sua indústria de fertilizantes, fazendo o mesmo que a Braskem, que devasta a natureza e destrói bairros de Maceió em sua ânsia por mais lucros. Toda a riqueza acumulada é drenada para o exterior.

As denúncias contra a unidade da multinacional francesa em Santa Luzia do Norte foram realizadas pelos moradores da redondeza, afetados pelo forte cheiro de produtos químicos. Em 2015, os moradores denunciaram o cheiro insuportável dos produtos químicos nos bairros de cidades vizinhas, “como no povoado Primavera, em Satuba” (IMA, 2015, p. 1). O lançamento irregular de substâncias oleosas em solo levou à autuação de R\$ 258 mil, cinco vezes superior ao valor do

terminal portuário arrematado. Em 30 de julho de 2018, os moradores dos municípios de Satuba e Santa Luzia do Norte reclamaram do cheiro forte de enxofre e dos problemas de saúde causados pelos produtos químicos (vômitos, problemas respiratórios, dor de cabeça, alergia, desmaios, dores nos olhos, mal-estar etc.) (G1, 2018, p. 1). A TIMAC Agro ainda foi acusada pelo Sindipetro, em 2011, de contaminar o lençol freático e a lagoa Mundaú com compostos químicos como o sulfato, que pode diminuir a oxigenação dos ambientes aquáticos e terrestres, alterando expressivamente o equilíbrio ambiental (SINDIPETRO, 2011, p. 2).

Os crimes da TIMAC Agro não se circunscrevem ao espaço topográfico alagoano, mas envolve suas demais plantas. Chamam atenção as instaladas no Rio Grande do Sul; a referida multinacional foi acusada em 2004 de poluição atmosférica promovida por suas indústrias de fertilizantes (THEODORO – TYBUSCH, 2017). No entanto, os crimes da TIMAC Agro se estendem à década seguinte, chegando as denúncias contra a multinacional ao Supremo Tribunal Federal.

Consta nos autos do processo que apontam os crimes da TIMAC Agro:

Portanto, os denunciados gerenciavam estabelecimento de produção de fertilizantes em desacordo com as normas ambientais [...]. Os denunciados, assim, além de agir em desacordo com a Lei 12.305/10, contrariam diversas outras determinações ambientais legais [...]. Tais condutas geraram os autos de infração [...], nos valores, respectivos, de R\$ 620.500,00, R\$ 101.500,00, R\$ 511.000,00 e R\$ 12.555.000,00. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p. 2).

A TIMAC Agro, seus sócios e representantes legais foram multados em 13,6 milhões pelos danos causados ao meio

ambiente no Saco da Mangueira, na Lagoa de Patos (Rio Grande do Sul), na Bacia da Lagoa Mirim, sendo responsável pelo lançamento de fósforo, nitrogênio e vários resíduos químicos nocivos ao meio ambiente. A multa neste caso daria para comprar o porto inteiro de Maceió. Além de cometer crimes ambientais e danos irreversíveis aos seres humanos, a TIMAC Agro é acusada de assédio moral a seus funcionários também no Rio Grande do Sul.

3.2 A Equatorial compra a antiga Ceal por 50 mil reais

É interessante observar que o terminal MAC10 foi repassado pelo mesmo valor que a multinacional Equatorial comprou a Eletrobras Distribuidora Alagoas – antiga Ceal (Companhia de Energia do Estado de Alagoas) em dezembro de 2018. Num lance único e combinado na Bolsa de Valores de São Paulo, ambas as empresas foram repassadas pelo valor “simbólico” de R\$ 50 mil. Valor pelo qual também foram vendidas as empresas de energia Amazonas Distribuidora de Energia, Boa Vista Energia, Centrais Elétricas de Energia de Rondônia, Companhia de Eletricidade do Acre e Companhia de Energia do Piauí. Essas empresas possuem valor incomensurável do ponto de vista logístico e estratégico e foram sucateadas para ser vendidas abaixo do valor de mercado.

Desse modo, as parasitárias transnacionais (brasileiras e estrangeiras) se apropriam da riqueza pública produzida pelos trabalhadores. Doravante, a referida multinacional norte-americana e “brasileira” poderá explorar mais de 1 milhão de usuários de uma riqueza que não produziu em 102 municípios alagoanos (BARBOSA, 2018, p. 1). Como no caso das demais distribuidoras da Eletrobras leiloadas, a privatização contou com a ampla rejeição dos trabalhadores e dos consumidores, que

terão suas contas de luz majoradas para atender aos interesses mercadológicos dos capitalistas. O valor da energia é um das mais caras do mundo e somente se compara ao valor cobrando nos países destituídos de bacias hidrográficas e sistemas fluviais como as brasileiras e que produzem energia à base de carvão, petróleo e gás natural. Mais de 60% da energia brasileira provém de hidroelétricas

Cumprido destacar que o capital da multinacional Equatorial Energia, *holding* (sociedade gestora de participações), cresce mediante a espoliação e o saque de recursos públicos contraídos com o processo de privatização dos sistemas de telecomunicação, energia, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos etc. Após fazer fortuna pela mediação da Equatorial Telecom, a referida empresa fez fortuna ao se apropriar das empresas estatais de energia nos estados de Alagoas, Piauí, Maranhão, Pará, Tocantins e Goiás. Desse modo, a Equatorial se ergue como representante de 6,5% do mercado de distribuição de energia no país, atendendo aproximadamente 10% dos consumidores brasileiros. A Equatorial explora o mercado como *commodities* e deve ampliar sua fortuna elevando sistematicamente o valor das tarifas pelos serviços e investimentos que nunca realizou.

O sucesso da Equatorial no ramo de transmissão, geração, distribuição, comercialização e serviços de energia decorre claramente da espoliação. O crescimento de suas ações de 191,11% entre 2010 e 2017, acima do índice Ibovespa (46,70%), resultou exclusivamente dos saques realizados, como na aquisição fraudulenta da antiga Ceal. A sua relação com fundos de investimento como *Opportunity* (9,83%) de Daniel Dantas, *Squadra* Investimentos (14,7%) e *BlackRock* (5,77%) (SABE, 2018) ressalta a natureza perdulária do capital que sustenta a referida *holding*.

Os mecenas renascentistas nada são quando comparados aos proprietários da Equatorial. A história de Daniel Valente Dantas é conhecida. O banqueiro corrupto esteve preso, juntamente com o doleiro Naji Nahas e com Celso Pitta, pelos crimes cometidos contra o sistema financeiro no processo de privatização das empresas de telecomunicação na época de FHC, sem falar na sua participação no “valerioduto”. O Banco Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, exerceu papel relevante no processo de privatização do sistema de telefonia Tele Centro Sul. As fraudes no processo de privatização foram observadas nas denúncias da interferência do ministro das Comunicações, Luís Carlos Mendonça de Barros, junto ao Banco do Brasil para beneficiar o Banco Opportunity nos leilões das privatizações. O alto comando do governo FHC (Mendonça de Barros e Lara Resende) foi indiciado pelo Ministério Público por improbidade administrativa.

Os gângsteres e narcotraficantes revelam-se nanicos quando comparados aos banqueiros, afinal, como dizia Brecht, “o que é o roubo de um banco comparado à fundação de um banco?”. Cumpre destacar que a *Squadra* é administrada pela corporação financeira norte-americana BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S. A., pertencente a The Bank of New York Mellon Corporation (fundada na fusão do Bank of New York e Mellon Financial Corporation) (VILANOVA, 2018). Por fim, a BlackRock, controlada por um dos homens mais poderosos de Wall Street (Larry Fink), é uma das mais poderosas transnacionais do mundo e administra um patrimônio de mais de 7,2 trilhões de dólares.

A empresa dirigida por Larry Fink é a maior gestora de investimentos do mundo, com elevada experiência no campo especulativo, operando especialmente com derivativos, em que o dinheiro esconde sua verdadeira gênese e parece emergir do

nada, como se fora uma entidade sobrenatural. Não se pode esquecer que o mercado de derivativos, como os *fundos hedgers*, configura-se como o principal responsável pela crise dos fundos de pensão, gerando prejuízos incalculáveis para os trabalhadores que dependem, no final de sua vida, dos limitados recursos acumulados. Os derivativos se revelaram como vetores fundamentais das falências dos inúmeros fundos de pensão estatais e privados nos EUA. Os fundos *hedge* são uma expressão singular do capital financeiro, que simplesmente promove orgias com os recursos dos trabalhadores e do Estado no mundo da especulação financeira do mercado de derivados. Eles agem como indivíduos viciados em “jogos de azar”: aplicam os recursos dos trabalhadores nos cassinos das Bolsas de Valores, num mar de falcatruas (narcotráfico, contrabando etc.). O capital produtivo acaba também por sofrer com as oscilações perversas do capital fictício no reino dos derivados financeiros.

Uma clara demonstração da via errática dos derivativos está na base da crise e falência da companhia de energia elétrica norte-americana *Enron Corporation* em 2001. A *Enron* atuava no mercado de energia norte-americano seguindo a mesma lógica da Equatorial, ou seja, considera energia como *commodities*. Seus valores são negociados nas Bolsas de Valores e seguem preceitos claramente especulativos. A *Enron* especulava com o valor das tarifas de energia, chegando a propiciar apagões deliberados para elevar o valor de seus títulos na Bolsa de Valores e no mercado de derivativos, além de transformar suas dívidas em créditos, inflacionando seus balancetes com o aval de agências reguladoras. O prejuízo de mais de US\$ 74 bilhões demonstrou que grandes corporações também quebram e promovem prejuízo especialmente aos trabalhadores. Além das tarifas elevadas de energia, a Equatorial tem reproduzido as práticas abusivas de desrespeito aos direitos dos trabalhadores de forma

análoga às adotadas pelas corporações que assumiram os portos privatizados.

Os recentes apagões ocorridos no Amapá demonstram a fragilidade do sistema privado de energia na perspectiva dos trabalhadores. Os dois blecautes que envolveram as cidades do estado do Amapá resultaram no colapso no sistema de abastecimento de água, alimentos, serviços de telefonia e internet, elevando o número de pessoas com problemas gastrointestinais (vômitos e diarreias) devido ao consumo de água contaminada e imprópria ao consumo humano. Foram 22 dias sem fornecimento de energia elétrica no Amapá, a evidenciar os efeitos nocivos do processo de privatização do sistema energético nacional.

A Concessória Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE) é a responsável pela manutenção dos geradores que resultaram nos dois blecautes. A clara irresponsabilidade da empresa gerou uma multa de 500 milhões de reais pela Delegacia de Crimes contra o Consumidor, que foi reduzida para 50 milhões de reais pela Justiça estadual, demonstrando mais uma vez de que lado a Justiça se coloca. Essa foi a forma encontrada pela burguesia para amenizar os efeitos dos 120 protestos populares contra o apagão. Os protestos claramente demonstraram que foram os trabalhadores quem mais sofreu com os prejuízos causados com o colapso do abastecimento de água potável e a elevação do valor dos alimentos.

Com efeito, esses lucros exorbitantes tornam-se portanto, e ao mesmo tempo, “a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto” (MARX, 1985, p. 209-210). Quaisquer que sejam os meios para contornar os problemas criados pela acumulação de capital, o fato crucial é, e continuará

sendo, que a burguesia sobrecarrega os fardos pesados de seu crescimento sem limites sobre os trabalhadores.

A região Amazônica, conhecida pela abundância de água em suas redes fluviais e pela presença de várias hidroelétricas, teve a maioria de suas empresas de distribuição de energia privatizadas pelos míseros 50 mil reais em 2018. O que aconteceu no estado do Amapá decorreu do processo de mercantilização de nossas águas e de nossa energia, pois tanto o governo quanto a empresa concessionária sabiam da possibilidade de um apagão na região havia mais de dois anos e nenhuma medida foi tomada para impedi-lo. Como se não bastassem os ataques sofridos pela setor energético, o diretor da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) apresentou projeto a fim de aumentar ainda mais as tarifas de energia no Amapá. Assim, os trabalhadores devem pagar a conta pelos descabros cometidos pela Concessionária Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE).

Apesar de o apagão demonstrar o fracasso do processo de privatização das estatais do setor, o governo Bolsonaro e seu ministro Paulo Guedes insistem na privatização da Eletrobras. A privatização das empresas distribuidoras de energia segue a mesma lógica da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, vendida pela “pechincha” de 3,3 bilhões de dólares em 1997 (valor atualizado), valendo atualmente mais de 140 bilhões de dólares. No entanto, é claro que a Eletrobras não é deficitária e muitos menos dá prejuízo; “o Lucro Líquido da Eletrobras em 2018 foi R\$ 13,348 bilhões; em 2019, de R\$ 10,7 bilhões, e em 2020, de R\$ 307 milhões no 1º trimestre” (CARDOSO, 2020, p. 2).

A venda da Ceal para o governo federal e, posteriormente, para a Equatorial, consiste num negócio espúrio, pois a empresa vendida por 50 mil reais para a

transnacional foi repassada para o governo federal pelo valor de 460 milhões no final da década de 1990, sendo adiantado na época metade do valor, ou seja, 230 milhões de reais. O restante deveria ser pago no momento da privatização da empresa. O valor corrigido deve chegar a aproximadamente 2 bilhões de reais (G1, 2016, p. 1). Os prejuízos acumulados pela Eletrobras Distribuidora de Alagoas ao longo das duas décadas, resultaram da política deliberada de quebra da empresa na perspectiva de demonstrar sua inviabilidade e acelerar a privatização.

Ao longo dessas duas décadas, a Ceal (na condição de Eletrobras Distribuidora de Alagoas) foi saqueada e desmantelada para atender aos interesses das grandes corporações do setor energético. Nesse processo, não se fizeram os investimentos devidos na rede energética e demonstrou-se plena subserviência aos interesses dos usineiros, que eram de fato os maiores devedores da empresa. A dívida desses entes privados representavam 128,8 milhões de reais em 2012. A usina Seresta figurava como primeira da lista, com débito de 30,5 milhões de reais; seguida da usina Sinimbu, com a dívida de 20,7 milhões (CUT, 2012, p. 1); as usinas do grupo Toledo (Sumaúma, Paísa e Capricho) possuíam uma dívida de mais de 31 milhões de reais em 2012; a usina Utinga Leão tinha um débito de 21 milhões de reais; a usina Santa Clotilde, de 5 milhões de reais; a usina Terra Nova, 2,4 milhões de reais; a usina Santa Maria, 1 milhão de reais (SERQUEIRA, 2012, p. 1-2). Além dessas usinas, deviam também milhões de reais à Ceal (depois Eletrobras Distribuidora de Alagoas) as usinas dos grupos João Lyra e Carlos Lyra. Os valores reajustados chegam a uma soma bilionária, representando mais um calote na história dos usineiros que faliram o Produban (Banco do Estado de Alagoas) em 1997.

Enquanto os administradores da Eletrobras Distribuidora se revelaram incapazes de cobrar os usineiros e os devedores milionários, foram extremamente eficazes na implementação do Programa de Desligamento Voluntário (PDV) de seus servidores, na terceirização e na precarização das relações de trabalho. As condições de vida da classe trabalhadora da antiga Ceal foram duramente atacadas para atender às demandas dos capitalistas. Uma vez que a tendência da privatização e da precarização do trabalho contidas na oferta de emprego temporário ou mesmo em tempo parcial tem crescido desenfreadamente como uma forma de as empresas enxugarem gastos, essa dinâmica também destituiu o trabalhador de seus direitos trabalhistas (além dos baixos salários e do agravamento da instabilidade). O incentivo a essa tendência não passa de uma manobra da gerência capitalista para adaptar o mercado de trabalho a fins lucrativos. Esse capital em processo “cria (e destrói) novos mundos, postos como condição de seu próprio desenvolvimento efetivo” (ALVES, 1999, p. 38).

A ineficácia na cobrança dos devedores milionários visou desmontar a empresa de energia na perspectiva de entregá-la por um valor simbólico ao setor privado. Na esteira da Ceal e das estatais acima citadas, foram privatizadas 46 das 63 distribuidoras de energia nas últimas décadas. Empresas importantes como a *Light* (Rio de Janeiro), a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e a Eletropaulo (São Paulo) foram doadas ao setor privado pelos governos da burguesia. Ao leilão das estatais de energia, realizado em 17 de dezembro de 2020, compareceram gigantes mundiais do setor, como Neoenergia (NEOE3), Engie (EGIE3), EDP Brasil (ENBR3), Alupar (ALUP11), Equatorial (EQTL3), Taesa (TAEE11), Isa Cteep (IRPL4), CPFL (CPFE3) etc. O interesse das multinacionais nos 11 lotes de privatização das empresas situadas em nove estados da federação

denota o quão lucrativo é o referido setor para os capitalistas, pois o risco no segmento é baixo; além disso, há alternativas de financiamento de longo prazo para seus projetos.

A privatização tem permitido que multinacionais como Equatorial e Ultrapar Participações obtenham lucros bilionários. A Ultrapar obteve um faturamento, nos últimos três anos, de mais de 19 bilhões de dólares. Os lucros foram auferidos ainda por empresas análogas, como Light, Cesp, AES Tietê, Omega, CPFL, EDP Brasil, TAG, Engie, Energisa, Copel, Ampla, Celpe, Coelba, Elektro, Sulgipe, Forcel etc. Como parte da lógica de ganhos do capital, esse cenário torna evidente que “a incapacidade de estabelecer limites significativos e praticamente observáveis é uma das características definidoras mais importantes dos desenvolvimentos capitalistas, com implicações de longo alcance para a viabilidade do sistema” (MÉSZÁROS, 2002, p. 658).

De um lado, o governo Bolsonaro afirma que inexistem recursos para investir na recuperação das estatais estaduais administradas pela Eletrobras; de outro, não poupa esforços para liberar mensalmente, através da Conta-Covid, 4 bilhões de reais mensais ao setor, aumentando as tarifas de energia para os trabalhadores e reduzindo expressivamente as tarifas para as empresas do agronegócio e dos distintos setores. Estes são os verdadeiros responsáveis pelos rombos nas contas de companhias estatais como Eletrobras (federal), Cemig (estadual mineira), Copel (estadual do Paraná) etc.

O blecaute no Amapá resulta claramente da política de privatização imposta pelas medidas neoliberais ao longo das últimas décadas; a mercantilização dos serviços públicos tiveram como propósito salvar os capitalistas da crise econômica. É preciso salientar que o grande responsável pelo apagão do Amapá é o capital, personificado na Concessionária Linhas de

Macapá Transmissora de Energia e no governo Bolsonaro. Isso demonstra que a privatização não resolve o problema do fornecimento de energia e muito menos representa um barateamento de seu valor. Se o preço da energia não alcançou valores ainda mais elevados, isso se deve ao repasse das despesas para as empresas estatais como a Eletrobras e ao fato de o governo subsidiar a tarifa mediante um pacote de ajuda para o setor privado.

A privatização da antiga Ceal se inscreve no bojo do movimento de abertura do mercado endógeno para o capital estrangeiro iniciado na década de 1990 e que representa a plena entrega das riquezas estaduais e nacional para as grandes corporações transnacionais. Estudos do FGV (Fundação Getúlio Vargas) apontam que, entre 2016-2020, as empresas estrangeiras se apropriaram de 93% das empresas de energia vendidas ou doadas (CARDOSO, 2020). A privatização da principal matriz energética brasileira representa o inexorável aprofundamento da dependência econômica em relação às grandes corporações estrangeiras. A entrega do terminal portuário de Maceió (MAC10) e da antiga Ceal pelos míseros 50 mil reais serve como testemunho de que a economia alagoana passará a constituir-se ainda mais refém dos interesses de grandes corporações estrangeiras como Equatorial e TIMAC Agro. Enquanto isso, nas economias imperialistas (China, EUA, Alemanha, Canadá e França) empresas privadas de energia estão sendo reestatizadas devido sua relevância estratégica na segurança nacional.

Nesse contexto, é fundamental que os trabalhadores se organizem para barrar o processo de privatização do sistema de energia nacional e assumam o controle das riquezas naturais e das riquezas que emanam de seu trabalho. É essencial que os trabalhadores se apropriem das experiências coletivas

desenvolvidas na Argentina, na Venezuela e no Brasil, das fábricas ocupadas, das terras ocupadas, das escolas ocupadas etc. Os trabalhadores que produzem todas as riquezas não podem continuar assistindo passivamente ao saque das riquezas produzidas por suas mãos. Por isso devem se ocupar todas as empresas privatizadas e todas as terras (públicas, devolutas e improdutivas) existentes no Brasil.

Como “o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites” (MÉSZÁROS, 2002, p. 251), e embora o capitalismo tenha trazido para a sociedade um desenvolvimento cada vez mais intensivo das forças produtivas, que, por sua vez, são indispensáveis à reprodução social, o seu caráter irracional e destrutivo torna essa abundância restrita a uma minoria. Os processos de precarização e de insegurança avançam por todo o mundo e “o trabalho desprotegido e subpago está a alastrar-se como mancha de óleo, ao passo que mesmo o trabalho mais estável experimenta uma pressão em direção à intensificação sem precedentes” (MÉSZÁROS, 2006, p. 37). É preciso avançar na luta pela superação desses entraves. É preciso ir avante, na contramão desse sistema, visando constituir uma ofensiva de massa socialista.

Referências

ALVES, G. *Trabalho e Mundialização do Capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*, 2. ed. capítulos 1 e 7. Londrina: Práxis, 1999.

BARBOSA, Alexandre. *Eletrobras Alagoas é arremata em leilão por preço simbólico de R\$ 50 mil*. Endereço eletrônico:

bo.com/portal/noticia/2018/12/ceal-e-arrematada-em-leilao-por-preco-simbolico-de-r-50-mil_67269.php. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

BERNARDO, J. *Democracia Totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.

CADA MINUTO. *Privatização*: Bolsonaro inclui Porto de Maceió no Programa de Parcerias de Investimentos. Endereço eletrônico:

<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2020/09/11/privatizacao-bolsonaro-inclui-porto-de-maceio-no-programa-de-parcerias-de-investimentos>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. *Eletrobras, privatização humilhante*. Endereço eletrônico:

<https://outraspalavras.net/direita-assanhada/eletrobras-privatizacao-humilhante/>. Acesso em 22 de dezembro de 2020.

CERQUEIRA, Carla. *Usinas devem R\$ 128,8 milhões em contas atrasadas à Eletrobras*. Endereço eletrônico:

<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=210790#>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

CLEMENTE, Isabel; LEAL, Andréa; NEVES, Maria Laura. *Lula privatizou... Revista Época*. Endereço eletrônico:

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR79551-6009,00.html>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

CUT – ALAGOAS. *Usinas devem R\$ 128,8 milhões em contas atrasadas à Eletrobras*. <http://www.cut-al.org.br/destaque->

central/345/usinas-devem-r-128-8-milhoes-em-contas-atrasadas-a-eletobras. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

FELIX, Tatiana. *Expressões da Questão Social em Alagoas: estudos de aspectos sociais históricos e econômicos*. In: Capitalismo tardio na dinâmica histórico-conjuntural brasileira. Org.: Gilmaisa Macedo e Edlene Pimentel, Edufal, 2020.

GEIPOT – EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. *A reforma portuária brasileira*. Endereço eletrônico: <https://www.agenciainfra.com/blog/infradebate-privatizacoes-dinamismo-nos-portos-e-ogmo/>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

G1. *Renan Filho se diz a favor de privatizar Eletrobras, desde que dívida seja paga*. Endereço eletrônico: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/08/renan-filho-se-diz-favor-de-privatizar-eletobras-desde-que-divida-seja-paga.html>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

G1. *Cheiro de enxofre incomoda moradores de Santa Luzia do Norte e Satuba, AL*. Endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2018/07/30/cheiro-de-enxofre-incomoda-moradores-de-santa-luzia-do-norte-e-satuba-al.ghhtml>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

HARVEY, David. O novo imperialismo. Trad. Adail Sobral e Maria Stella Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005. In: HARVEY, David. *O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação*. Socialist Register, 2004.

IMA – INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS. *Indústria de fertilizantes é multada em mais de R\$ 250 mil*. Endereço eletrônico: <https://www.ima.al.gov.br/industria-de-fertilizantes-e-multada-em-mais-de-r-250-mil/>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

MARX, K. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro I, II Vol. I e II. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura Ltda., 1988.

MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. In: O desemprego crônico: o significado real de “explosão populacional”. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa, São Paulo: Boitempo e Editora da Unicamp, 2002.

MONITOR MERCANTIL *Bolsonaro inicia privatização dos portos de Santos e de São Sebastião*. Endereço eletrônico: <https://monitormercantil.com.br/bolsonaro-inicia-privatizacao-dos-portos-de-santos-e-de-sao-sebastiao/> Acesso em 20 de dezembro de 2020.

ROMERO, Daniel; ANDREASSY, Érika; GODEIRO, Nazareno. *Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT*. São Paulo: ILASE, 2014.

SABE. *Equatorial – um caso de sucesso no setor de energia elétrica*. Endereço eletrônico: sabe.com.br/blog/detalhe/equatorial-um-caso-de-sucesso-no-setor-de-energia-eletrica. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

SINDIPETRO. *Timac Agro é acusada de poluição ambiental*. Informativo do SINDIPETRO AL/SE – N° 574 – 1 a

6/6/2011.<http://sindipetroalse.org.br/manager/comum/uploads/arquivo/noticia/252/f54f4e593f6142f391b711b82fd7992d.pdf>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL *Habeas corpus: HC 003417-92.2019.1.00.0000 RS – Rio Grande do Sul 0034917-92.2019.1.00.0000*. Endereço eletrônico: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/794175780/habeas-corpus-hc-179636-rs-rio-grande-do-sul-0034917-9220191000000>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

THEODORO, Marcelo Antonio, TYBUSCH, J. Siqueira. *Direito ambiental e socioambientalismo*. Florianópolis: CONPEDI, 2017.

TIMAC AGRO. *Timac Agro em números*. Endereço eletrônico: <https://www.timacagro.com.br/quem-somos/> Acesso em 21 de dezembro de 2020.

VILANOVA, Aprígio. *Daniel Dantas e grupos de investimentos dos EUA arrematam a Ceal*. Endereço eletrônico: <http://blogdobob.blogspotagazetaweb.com/2018/12/28/daniel-dantas-e-grupos-de-investimentos-dos-eua-arrematam-ceal/>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

CAPÍTULO IV

MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E CRISE DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA ALAGOANA

Apesar de o termo mundialização ganhar destaque nos tempos hodiernos pela mediação das pesquisas realizadas por François Chesnais (1996), Immanuel Wallerstein (1989), Samir Amin (1996), Giovanni Arrighi (1994), Fernand Braudel (1979), Gunder Frank (1978), Paul Bairoch (1994) e Tamás Szentes (1985), nota-se que a natureza cosmopolita é inerente ao sistema do capital. A mundialização do capital não decorre de uma fatalidade histórica ou de uma determinação natural, mas da necessidade de a Europa superar as restrições e limitações impostas pelo feudalismo.

O complexo açucareiro constituiu-se como peça fundamental do movimento de implementação do mercado mundial; neste, o modelo *plantation* foi um elemento ímpar da primeira forma da mundialização necessária à etapa de transição do capital mercantil ao capital industrial. A colonização consistiu no aspecto decisivo que levou a Europa a superar o isolamento em que estava enredada durante mais de mil anos, sem lograr derrotar o modo de produção asiático, predominante na Ásia, no Oriente Médio e na África.

A economia alagoana alcançou o desenvolvimento capitalista não de uma forma espontânea, mas mediante a pressão de forças exógenas que aportaram no litoral brasileiro para estabelecer relações mercantis baseadas, primeiramente, na extração do pau-brasil, recorrendo ao trabalho compulsório de

sua população nativa para paulatinamente estabelecer relações de produção assentadas na exploração do trabalho, o que resultaria na completa destruição do modo de produção comunal que aqui subsistia.

A implementação da agroindústria canavieira em Alagoas deu-se mediante a recorrência ao sistema socioeconômico mais desumano que já existiu na história da humanidade. O trabalho escravo, que se constituiu como os pés e as mãos do sistema colonial, plasmou-se em Alagoas para atender exclusivamente aos imperativos da mundialização do capital em sua etapa de formação histórica. O modelo *plantation* teve na produção canavieira sua formatação essencial.

A produção canavieira, seja na forma de engenhos, seja na forma de usinas, sempre esteve articulada aos imperativos e às necessidades do mercado mundial, visando à mundialização do capital, e jamais aos interesses de seus produtores. Claramente se produziu cana-de-açúcar como mercadoria (valor-de-troca), ou seja, produziu-se exclusivamente açúcar para ser levado ao mercado e atender às necessidades de expansão e acumulação de capitais, e não para estabelecer melhores relações de sociabilidade.

A produção canavieira forjou-se inicialmente na exploração do trabalho escravo dos indígenas de uma forma tão desumana e violenta que, decorridos quarenta anos de sua implementação, essa formatação exterminou mais de 2 milhões de indígenas de distintas etnias no litoral brasileiro. Essa forma de exploração predatória do trabalho humano motivou inúmeros movimentos de resistências e revoltas indígenas de distintas matizes, como as Guerras dos Bárbaros (1621-1720), a Guerra de Sergipe (1575-1580), a Guerra Potiguara (1575-1599), a Confederação Cariri, a Confederação dos Tamoios (1556-1567), a Guerra de Orobó (1657-1659), a Guerra do Aporá

(1669-1673) e as Guerras no São Francisco (1674-1679). Ao contrário do que difundiu a ideologia colonial-capitalista, os povos indígenas estavam muito distantes de ser preguiçosos, bárbaros e selvagens; eram tão só povos que viviam em sociedades comunais e não tinham sido contaminados pelo espírito de ganância e lucro dos capitalistas.

A instalação dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar na Zona da Mata alagoana resultou no genocídio dos caetés e dos demais povos indígenas; a acusação de canibalismo serviu para justificar os inúmeros massacres, genocídios e extermínios de nações inteiras. Tudo leva a crer que os caetés não foram os verdadeiros responsáveis pela morte do bispo Dom Pero Fernandes Sardinha em 1556, mas resultou de uma emboscada feita pelos próprios colonizadores portugueses, que buscavam impedir a chegada do referido bispo a Recife, para onde se dirigia a fim de denunciar as atrocidades cometidas contra os povos indígenas naquela comarca.

A acusação de canibalismo encobriu as barbaridades perpetradas por figuras como Mem de Sá, Duarte Coelho, Martim Afonso de Souza, João de Barros, Cristóvão de Barros, Cristóvão Lins, Antônio de Barros Pimentel, Domingos Jorge Velho, Raposo Tavares etc. Esses homens eram verdadeiras máquinas de exterminar e triturar mentes e corpos indígenas, verdadeiras representações do que existia de mais bestial e desumano na história da colonização portuguesa.

O sistema de sesmaria levou à expropriação das terras indígenas e impôs o sistema da escravidão, em que o capital mercantil buscou pela força instituir as relações de subsunção formal do trabalho. O capital mercantil estabeleceu um processo de dominação das relações de trabalho nas colônias em nada baseado na liberdade que viria a constituir as relações de trabalho assalariado; era impossível estabelecer o trabalho assalariado

quando os nativos possuíam ainda acesso aos meios de produção e aos meios de subsistência. Para instalar os engenhos, os colonizadores (donatários, capitães-mores, ouvidores, militares, capitães do mato etc.) recorreram à violência aberta, massacrando os indígenas e expropriando suas extensões de terra.

O crescimento exponencial do número de engenhos em Alagoas, passando de dez engenhos em 1590 para mais de mil engenhos em 1930, implicou a completa dizimação dos povos indígenas, a conquista de suas terras e a expulsão dos sobreviventes para o sertão ou para as matas fechadas, pois passaram a ser caçados como cães raivosos e criaturas monstruosas pelos colonizadores. Não é à toa que encontramos no sertão de Alagoas os povos Katokim, Karuazu, Geripankó, Pankararu e Kolupanká, e nenhum remanescente indígena no litoral alagoano. A usina Santo Antônio, instalada no município de São Luís do Quitunde, configura-se como a expressão cabal dessa trajetória desumana, da mesma maneira que os engenhos que se plasmaram nos vales dos rios Mundaú, São Miguel e Paraíba.

A fome indômita do colonizador europeu por mais trabalho e mais-valia promoveu a dizimação dos povos indígenas e à sua domesticação pela violência. Após a destruição dos tupinambás e tupiniquins, pela mediação de guerras e epidemias, os colonizadores passaram a explorar a força de trabalho constituída pelo triângulo comercial estabelecido entre Europa, América e África. Os mercadores ampliaram seus negócios lucrativos comercializando na América a carne dos seres humanos aprisionados no continente africano. No entanto, da mesma forma que existiu a resistência indígena, também houve a resistência dos africanos escravizados nas plantações de cana-de-açúcar.

Entre os movimentos de resistência, os quilombos que constituíram a República Palmarina (Angola Janga) desempenharam tarefa medular. A experiência palmarina ocupou papel notório para a emergência de milhares de quilombos constituídos ao longo da colonização lusitana e da monarquia (colonização inglesa do Brasil). A experiência – que contou com as lideranças de Ganga Zumba, Zumbi dos Palmares, Dandara e Aqualtune etc. – representou o maior movimento contraposto à colonização mercantil portuguesa e aos senhores de engenhos, plasmando-se como uma experiência bem-sucedida contra o modo de produção capitalista concentrado na exploração do trabalho escravo, no latifúndio e na monocultura da cana-de-açúcar. A República Palmarina representou a maior de todas as lutas contra a estrutura econômica baseada na exploração do trabalho escravo e na produção canavieira.

A derrota definitiva de Palmares, depois do malogro de mais de setenta ofensivas bélicas das forças holandesas, portuguesas e espanholas, representou a constituição do sistema mais perverso que existiu na história da humanidade e que o Brasil foi o último país da América a extirpar. O decreto lançando uma pá de cal na escravidão deu-se após os tênues movimentos de resistência dos escravizados e a garantia estatal de que nenhum senhor de escravo seria penalizado com o fim da escravidão. As garantias estatais ao estabelecimento do novo processo culminaram com a Proclamação da República; os escravos foram transformados em párias, destituídos de meios de produção e de meios de subsistência, destinados ao grande exército industrial de reserva.

As transformações políticas asseguraram os interesses do capital estrangeiro em conluio com a burguesia subordinada e dependente brasileira. A ausência de um processo

revolucionário viabilizou a natureza dependente do capitalismo brasileiro no interior da mundialização do capital. A passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo dos monopólios impôs a subordinação da economia brasileira aos imperativos do capital norte-americano. Apesar de dizer-se contrário ao trabalho escravo no Brasil e estabelecer algumas barreiras ao comércio transcontinental de escravos, a economia britânica foi a principal beneficiada pela exploração do trabalho escravo na cultura da cana-de-açúcar brasileira durante todo o decorrer do século XIX.

A metamorfose do engenho, engenho central e usina passou pela concorrência dos engenhos entre si e, finalmente, pela concorrência das usinas com os engenhos, quando estes foram esmagados completamente pelos usineiros. Os engenhos, acostumados a esmagar o trabalho dos escravos, serão, por sua vez, esmagados pelos usineiros; estes reproduzem o ciclo da violência que forja o capital. Os usineiros contarão com o respaldo da maquinaria estatal, constituída pelo IAA (Instituto do Açúcar e Alcool). Nas décadas que pautam a ascensão do processo de industrialização do Brasil, os engenhos conheceram o seu canto de cisne. Para isso, o regime militar-empresarial vai desferir um golpe mortal nas estruturas anacrônicas que persistiam no campo e impediam o livre desenvolvimento da produção capitalista assentada na intensa exploração do trabalho assalariado e na destruição dos mananciais de águas, florestas, comunidades indígenas, fauna e flora.

A expansão das usinas de Alagoas está associada ao ciclo histórico da constituição e expansão do capital monopolista num cenário de intensificação da mundialização da economia. Uma demonstração disso aparece nas disputas que marcaram a relação entre capital nacional e capital estrangeiro, em que o capital estrangeiro impediu o livre desenvolvimento do álcool (USGA)

pelas usinas alagoanas. Nesse campo, a usina Serra Grande, de propriedade de Salvador Lyra, pai de Carlos Lyra e João Lyra, teve seu projeto de exploração do álcool abortado por pressão das multinacionais do complexo petrolífero. Segundo a FIEA (2018, p. 62): “Com o poder de pressão, esses estrangeiros exigiram do então presidente Getúlio Vargas que acabasse com esse projeto da usina alagoana. Foram atendidos”. Esse cenário será alterado na década de 1970, quando o capital nacional e o capital estrangeiro atuam irmanados no mesmo projeto de conquista do mercado exógeno para o novo processo de mundialização do capital.

A crise econômica comparece como um aspecto inerente ao sistema do capital. Sua primeira manifestação ocorre logo após a expulsão dos holandeses do Brasil em 1654, quando estes passam a desenvolver a produção açucareira nas ilhas Canárias e em Cuba; posteriormente, a crise ressurge no período de modernização do processo produtivo, o que contribui para o desaparecimento de mais de mil engenhos somente na região da Zona da Mata alagoana, entre 1930 e 1960. A criação do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), em 1933, e da Asplana (Associação dos Plantadores de Cana-de-Açúcar), em 1942, acelerou a falência dos engenhos e concentrou integralmente a produtividade nas mãos de determinados grupos econômicos, integrantes da oligarquia local, denotando a relação estabelecida entre a produção canvieira concentrada nas usinas e a produção desenvolvida nos engenhos.

O apoio incondicional dos usineiros ao regime militar-empresarial instalado em 1964 fortaleceu os elos da relação da produção canvieira com o capital transnacional. A preferência norte-americana pela produção nacional proporcionou um salto qualitativo das exportações brasileiras, que passaram de 12 mil toneladas métricas em 1960 para 717 mil toneladas métricas em

1963, estreitando os laços golpistas da embaixada norte-americana no Brasil com a representação política dos usineiros.

Além de ampliar seu espaço no mercado mundial com o embargo comercial da produção açucareira cubana, os usineiros puderam usufruir da constelação de benefícios e empréstimos estatais para a sua modernização: 19 destilarias foram construídas em Alagoas. Foram mais de 3 bilhões de dólares destinados ao desenvolvimento do complexo entre 1971 e 1975. Ressaltam-se o Fundo de Recursos da Agroindústria Canavieira, o Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste, o Fundo Especial de Exportação (1965), o Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira (1971), o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (1971) e o Programa Nacional do Álcool (1975).

A grande expansão experimentada na época do milagre brasileiro será obstada pela crise que solapará a economia brasileira na década de 1980, advinda da hipertrofia do capital financeiro e do crescimento exponencial da dívida pública. As exigências impostas pelos órgãos de fomento internacionais provocam uma completa reviravolta na natureza do Estado: este é destituído de suas tarefas de principal promotor do desenvolvimento da economia nacional. A hegemonia do capital financeiro impõe o afastamento radical do Estado de elemento dinamizador da economia capitalista, para restringir-se às tarefas simplesmente administrativas de captação de recursos dos trabalhadores e repassá-los ao sistema financeiro.

O crescimento da dívida pública e o aprofundamento da recessão conduzem à debacle do regime militar-empresarial em 1984: a inflação havia chegado a mais de 280% em 1983. Nesse novo cenário, os representantes políticos da burguesia, numa economia dependente como a brasileira, deveriam colocar em curso as medidas neoliberais, conforme as exigências do

imperialismo instalado em Wall Street. Ocorre a extinção do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) em 1991, a desativação do Proálcool e do Planalsucar, a federalização e a privatização da Ceal, o fechamento da Emater, da Codeal e da Epeal, e a falência do Banco do Estado de Alagoas (Produban), provocada pela inadimplência de 18 usinas caloteiras. Nesse processo, intensificam-se as medidas contra os trabalhadores; milhares de trabalhadores serão demitidos e os que permaneceram tiveram seus direitos solapados com o fim do sistema de moradia e o rebaixamento dos salários. Nem mesmo a anistia fiscal concedida pelo Governo Fernando Collor aos usineiros na década de 1980 e os empréstimos do Produban na década de 1990 impediram muitas unidades de encerrar suas atividades.

A aplicação das medidas neoliberais e o aprofundamento da nova mundialização do capital levaram ao aumento da concorrência e à concentração da produção na década de 1990, o que resultou na falência de usinas como Alegria, Bititinga, Ouricuri, São Simeão, Terra Nova, Alegria e Conceição do Peixe, bem como de destilarias autônomas como Maciape, Massagueira e Roteiro. A preservação dos sete grupos empresariais (Carlos Lyra, João Lyra, Tércio Wanderley, Maranhão, Olival Tenório, Toledo e Andrade Bezerra) exigiu o deslocamento de parte de sua produção para o centro da produção monopolista, em que atuam grupos como Raízen Energia S/A, Bioserv, Petrobrás, Bunge, Louis Dreyfus *Commodities*, Grupo Guarani (francesa Tereos), Grupo Bazan, Grupo São Martinho, Grupo Renuka, GranBio, Cargill, British Petroleum (BP), ETH (Odebrecht Agroindustrial), Copersucar etc. A produtividade nos níveis aplicados em São Paulo e Minas Gerais requereu o investimento em trabalho morto através do plantio, cultivo e colheita de forma mecanizada, articulada à reestruturação flexível das relações de trabalho. Ou seja, a completa modernização preconizada

segundo os preceitos da produção flexível, terceirizada e precarizada do toyotismo.

A presença do capital financeiro na agroindústria canavieira assumiu corolários cada vez mais decisivos. Isso pode ser observado na formação de vários aglomerados ou empresas estrangeiras no setor, tais como: 1 – Participação dos fundos de investimento na constituição da Bio-energy. Esta empresa resulta da inserção dos fundos estadunidenses provenientes do Kidd & Company, Stark e do Och Zitt Management, e ainda do capital proveniente do banco Merrill Lynch (RRSJDH, 2012, p. 9); 2 – Processo de constituição do grupo Raízen, que deriva do grupo Cosan, com forte atuação na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

Segundo o RRSJDH (Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos), a Cosan conseguiu uma expansão exponencial de seus ativos mediante a captação de recursos financeiros estrangeiros na forma de fundos de investimentos. Pela mediação dos recursos obtidos no mercado financeiro, a Cosan constituiu uma rede de empresas subsidiárias como: Cosan Açúcar e Alcool, Rumo Logística, Cosan Combustíveis e Lubrificantes (LLC) e Radar Propriedades Agrícolas (RRSJDH, 2012, p. 7). O processo que propiciou a formação do maior aglomerado na agroindústria canavieira ocorreu mediante a inserção de empresas relacionadas ao complexo petrolífero e *tradings commodities*. A fusão da Cosan com a petrolífera Royal Dutch Shell resultou na constituição do grupo Raízen (RRSJDH, 2012, p. 7), que opera em São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Distintas empresas estrangeiras provenientes do complexo petrolífero também adentraram no universo da produção canavieira, tanto para produzir bioenergia e biocombustíveis quanto para produzir açúcar e seus derivados.

Em 2008, a British Petroleum (BP) passa a integrar o setor mediante a MP Biofuels, adquirindo 50% da Tropical BioEnergia (LDC BioEnergia e Grupo Maeda) e operando especialmente no sul de Goiás (RRSJDH, 2012, p. 8). Como não poderia deixar de ser, a Petrobras também aparece entre as principais empresas petrolíferas, inserida no complexo sucroenergético mediante fusão com o grupo São Martinho. A expansão da agroindústria canavieira e da produção sucroenergética tem se dado na região Centro-Sul, especialmente no oeste e noroeste paulista, no Triângulo Mineiro, no norte do Paraná e no centro e sul dos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. O Estado de São Paulo é o maior produtor, seguido por Minas Gerais, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul, Alagoas e Pernambuco.

As medidas neoliberais não impediram que o Estado continuasse subsidiando usineiros por meio de distintos mecanismos e instrumentos. A crise que afetou determinados segmentos do complexo serviu para justificar a necessidade de apoio estatal à agroindústria canavieira. Esta contou com financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e com incentivos governamentais; somente na época do governo Lula foram liberados RS 28,2 bilhões.

A introdução de recursos estatais no governo Lula alavancou o setor, especialmente com o Programa Nacional de Biocombustíveis. Os recursos estatais se materializaram na forma de anistia fiscal, rolagem das dívidas, créditos a juros subsidiados e acordos comerciais estabelecidos em escala internacional para assegurar mercados. Essa política teve continuidade no governo Dilma Rousseff, que auxiliou o setor mediante a ampliação da mistura de etanol na gasolina, de 20%

para 25%; já o governo Temer conseguiu a liberação de 500 milhões de dólares para o setor, em março de 2017.

Essas medidas não impediram que o referido complexo fosse também afetado pela crise econômica mundial de 2008. A principal articulação com a debacle internacional se revelou na falência das usinas do Grupo João Lyra, implicando a queda da produção agroindustrial alagoana da segunda para a sexta posição *no ranking* nacional, ficando atrás de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

4.1 Crise da indústria açucareira alagoana

A crise de 2008 impactou as 27 usinas existentes no Estado de Alagoas, diminuindo expressivamente a capacidade de moagem do setor. Entre as usinas que encerraram suas atividades em Alagoas estão: Laginha (União dos Palmares), Uruba (Atalaia), Guaxuma (Coruripe), Roçadinho (São Miguel dos Campos), Sinimbu (Barra de Jequiá), Capricho (Cajueiro), Porto Alegre (Colônia de Leopoldina), Usina da Pedra (Delmiro Gouveia) e Triunfo (Boca da Mata). A Uruba foi reaberta pela mediação da Copervales.

A quantidade de usinas em funcionamento caiu para 16 unidades. As usinas Cachoeira, Caeté e Marituba pertencem ao empresário Carlos Lyra; as usinas Camaragibe e Santo Antônio, à família Maranhão; as usinas Paise e Sumaúma, à família Toledo; a Porto Rico é do empresário Olival Tenório; a Coruripe, do empresário Tércio Wanderley; a Serra Grande, do empresário Andrade Bezerra.

Participaram da moagem dos 16,3 milhões de toneladas de cana na safra 2016/2017 as seguintes usinas: Cachoeira, Caeté, Camaragibe, Capricho, Coruripe, Marituba, Porto Rico, Paise, Serra Grande, Seresta, Santa Clotilde, Santa Maria, Santo

Antônio, Sumaúma, Terra Nova, Utinga Leão, Triunfo e Copervales. Nota-se um declive no sistema familiar que dominava a produção de açúcar e etanol no Estado de Alagoas; as usinas ligadas à Cooperativa dos Usineiros apresentam sinais visíveis de debilidade e dificuldade para superar a odisseia da recuperação judicial. Algumas das usinas da Cooperativa não faliram porque entraram com solicitação de Recuperação Judicial.

Tabela 2 - Usinas que moeram em 2017 e continuam em atividade

	UNIDADE PRODUTORA	MUNICÍPIO	GRUPO	FUNDADA
1	Cachoeira do Mirim	Maceió	Carlos Lyra	1959
2	Caeté	São Miguel dos Campos	Carlos Lyra	1959
3	Marituba	Igreja Nova	Carlos Lyra	1982
4	Camaragibe	Matriz de Camaragibe	Maranhão	1943
5	Santo Antônio	Barra de Santo Antônio	Maranhão	1957
6	Copervales – Antiga Uruba	Atalaia	Copervales	
7	Coruripe	Coruripe	Tércio Wanderley	1925
8	Porto Rico	Campo Alegre	Olival Tenório	1973
9	Santa Clotilde	Rio Largo		1952
10	Pindorama	Coruripe		
11	Central Leão – Antiga Utinga Leão	Rio Largo		1894
12	Santa Maria	Porto Calvo	Cooperativa	2002
13	Seresta	Teotônio Vilela	Família Vilela	

14	Serra Grande	São José da Lage		1894
15	Sumaúma	Marechal Deodoro	Grupo Toledo	1970
16	Paisa	Penedo	Grupo Toledo	1978

Do grupo acima, estão moendo com dificuldade financeira as usinas Paisa, Pindorama, Porto Rico, Triunfo, Santa Maria, Utinga Leão e Santa Clotilde. E existem aquelas que ficaram de fora da safra 2016/17 por conta da crise econômica e da baixa produtividade de cana de açúcar.

Tabela 3 - Usinas que faliram

	UNIDADE PRODUTORA	MUNICÍPIO	GRUPO	FUNDADA
1	Roçadinho	São Miguel dos Campos		
2	Guaxuma	Coruripe	Massa Falida Laginha Agro Indústria S/A	
3	Laginha	União dos Palmares	Massa Falida Laginha Agro Indústria S/A	
4	Triunfo	Boca da Mata	Família Tenório	
5	Capricho	Cajueiro	Toledo	1920
6	Cansação de Sinimbu	Jequiá da Barra	Toledo	1893
7	Pedra	Delmiro Gouveia	Carlos Lyra	
8	Porto Alegre	Colônia de Leopoldina	Cooperativa	1974

4.2 Falência da usina Cansação de Sinimbu e da usina Capricho (Grupo Toledo)

A usina Cansação de Sinimbu está localizada no município de Jequiá da Praia, a 18 km de São Miguel dos Campos. A empresa, fundada em 1893, tinha como principal acionista a Cia. Tiuma de Recife (PE), representando os interesses da controladora inglesa Williams & CO. Em julho de 1951, a usina passou para as mãos dos Srs. Benedito Silveira Coutinho e Antônio Silveira Coutinho. Apesar do processo de modernização para acompanhar a dinâmica do setor, a empresa centenária entrou em crise em 2012, passando o controle dos irmãos Coutinho para o Grupo Toledo.

Na época, a usina contava com mais de 1.800 trabalhadores; ao passar para o Grupo Toledo, imediatamente se estabeleceu uma política de demissão de seus trabalhadores, sendo 400 trabalhadores demitidos em novembro de 2016, seguidos de mais 200 trabalhadores; por fim, foram demitidos 300 trabalhadores em fevereiro de 2017, somando ao todo mais de 900 desempregos. Novas demissões foram realizadas, fechando o quadro com mais 200 trabalhadores (garagem e campo) demitidos, totalizando 1.150 trabalhadores expulsos da usina, sem que o governo do Estado, o Ministério Público do Trabalho e o movimento sindical (FETAG e CUT) tomassem qualquer iniciativa para mitigar esse cenário.

As demissões incluíram todos os setores da usina (industrial, administrativo, vigilância, canavieiros etc.). Os representantes do grupo dirigente asseveraram que os trabalhadores somente receberiam seus direitos mediante recurso à Justiça do Trabalho. Pretendiam aproveitar-se da morosidade do Judiciário para obrigar os trabalhadores a aceitarem qualquer acordo. Convicta da lentidão da Justiça

trabalhista, a empresa demitiu sem assegurar o pagamento dos meses atrasados, das horas extras, da multa rescisória, além de não depositar o FGTS na conta dos trabalhadores.

Antes de iniciar o ciclo de demissões sumárias em novembro de 2016, o Grupo Toledo havia atrasado o pagamento do salário dos trabalhadores em mais de cinco meses (salários de 2015; salários atrasados de junho, julho e agosto de 2016). Por conta disso, os trabalhadores forçaram uma negociação com seus representantes, fechando várias vezes a rodovia federal (BR-101) no decorrer de 2015 e 2016. Apesar da tentativa de mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT), a empresa repassou somente o pagamento duma parte dos salários atrasados, uma fração que variava entre R\$ 110,00 e R\$ 220,00 – política semelhante à estabelecida na usina Paise, em abril de 2016, em que os trabalhadores recebiam somente 50% de seus salários semanais (R\$ 150,00).

A prática de intensificação da exploração dos trabalhadores tem pautado o cotidiano das usinas pertencentes ao Grupo Toledo; os trabalhadores da usina Paise (Penedo), da usina Capricho (Cajueiro), Sumaúma (Marechal Deodoro) e Ibéria (Borá/SP) experimentam realidade similar. Os trabalhadores indagavam por que o Grupo Toledo, que se acha no olho do furacão da crise econômica que envolve o complexo sucroenergético brasileiro, assumiu o controle majoritário da usina Cansação da Sinimbu. Um grupo que além de atrasar salários, verbas rescisórias, férias, FGTS etc. dos trabalhadores das distintas usinas (Paise, Capricho, Sumaúma), ainda tem enorme dívida contraída com os fornecedores de cana-de-açúcar (Asplana). Em março de 2013, o Grupo Toledo acumulava dívida de mais de R\$ 2 bilhões com os fornecedores de cana-de-açúcar em Alagoas, e a usina Sinimbu possuía uma dívida de R\$ 175 milhões com o INSS.

Os trabalhadores questionaram as autoridades (jurídicas e políticas), que desconsideraram esse fato e admitiram que o controle da usina Sinimbu fosse assumido por uma empresa com extenso histórico de desrespeito aos direitos dos trabalhadores. Além de suspender o funcionamento da usina, atrasar salários e demitir trabalhadores, o Grupo Toledo colocou em curso a política de demolição das moradias dos trabalhadores que fizeram acordo e receberam modernizações. Restam somente 220 residências das quase 500 moradias existentes no vilarejo; além disso, foram destruídas as moradias dos trabalhadores do campo nas fazendas pertencentes à usina.

Tabela 4 - Destruição do sistema de moradia na usina Sinimbu - 2017

Nº	FAZENDAS	QUANTIDADE DE MORADIAS DESTRUÍDAS
1	Pau Amarelo	30
2	El Dourado	30
3	Lagoa Escura	10
4	Santa Tereza	40
5	Mangabeira	15
6	Barro Branco	100
7	Taquari	50
8	Santa Luzia	20
9	Jequiá do Fogo	20
10	Jetirana	20
11	Carasuípe	20
12	Engenho Novo	10
13	Serra Azul	10
14	Ilha	20
15	Gravatá	30
	Total	425

Fonte: Depoimento dos trabalhadores da usina Sinimbu, 2017.

Há trabalhadores com mais de trinta anos dedicados ao referido complexo sucroenergético que fazem acordo, recebem

valores abaixo de R\$ 20 mil e ainda são obrigados a sair das moradias localizadas no vilarejo da usina Sinimbu. É imprescindível que o Ministério Público do Trabalho (MPT) e os movimentos sociais fortaleçam a luta dos trabalhadores da usina Sinimbu e obriguem o Grupo Toledo a preservar o sistema de moradia de todos os trabalhadores desta usina.

O Grupo Toledo destruiu a agrovila com mais de cem anos de existência tão somente para atender a seus interesses econômicos. A destruição de uma comunidade dotada de infraestrutura superior a muitos bairros de Maceió denota a natureza perversa do capital monopolista. Residências e prédios históricos foram destruídos, bem como restou inviabilizada toda uma comunidade dotada de creche e escola municipal, ambulatório médico, campos de futebol, igreja, clube cultural, área de lazer e reservas de água potável.

Sob o manto da crise, o grupo procura resolver seus problemas demitindo 1.150 trabalhadores e destruindo mais de 500 casas no vilarejo. Nesse processo, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Justiça de Alagoas demonstram claramente sua natureza: ao invés de assegurar os interesses dos trabalhadores, mantêm-se subservientes aos interesses dos usineiros. Este grupo econômico possui o maior cartório de imóveis do Estado de Alagoas.

Nesse contexto, os trabalhadores buscaram assegurar que as terras que integram a usina Sinimbu fossem socializadas com os 1.150 trabalhadores, a fim de evitar a ampliação da miséria e do desemprego no Estado. No entanto, todas as ocupações de terra realizadas pelos movimentos sociais na fazendas da Usina Sinimbu foram marcadas pelo imediato despejo, desvelando o caráter classista-burguês do Poder Judiciário. Os trabalhadores insistem em dizer não à prática predatória do Grupo Toledo e seus consortes, que pretendem

solucionar a crise intensificando a demissão dos trabalhadores e acabando com o sistema de moradia. A ação adotada pelo Grupo Toledo esclarece quem são os verdadeiros responsáveis pelas favelas e pelo desemprego no Estado de Alagoas.

4.3 Processo de Recuperação Judicial da usina Utinga Leão (Rio Largo)

Na esteira da crise que acomete as usinas do Grupo João Lyra (Laginha Agro Industrial S/A) e a usina Roçadinho, a usina Utinga Leão (S/A Leão Irmãos) solicitou a recuperação judicial no segundo semestre de 2013. A empresa centenária, fundada em 1894, passou da tradicional família Amorim Leão para as mãos do Grupo CUCAÚ (Zihuatanejo do Brasil Açúcar e Álcool, S.A. Leão Irmãos Açúcar e Álcool, Brazil Ethanol Leão Participações S/A, Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco e Klebe Participações Ltda.) no começo do século XXI.

O atraso no pagamento do salário dos trabalhadores alimentou o movimento paredista e o protesto com fechamento da BR-104 e da BR-101 várias vezes. Os salários atrasados, a ausência de renovação do plantio de cana e os boatos de venda da usina para um grupo estrangeiro foram a motivação para que os movimentos sociais (Liga dos Camponeses Pobres, Comissão Pastoral da Terra e Movimento Terra e Liberdade) ocupassem parte das terras da usina Utinga Leão em 2009. É no processo de ocupação que acontece o assassinato de Elias Francisco Santos da Silva, em 8 de dezembro de 2010, no acampamento Lajeiro, área de terra grilada pela usina citada. A LCP emitiu uma Nota Pública sobre o caso, em que afirma:

No dia 8 de dezembro, quarta-feira, às 17 horas, o companheiro Elias Francisco Santos da Silva foi assassinado dentro do Acampamento Lajeiro, município de Messias (Alagoas) em terras da Usina Utinga. Foi um assassinato covarde e brutal, o companheiro foi morto com três tiros de escopeta, calibre 12, sendo um deles disparado contra seu rosto. Logo após o ataque, as famílias acampadas, com medo, abandonaram a área. A própria PM quando chegou ao local do crime foi recebida a tiros pelos assassinos que ainda estavam de tocaia na mata

O assassinato do companheiro Elias ocorreu num momento de crescentes ameaças da chamada “segurança” da Usina Utinga devido ao despejo que estava para ocorrer a qualquer momento. No dia 18 de agosto, o Movimento Terra e Liberdade protocolou denúncia no Ministério Público Federal revelando “a existência de grupo paramilitar na Usina Utinga Leão”. Segundo a denúncia do MTL: “A partir daí a Usina ingressou com ação de despejo e, não conformada passou a usar de expediente extrajudicial, com a atuação de grupo paramilitar, pistoleiros se dizendo vigias (...) que andam armados de revólveres, pistolas e espingardas calibre 12”. [...]

No dia seguinte da morte do companheiro Elias seis capangas foram ameaçar as famílias do Acampamento Esperança, dirigido pelo MTL. Na ação de despejo, em novembro, contra as famílias acampadas nas terras da Utinga, os pistoleiros atearam fogo nos barracos do Acampamento Riacho de Pedra antes que os camponeses tivessem tempo de retirar seus pertences. Estes são apenas alguns exemplos das ameaças constantes sofridas pelos trabalhadores (apud LIGA OPERÁRIA, 2010, p. 1-2).

Os mandatários e responsáveis pela morte de Elias Francisco Santos da Silva nunca foram punidos. A empresa seguiu suas atividades na região de Rio Largo e continuou reivindicando direito à pequena porção de terra grilada, sem nunca provar efetivamente a sua propriedade; no entanto, a

Justiça emitiu diversas vezes ações de reintegração de posse, dando direito à usina. A última ação aconteceu em 12 de julho de 2016, quando a Vara Agrária de Alagoas, na pessoa do juiz Claudemiro Avelino, emitiu Ação de Reintegração de Posse contra os trabalhadores do acampamento Lajeiro, em Messias, e a favor da usina Utinga Leão. Após vários atos públicos e o fechamento da BR-101, os acampamentos Lajeiro, Canoé 2, Baixa Funda (CPT), Esperança (MFFT – Movimento Familiar Filhos da Terra), Bananal (MSL – Movimento Social e Luta) e Pachamama (Terra Mãe) sobreviveram, a despeito do poderio econômico, político e jurídico do complexo sucroalcooleiro e agroindustrial.

As quarenta famílias acampadas nos 25 hectares de terra da fazenda Bananal tiveram suas casas destruídas pelas chamas incendiárias provocadas pelos chefes da segurança da referida usina. O dirigente do MSL (Movimento Social e Luta), José Alves dos Santos, registrou queixa na Secretaria de Estado de Defesa Social e na OAB em fevereiro de 2017.

Os diretores e representantes legais da empresa S/A Leão Irmão foram acusados ainda de participar de “organização criminosa” pelo Ministério Público Estadual no processo que resultou na desapropriação de área da usina com 252 hectares, no valor de R\$ 700 mil, com o propósito de servir de base para a construção das casas dos desabrigados das enchentes de 2010. No entanto, a área desapropriada acabou sendo vendida pelo mesmo valor a um grupo privado, sem nenhum processo licitatório, quando na verdade valia mais de R\$ 21 milhões. Por conta disso, o prefeito Toninho Lins foi afastado da prefeitura de Rio Largo (RIOS, 2012^a), sendo posteriormente preso, juntamente com todos os vereadores da cidade. A área adquirida por R\$ 0,27 metro quadrado serviu para um empreendimento

comercial e residencial com 9 mil lotes; cada um foi comercializado pelo valor de R\$ 20 mil na época (RIOS, 2012b).

Os gestores da Utinga Leão afirmam que a empresa entrou em crise em 2013 devido aos baixos preços das *commodities* no mercado nacional e internacional, bem como acusam a estiagem de 2011-2012 como responsável pela restrição da quantidade da cana esmagada. Além disso, afirmam que a crise de 2008 e 2010 impediu a empresa de liquidar as obrigações contratuais com seus principais fornecedores e credores; queixam-se, ainda, da profunda restrição das linhas de crédito por parte do governo federal, o que teria inviabilizado o pagamento de vários contratos (PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL MODIFICADO E CONSOLIDADO – PRJMC, 2014, p. 15). No entendimento do Grupo CUCAÚ, o principal fator foi a falta de liquidez para honrar pagamentos dos credores internacionais e nacionais, o que propiciou uma elevação acentuada do serviço da dívida, corroendo um terço da receita do Grupo.

Para superar a crise e retomar suas atividades, o Grupo CUCAÚ apresentou um Plano de Recuperação Judicial Modificado (2014), no qual propõe recuperar a saúde financeira da usina mediante o estabelecimento “de medidas administrativas, comerciais e operacionais necessárias para equilibrar a receita/caixa, como a diminuição do quadro funcional e cortes drásticos principalmente em despesas/custos, além da reestruturação das áreas agrícolas” (2014, p. 16). O projeto tinha como eixo atacar ainda mais os direitos dos trabalhadores e adotar uma política de restrição do valor dos salários pagos. No entanto, quando solicita subsídios e recursos governamentais, o setor gosta de salientar a sua relevância social no processo de geração de emprego e na tentativa de minimizar o desemprego.

O sucesso proposto presume o estabelecimento de uma política valorativa que beneficie o setor tanto internamente quanto externamente, quando afirma que as empresas que constituem o *corpus* gestor da usina Utinga Leão esperam “seguir o rumo do crescimento de outrora, aliado com: i) perspectivas de elevação do câmbio; ii) mudanças na política governamental de controle do preço dos combustíveis; e iii) expectativa de elevação do preço do açúcar no mercado internacional, em função da redução da oferta do produto” (PRJMC, 2014, p. 16). O referido Grupo deseja que o Estado controle aquilo que é impossível de ser previamente controlado, porque o preço das mercadorias inclui variáveis que são incontrolláveis.

O mercado não é controlado pelo Estado; o Estado é que é controlado pelas leis do mercado. O capital não pode ser controlado para atender às demandas de qualquer setor. A concorrência que impera no referido complexo faz com que essas variáveis possam existir, e a saúde da empresa pode novamente ser afetada pela falta de capital para ampliar sua capacidade produtiva e produzir em grande escala.

Entre os principais credores apresentadas pelas Recuperandas (CUCAÛ) e pelo Administrador Judicial encontram-se:

Tabela 5 – Credores da Usina Utinga Leão - 2014

Composição da lista de credores por classe			
Classe	Lista recuperanda (R\$)	Lista Judicial (R\$)	Adm.
Classe I – Credores Trabalhistas	51.314.833,86	51.621.893,52	
Classe II – Credores com Garantia Real	37.542.912,75	195.793,657,26	
Classe III – Credores Quirografários	607.819.836,61	357.722.756,71	
Total da lista de credores	696.677.583,22	605.138.307,49	

Fonte: (PRJMC, 2014, p. 20)

Para viabilizar o pagamento da dívida aos credores, o Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado se propunha implementar um processo de alienação de ativos imóveis, pagamento em imóveis, recursos provenientes em precatórios e de direitos creditórios juntos à União Federal, cisão/incorporação/fusão com determinadas sociedades, busca de novos prazos e condições especiais de pagamento das obrigações vencidas ou vincendas (PRJMC, 2014). A forma de pagamento em precatórios revela-se um mecanismo meramente especulativo e que serve para repassar os custos ao Estado, pois os recursos provenientes dos precatórios são o volume mais substancial dos recursos para pagar os credores.

A soma dos recursos decorrentes da venda de imóveis equivale a mais de R\$ 63 milhões. Os imóveis vendidos foram: 1) Engenho Bom Sucesso; 2) Engenho Pau- Sangue; 3) Fazenda Santo Amaro; 4) São José dos Gregórios; 5) Humaitá; 6) Fazenda Utinga. A dação em pagamento de imóveis equivale a um montante superior a R\$ 19 milhões. Os imóveis utilizados foram: 1) Colônia Manguaba; 2) Gleba; 3) Chã de Quitéria; 4) Fazenda Itamaracá. Por fim, há os precatórios contra a União Federal, que representam indenização do Estado às empresas pelos prejuízos patrimoniais causados no passado, decorrentes dos atos de fixação dos preços do açúcar e do álcool (PRJMC, 2014).

A Recuperanda Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco foi contemplada com um precatório de R\$ 351 milhões, valor este que começou a receber em janeiro de 2009; sua última parcela foi quitada em 2018. Com as parcelas do precatório, a CUCAÚ se propõe a realizar o pagamento de penhoras trabalhistas, salários atrasados, verbas rescisórias, FGTS e INSS. Além disso, pretende com esse recurso assegurar suas obrigações relativas ao funcionamento da fonte produtora com salários, matéria-prima, fretes de matéria-prima,

contribuições sindicais, pagamento de energia elétrica etc. O saldo de recursos do precatório deve ser “integralmente destinado à recomposição do capital de giro das Recuperandas” (PRJMC, 2014, p. 28). Na proposta de pagamento aos credores trabalhistas, o butim ou saque do trabalho novamente se revela, quando solicita abatimento das multas trabalhistas aplicadas – em contraposição ao que reza a CLT –, exclusão de toda e qualquer forma de juros, redução do pagamento das horas extras em 50%, pagamento de somente 30% do valor fixado por danos morais aos trabalhadores, valores superiores a 150 salários mínimos com desconto de 50% e isenção de pagamento de custas e INSS nos valores abaixo de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Entre as dívidas elencadas ainda se encontra a necessidade de pagamento à ex-proprietária da usina Utinga Leão. Nesse item há um conjunto formado por quarenta credores quirografários, “que representa a ora denominada ‘Família Leão’ e é titular de um crédito de mais de R\$ 57 milhões” (PRJMC, 2014, p. 43). Os proponentes da recuperação não pagaram nem mesmo os primeiros credores, o que leva a crer que a listagem dos credores é enorme. E quando se propõe a saldar a dívida com os credores, seus mecanismos são espúrios: primeiro, recorrem ao precário para saldar suas dívidas; segundo, pedem descontos absurdos para saldar sua dívida com os trabalhadores. No Plano de Recuperação Judicial, os gestores não afirmam como pagarão a dívida de R\$ 176 milhões com a Previdência Social. Uma das empresas que participa do consórcio (CUCAÚ), Zihuatanejo do Brasil Açúcar e Álcool S.A, possui um débito com a Previdência Social no valor de R\$ 116 milhões.

O caráter parasitário do setor sucroalcooleiro (ou agroindustrial canavieiro) se manifesta com toda pujança; sem a expropriação da força de trabalho e o poderoso auxílio dos

recursos públicos jamais conseguiria manter-se intacto. É verdadeiramente um monstro que sobrevive sugando o sangue dos trabalhadores e do Estado, um mecanismo sofisticado de apropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores para ser entregue aos capitalistas (usineiros, empresários, banqueiros etc.).

O caráter senil do setor se configura na afirmação cínica das empresas que formam o cartel denominado CUCAÚ:

As Recuperandas não têm acesso a linhas de crédito nem possuem recursos próprios para financiar a entressafra, que exige a realização de investimentos na renovação do canavial, tratos culturais de lavoura, adequação das plantas industriais e frota e demais despesas relacionadas às atividades agroindustriais, bem como capital de giro, de modo que a utilização dos recursos do Precatório é a única capaz de manter viva a fonte produtora e a atividade econômica, preservando os interesses dos credores e a função social da empresa, à luz do que dispõe o art. 47 da Lei nº 11.101/2005.

Estas são as palavras promissoras das empresas signatárias que começaram o processo de recuperação da usina Utinga Leão. As palavras conclusivas de sua proposta de recuperação denotam o itinerário perseguido pelas unidades que constituem o referido complexo. As palavras do Grupo CUCAÚ são reveladoras, pois demonstram o ser precisamente assim da burguesia agrária brasileira. Não é à toa que os trabalhadores da referida usina voltaram a protestar contra o atraso no pagamento de seus salários nos anos subsequentes (2015 e 2016).

4.4 Falência da usina Triunfo (Boca da Mata)

A usina localizada no município de Boca da Mata foi fundada em 1950 pelo industrial João Evangelista. Na época da

falência, pertencia ao empresário João Tenório, que entrou com pedido de recuperação judicial em outubro de 2015, alegando problemas financeiros. Em nota pública, a Triunfo Agro Industrial S/A explica os motivos do pedido de recuperação judicial: 1) a crise econômica brasileira; 2) as dificuldades decorrentes da seca sobre os canaviais. A direção da empresa entende que:

O processo de recuperação Judicial tem por objetivo a superação da crise econômico-financeira da empresa, para garantir a manutenção da sua capacidade produtiva, dos empregos e dos interesses dos credores, promovendo a sua preservação, a sua função social e o estímulo à atividade econômica. Após deferimento do processo pelo juiz, a Usina Triunfo terá o prazo de 60 dias para apresentar um plano de recuperação judicial prevendo os seus meios de recuperação e a forma de pagamento das suas dívidas, e que será submetido à aprovação dos seus credores (apud JORNAL PRIMEIRA EDIÇÃO, 2015, p. 1).

A insolvência do Grupo Triunfo Agro Industrial S/A pertence ao ex-senador João Tenório do Estado de Alagoas. Ao entrar com pedido de recuperação judicial, a usina demitiu imediatamente 400 trabalhadores do setor industrial; normalmente operava com 1,3 mil trabalhadores e no período de safra chegava a empregar 3,2 mil trabalhadores. O pedido de fechamento e recuperação judicial foi uma surpresa para alguns segmentos, porque a usina havia alcançado um crescimento de 17,4% quando comparada a safra de 2012/2013 com a de 2011/2012 (passou de 1,2 milhão de toneladas para 1,4 milhão, ficando abaixo somente das usinas Coruripe, Santo Antônio e Caeté) A paralisação das atividades de moagem de cana de açúcar na safra 2015/2106 resultou na transferência de suas 700

toneladas de cana plantada para as usinas do Grupo Carlos Lyra (Caetés e Cachoeira).

O expediente da recuperação judicial, que perpassa 20% da agroindústria canavieira brasileira, precede o processo de decretação de falência e tem como propósito “viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte pagadora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica” (TJAL, 2016, p. 3).

Dada a impossibilidade de enfrentar a crise pela mediação da abertura de novas linhas de crédito no mercado financeiro – o que indica que a família Tenório não possui credibilidade no mercado –, a empresa apresentou proposta para desmobilizar alguns de seus ativos e assegurar o processo de recuperação judicial do Grupo Triunfo Agroindustrial. Nessa perspectiva se acha a proposta de alienação da fazenda Bulandim (municípios de Gravatá e Limoeiro, em Pernambuco). A venda dos imóveis rurais tem como propósito assegurar o pagamento do passivo trabalhista e dos demais credores (TJAL, 2016).

Segundo a revista Canaonline (2016), aconteceram 79 pedidos de recuperação judicial, entre 2008 e 2016, na agroindústria canavieira brasileira. A maioria das empresas que entrou no processo de recuperação judicial conseguiu um resultado positivo. A recuperação judicial acaba sendo sempre o caminho para a falência e o fechamento das usinas que não conseguiram demonstrar capacidade competitiva cortando custos, aprimorando sua tecnologia e melhorando seus canaviais a fim de ter cana suficiente para assegurar a moagem. O setor não tem sofrido com a diminuição do quadro geral das usinas porque a redução da produção de quem sai é compensada pela ampliação da produção de quem fica.

4.5 Crise da usina Taquara (Colônia de Leopoldina)

A usina Taquara, localizada no município de Colônia de Leopoldina, foi interditada em junho de 2014 pelo Instituto do Meio Ambiente, por infrações cometidas contra o meio ambiente e por não possuir licença ambiental para funcionar. A usina estava funcionando sem filtros nas suas chaminés, “lançando na atmosfera os gases da combustão sem tratamento, e também não tem licença para utilização de fertirrigação, uma técnica de adubação que utiliza a água de irrigação para levar nutrientes ao solo cultivado” (G1GLOBO, 2014, p. 1). O órgão de fiscalização ambiental também interditou o posto de gasolina pela inexistência de licença para funcionar.

4.6 Crise da usina Santa Maria (Porto Calvo)

A Central Açucareira Usina Santa Maria S/A, fundada em 2002, participa do sistema de cooperativa (CRPAA), estando instalada no município de Porto Calvo, região Norte de Alagoas. Por decisão da Cooperativa, a empresa parou suas atividades na safra 2014/2015 e repassou mais de 400 toneladas de cana para outras empresas cooperadas. No entanto, conseguiu retomar suas atividades na safra 2015/2016.

A suspensão da moagem em 2014/2015 resultou da grave crise que a empresa atravessa. A CRPAA (Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de Alagoas), que assumiu o controle da usina, não conseguiu pagar as dívidas trabalhistas nem encontrar novas fontes de financiamento. A usina Santa Maria possui um débito de mais de R\$ 76 milhões com a Previdência Social, sem falar no montante de sua dívida com o FGTS. No entanto, na gestão do Grupo Oiticica, a usina chegou a moer mais de 1 milhão de toneladas

de cana na safra 2011/2012 (GAZETAWEB, 2015b), e parecia constituir-se numa alternativa aparentemente viável depois do fechamento usinas Maciape, São Gonçalo e Santana. Em janeiro de 2015, os trabalhadores da usina interditaram a BR-105, exigindo o pagamento dos salários atrasados e dos 13^{os} salários de 750 trabalhadores (350 da indústria e 400 do campo). Além de não depositar o FTGS, a usina era acusada de não pagar hora extra nem multa rescisória.

A elevação do valor das *commodities* no mercado internacional possibilitou que a usina retomasse suas atividades na safra 2015/2016, sob o controle da CRPAA, planejando o processamento de suas 620 mil toneladas de cana plantadas, mediante a contratação de 930 canavieiros e 288 trabalhadores da indústria. A carência de idoneidade administrativa da CRPAA na gestão da Central Açucareira Usina Santa Maria S/A revela-se na análise emitida pelo juiz da Vara do Trabalho de Porto Calvo no Processo nº 0000226-93.2016.5.19.000 do TRT-19, em que no auto anexado o oficial de justiça relata:

..., numa amostragem de 145 processos em execução, apanhados até o dia 31/05/2016, o passivo da executada girava em torno de R\$ 3.923.000,00. Sem falar dos demais acordos vencidos dali até a presente data, das sentenças transitadas em julgado nesse interregno, e dos acordos vincendos, que avançam para além do corrente ano de 2016, cuja perspectiva de descumprimento assombra esta unidade jurídica (TRT-19, 2016, p. 2).

O auto circunstanciado afirma que a Cooperativa simplesmente desconsidera as determinações jurídicas e ainda se apropria indevidamente da riqueza produzida na safra 2016/2017, sem repassar a parte cabível ao pagamento das obrigações trabalhistas geradas.

Acontece que, relativamente à preparação da safra deste ano (2016/2017), ao que se sabe, o fluxo dos repasses sofreu drástica e paulatina redução, gerando o descumprimento de obrigações assumidas perante esta Justiça, sendo crescente a ameaça de que, apesar de iniciada a moagem nos últimos dias, a Usina Santa Maria não a levará em frente. [...]. A COOPERATIVA até o presente momento não deu sinais de que pretenda levar a bom termo a solução do passivo trabalhistas da sua afiliada, já havendo este juízo lançado mão de outros procedimentos ainda não consolidados, que tiveram por objeto o patrimônio de integrantes da direção da Usina, porém sem o sucesso almejado, em razão do pouco amealhado (TRT-19, 2016, p. 3).

O auto ainda reconhece que o salário dos trabalhadores estava atrasado e que o volume de capital necessário para honrar a dívida não seria obtido recorrendo à penhora de bens de pequeno valor. Reconhece também que a empresa passa por uma crise e que sofreu uma redução expressiva do lucro. A magistrada entende que precisa preservar o interesse de ambas as partes:

..., adotar medidas capazes de **garantir**, não apenas o pagamento dos inúmeros créditos trabalhistas, vencidos e vincendos, que tramitam neste juízo, conforme informação supra, como também de assegurar **a continuidade do funcionamento da Usina Santa Maria, com a proteção dos existentes empregos, diretos e indiretos de milhares de trabalhadores** (TRT-19, 2016, p. 3).

Diante do exposto, o juiz da Vara do Trabalho de Porto Calvo determinou “a expedição de **MANDADO DE PENHORA E BLOQUEIO DA PRODUÇÃO, FATURAMENTO E BENS DA EMPRESA** (CENTRAL AÇUCA-

REIRA USINA SANTA MARIA S/A)”. O magistrado ordenou que a comercialização da produção ficasse a cargo da referida empresa e não da Cooperativa; os valores arrecadados deverão ser imediatamente repassados à Vara do Trabalho de Porto Calvo. Para cumprir essa determinação, o oficial de justiça poderia liquidar os bens da empresa (móveis e imóveis, máquinas industriais e agrícolas, equipamentos elétricos, hidráulicos e eletrônicos, veículos etc.) a fim de assegurar o pagamento do salário dos trabalhadores. Por fim, nomeou para o exercício das novas funções de diretor administrativo da empresa o Sr. Leonardo Oiticica Wanderley.

Por sua vez, a Cooperativa recorreu da decisão do juiz do Trabalho de Porto Calvo e apresentou uma constelação de justificativas para eximir-se das responsabilidades inerentes aos desmandos administrativos realizados, como: i) impacto econômico resultante da crise geral que envolve o setor; ii) degradação da produção devido à seca ou à insuficiência pluviométrica; iv) políticas governamentais que depreciam o setor; v) descompasso entre os mercados regionais, em que o Sudeste ocupa uma posição privilegiada; vi) encolhimento das margens de lucro do produtor de açúcar e etanol, com o consequente endividamento; vii) aumento dos custos médios na produção; viii) por fim, afirma que a afiliada participa do sistema cooperativista e que a quebra da cadeia filiada compromete e prejudica a produtividade e a comercialização de todo o grupo que integra a rede (TRT-19, 2016). Ademais, alega que a usina afiliada possui uma plêiade de débitos com a Cooperativa e elenca uma série de compromissos com instituições bancárias, financiamento de máquinas e equipamentos, de fertilizantes e herbicidas. Afirma ainda que os efeitos da decisão judicial afetam a impetrante, impedido seu livre direito de comercialização da produção de suas associadas,

como assegura o contrato estabelecido entre a Central Açucareira Usina Santa Maria e a Cooperativa.

A Desembarcadora do Trabalho Vanda Lustosa reconheceu o mérito do mandado de segurança e devolveu o controle da empresa à Cooperativa em outubro de 2016, suspendendo a decisão judicial que determinou a penhora e o bloqueio da produção da usina e devolvendo a comercialização da sua produção para a Cooperativa dos Usineiros do Estado de Alagoas. Deve a Cooperativa fazer repasse da parte cabível à empresa quinzenalmente (TRT-19, 2016).

Por conta dessa decisão, os salários dos trabalhadores voltaram a atrasar e 800 trabalhadores fizeram uma manifestação na frente do TRT-AL (Tribunal Regional do Trabalho de Alagoas) contra a passagem do controle da comercialização da produção da usina para a Cooperativa (CRPAA), uma vez a Cooperativa nunca conseguiu atualizar o pagamento dos salários dos trabalhadores nos três anos que assumiu o controle da empresa. A FETAG e o sindicato da categoria exigem que a usina seja novamente administrada pela pessoa nomeada pela Justiça do Trabalho da comarca de Porto Calvo; além disso, exigem punição para a Cooperativa, que insiste em desrespeitar os direitos trabalhistas e dos fornecedores (G1GLOBO, 2016b).

4.7 Fechamento da usina Roçadinho (São Miguel dos Campos)

A usina Roçadinho, pertencente à tradicional família Sampaio, começou suas atividades no setor agroindustrial no município de São Miguel (AL) na década de 1970, após experiência centenária no ramo no estado de Pernambuco. A empresa do Grupo Mendo Sampaio S/A possuía porte mediano e alcançava uma taxa anual de R\$ 180 milhões pela moagem de

cana-de-açúcar em cada safra. A empresa demitiu, em novembro de 2013, aproximadamente 800 trabalhadores da indústria e do campo, alegando prejuízo com a queda do valor do etanol no mercado internacional, falta de crédito para continuar tocando suas atividades e a estiagem que baixou o teor de sacarose da cana-de-açúcar, além da elevação do valor dos salários.

A falência da usina Roçadinho não está relacionada ao valor da força de trabalho, pois a reestruturação produtiva e a modernização efetuadas a partir de 2004 asseguram que a empresa foi bem-sucedida na busca de uma produção enxuta e fundada na intensificação da exploração do trabalho. Segundo Fernando Wander, a empresa obteve resultado positivo na implementação da qualidade total, havendo redução do desperdício, planejamento técnico-operacional e racionalização das equipes de trabalho. O modelo toyotista (5S) foi estabelecido mediante o desenvolvimento do senso de utilização, organização, limpeza, padronização e autodisciplina. Pela mediação dos 5S, os processos desnecessários são anulados sem necessitar de premiação em dinheiro ou bens materiais, mas tão somente da promoção dos trabalhadores envolvidos na qualidade e sucesso do referido programa (JORNAL DA CANA, 2008, p. 71).

Além do sistema de melhoria do desempenho funcional do trabalhador, foram implementadas 450 indicadores de produtividade, envolvendo setor do corte de cana-de-açúcar, área irrigada, acidentes de trabalho, qualidade da cana produzida etc. Na safra de 2007/08, a usina contratou 3.600 trabalhadores, sendo 1.600 fixos e 2 mil temporários (JORNAL DA CANA, 2008, p. 72). A predominância do trabalhador temporário sobre o trabalhador permanente denota a tendência hegemônica da empresa de intensificar a superexploração do trabalho. No

entanto, o processo de superexploração da força de trabalho não foi suficiente para assegurar a presença da usina no mercado.

Referências

CANAONLINE. *Começou! A safra canavieira 2016/2017 em início oficial em abril*. Abril de 2016, no. 31. Endereço eletrônico: <https://www.slideshare.net/AntonioIncioFerraz/comeou-a-safra-1617-revista-cana>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

FIEA – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. *Trajatória da Indústria em Alagoas: 1850/2017*. Maceió: FIEA, 2018.

JORNAL DA CANA. *Roçadinho implanta sistema voltado para melhoria do desempenho*. Junho de 2008. Disponível: <http://www.mendosampaio.com.br/>. Acesso em 04 de março de 2017.

JORNAL PRIMEIRA EDIÇÃO. *Insolvência da Usina Triunfo evidencia crise e explica a derrocada do Grupo JL*. 19 de outubro de 2015. Disponível:

<http://primeiraedicao.com.br/noticia/2015/10/19/insolvencia-da-usina-triunfo-evidencia-crise-e-explica-a-derrocada-do-grupo-jl>. Acesso em 06 de março de 2017.

GRUPO CUCAÚ. *Plano de recuperação judicial modificado e consolidado*. Recife: 2014. Disponível:

<https://static1.squarespace.com/static/52ae1ad7e4b00790051d8043/t/53a0cb7ee4b0ccf778150fdb/1403046782572/Plano+de+Recupera%C3%A7%C3%A3o+Judicial+Modificado+->

+Cuca%C3%BA+16+06+2014+%28VERS%C3%83O+FINAL%29.pdf. Acesso em 05 de março de 2017.

G1GLOBO. *IMA interdita Usina Taquara por não ter licença ambiental para funcionar*. 26 de junho de 2014. Disponível: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/06/ima-interdita-usina-taquara-por-nao-ter-licenca-ambiental-para-funcionar.html>. Acesso em 06 de março de 2017.

GAZETAWEB. *Transportadores de cana da usina Caeté param por falta de pagamento*. 31 de 03 de 2015a. Disponível: <http://www.alagoasweb.com/noticia/38033-transportadores-de-cana-da-usina-caete-param-por-falta-de-pagamento>. Acesso em 06 de março de 2017.

GAZETAWEB. *Usina Santa Maria retoma produção e inicia a moagem*. 7 de novembro de 2015b. Disponível: <http://gazetawebmaragogi.com/destaques/usina-santa-maria-retoma-producao-e-inicia-a-moagem-da-safra>. Acesso em 06 de março de 2017.

GLOBO RURAL. *Gigante avança no Arco Norte*. 17 de outubro de 2017. Disponível: <http://revistagloborural.globo.com/Colunas/melhores-do-agronegocio/noticia/2016/10/gigante-avanca-no-arco-norte2.html>. Acesso em 06 de abril de 2017.

LIGA OPERÁRIA. *Pela imediata punição dos assassinos do companheiro Elias e pela desapropriação da usina Utinga*. Dezembro de 2010. Disponível: <http://www.ligaoperaria.org.br/1/?p=424>. Acesso em 05 de março de 2017.

NOVACANA.COM. *O destino está praticamente selado para as 85 usinas em recuperação judicial no Brasil*. 28 de janeiro de 2016.

Disponível:

<https://www.novacana.com/n/industria/usinas/destino-selado-85-usinas-recuperacao-judicial-brasil-280116/>. Acesso em 03 de março de 2017.

RPANEWS CANA & INDÚSTRIA. *Raízen faz parceria com startup para antecipar projeção de safra de cana*. 24 de outubro de 2016.

Disponível:

<http://revistarpanews.com.br/index.php/publi/itemlist/tag/pordentro>. Acesso em 06 de março de 2017.

RIOS, Odilon. *Citada em escândalo, usina de Alagoas recebe prêmio em Recife*. 22 de novembro de 2012a. Disponível:

<http://reporteralagoas.com.br/novo/citada-em-escandalo-usina-de-alagoas-recebe-premio-em-recife/>. Acesso em 05 de março de 2017.

RIOS, Odilon. *Por corrupção, todos os vereadores de cidade de AL são presos*. 17 de maio de 2012b. Disponível:

<https://noticias.terra.com.br/brasil/policia/por-corrupcao-todos-os-vereadores-de-cidade-de-al-sao-presos,510c0a43aa1da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em 05 de março de 2017.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE ALAGOAS – STIAAL. *Crise da cana se agrava e Alagoas pode perder mais duas usinas*. Disponível:

<http://stia-alagoas.com.br/site/index.php/20-banner->

animado/19-crise-da-cana-se-agrava-e-alagoas-pode-perder-mais-duas-usinas. Acesso em 02 de março de 2017.

SINDAÇUCAR-AL. *Dados estatísticos*. 4 de março de 2017. Disponível: <http://www.sindacucar-al.com.br/dados-estatisticos/>. Acesso em 04 de março de 2017.

SILVESTRE – HAFFNER. *Globalização financeira e desindustrialização no Brasil*. Endereço eletrônico: <http://www.coreconpr.org.br/wp-content/uploads/2015/09/globalizacao.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2018.

STIAAL – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar no Estado de Alagoas. *Safra de cana de açúcar deve crescer 4,4 e chegar a 694,5 milhões de toneladas*. Disponível: <http://stia-alagoas.com.br/site/index.php/noticias/103-safra-de-cana-de-acucar-deve-crescer-4-4-e-chegar-a-694-5-milhoes-de-toneladas>. Acesso em 05 de março de 2017.

TRIBUNAL DA JUSTIÇA DE ALAGOAS (TJAL). *Andamento do processo 0725044-24.2015.8.02.001 – Recuperação Judicial – 09/05/2016 do TJAL*. Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/335099906/andamento-do-processo-n-0725044-2420158020001-recuperacao-judicial-09-05-2016-do-tjal>. Acesso em 06 de março de 2017.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – TRT-19. *Processo N.º 0000226-93.2016.5.19.0000 – Mandato de segurança*. 28 de outubro de 2016. Disponível:

https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/401809363/andamento-do-processo-n-0000226-9320165190000-ms-03-11-2016-do-trt-19?ref=topic_feed. Acesso em 06 de março de 2017.

RIOS, Odilon. *Por corrupção, todos os vereadores de cidade de AL são presos*. 17 de maio de 2012b. Disponível:

<https://noticias.terra.com.br/brasil/policia/por-corrupcao-todos-os-vereadores-de-cidade-de-al-sao-presos,510c0a43aa1da310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.htm>

l. Acesso em 05 de março de 2017.

VIAN, C. E. F; LIMA, A. Araken.; LIMA, R. A. Souza. *Estudo de impacto econômico para o setor agroindustrial canavieiro paulista e alagoano: conjuntura e agenda de pesquisa*. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 39, nº 4, out-dez. 2008.

CAPÍTULO V

O CAPITAL MONOPOLISTA E A FALÊNCIA DA PRODUÇÃO TÊXTIL DE ALAGOAS

A indústria têxtil inglesa desempenhou papel decisivo na Revolução Industrial graças ao processo de acumulação primitiva de capitais. As riquezas emanadas da colonização portuguesa do Brasil eram deslocadas para a economia inglesa desde o tratado de Methuen (1703-1836). A experiência revolucionária vivenciada no setor têxtil reverbera sobre os demais complexos econômicos e desencadeia a revolução dos meios de transportes, dos meios de comunicação etc.

Os banqueiros ingleses dominaram a economia brasileira durante todo o século XIX; as episódicas experiências industriais verificadas no Brasil (Barão de Mauá e Delmiro Gouveia) achavam-se subordinadas aos interesses dos capitalistas ingleses. Apesar das relações de dependência, as fábricas de tecido cresceram no Brasil entre 1864 e 1914. A Primeira Guerra Mundial representou um obstáculo ao desenvolvimento da indústria brasileira devido à sua completa dependência das máquinas produzidas na Europa e nos Estados Unidos.

O capital não nasceu pronto e acabado, mas constituiu-se historicamente. O capital monopolista forjou-se a partir das metamorfoses que constituíram o capital mercantil, comercial, industrial e financeiro, sendo este último o elemento basilar de seu processo de formação. Pela mediação do capital monopolista, empresas poderosas conseguiram transcender as fronteiras nacionais e proliferar em diversas partes do mundo. O

capital concorrencial estabelece as bases para o capital monopolista; este submete os governos nacionais aos seus imperativos e propósitos expansionistas.

O capital monopolista se constitui como núcleo estruturante do processo de mundialização financeira. Os grandes aglomerados financeiros e as grandes empresas formam uma rede muito bem articulada de dominação do mercado mundial. Os aglomerados empresariais e financeiros se forjam na forma de cartéis, trustes, *holding company*, fusões e incorporações que levam à falência os grupos menores, pois estes não possuem facilidade de obter financiamento para expandir-se na forma de sociedades anônimas e sofrem a interferência dos distintos complexos econômicos.

Na guerra pelo controle dos nichos fundamentais do mercado mundial, os cartéis e trustes recorrem aos expedientes basilares que constituíram a etapa da acumulação primitiva de capitais. As empresas de N. M. Rothschild, Du Pont, John Rockefeller e J. Pierpont Morgan lançaram mão reiteradamente dos expedientes de rebaixamento intencional dos preços de suas mercadorias para quebrar seus concorrentes. Atuaram como gângsteres, destruindo e apropriando-se das propriedades de seus concorrentes; subornaram autoridades políticas, financiando suas campanhas; compraram juízes. Enquanto as economias centrais passavam pela segunda revolução industrial, a economia brasileira ainda engatinhava na tentativa de implementar suas primeiras indústrias têxteis, com máquinas velhas que eram jogadas fora nas economias centrais.

O embate entre Delmiro Gouveia e as corporações têxteis britânicas emerge nesse cenário dominado pelo capital monopolista e no contexto das relações capitalistas, forjadas de maneira desigual e combinada. A disputa entre Delmiro Gouveia e o capital monopolista britânico, representado pela companhia

Machine Cotton, na primeira metade do século XX, culminará com a falência do representante do capital nacional.

A aquisição da fábrica da Pedra pelos britânicos lançará uma pá de cal na constituição de qualquer espécie de projeto duma burguesia nacional contraposta ao capital estrangeiro. A burguesia brasileira vai claramente percebendo que seria bem vantajoso para ela permanecer aliada ao capital estrangeiro, do que oferecer alguma espécie de contraposição. Isso representava o tácito reconhecimento de que ela não reunia forças suficientes para penetrar na era do capital monopolista de outra forma senão como subordinada.

Paradoxalmente, o capital inglês se comporta de forma distinta nos trópicos, ele que levou ao desencadeamento do movimento ludista, em que os trabalhadores revoltados pelo rebaixamento de seus salários e demissões em massas na época da Revolução Industrial se lançaram contra as máquinas e quebraram várias delas, imaginando que dessa maneira impediriam o avanço da dominação das máquinas sobre os seres humanos e do capital sobre o trabalho. O capital industrial se comporta de maneira distinta nos trópicos: ao invés de incentivar o desenvolvimento das relações industriais e das relações de produção que culminasse na constituição de relações trabalhistas centradas no trabalho assalariado, os representantes da *Machine Cotton* assumiram praticaram o *dumping* ou o rebaixamento do preço de suas mercadorias, na perspectiva de levar a fábrica de Delmiro Gouveia à falência.

A resistência do empresário somente foi quebrada depois de sua morte, quando a empresa britânica conseguiu comprar a Fábrica da Pedra não para intensificar a sua produção, senão para dismantelar suas estruturas e barrar a concorrência. Para demonstrar que o capital industrial e financeiro (imperialista) não economiza métodos para alcançar seus

propósitos, os representantes do capital industrial mais desenvolvido também recorrem ao expediente da quebradeira de máquinas e, por fim, lançam seus restos no fundo do rio São Francisco.

Apesar disso, a Fábrica da Pedra foi reerguida posteriormente, para ser fechada definitivamente na década de 2010. Mesmo com todas as dificuldades e seu desenvolvimento obliquo e irregular, a fábrica persiste durante um século no sertão alagoano, forjando a cidade de Delmiro Gouveia e o desenvolvimento da região sertaneja. No entanto, observando atentamente o desdobramento da produção têxtil alagoana, confirmar-se-á o mesmo destino fatídico das indústrias do empresário cearense, que constituiu riqueza nos estados de Pernambuco e Alagoas.

No decorrer deste texto será abordado o périplo das indústrias têxteis de Alagoas e como o capital concorrencial se plasmou como o principal elemento responsável pelo colapso desta modalidade de produção no espaço topográfico alagoano. Segundo Tavares (2019, p. 3), no recenseamento econômico de Alagoas na década de 1920, evidencia-se um expressivo capital empregado no setor têxtil-algodoeiro, até superior ao das usinas de açúcar. Nesse período já se registrava a existência de 12 fábricas em Alagoas, totalizando um capital empregado de 24.828 contos de réis, enquanto as 15 usinas de açúcar somavam 12.064 contos de réis.

A primazia do setor têxtil era assegurada pela logística e infraestrutura constituída pelas ferrovias, porto de Maceió, produção algodoeira, incentivo fiscal e quase oitenta unidades industriais de beneficiamento de algodão. Uma breve observação da produção têxtil alagoana na década de 1920 revela que a referida modalidade desempenhava um papel superior ao complexo canavieiro. Diferentemente da produção

agroexportadora centrada no monopólio, na monocultura e na exploração do trabalho escravo ou análogo ao trabalho escravo, a produção têxtil implicou a diversificação econômica e a exploração do trabalho assalariado.

A gênese da produção têxtil alagoana antecede a chegada do empresário Delmiro Gouveia no sertão alagoano, em 1912, quando constrói a Fábrica da Pedra (Cia. Agro-Fábril Mercantil) com apoio de capital italiano, precedido pela construção da hidroeétrica Angiquinho (usina de pequeno porte, com 1,1 MW) no rio São Francisco, em 1911, com apoio de capital norte-americano. A primeira fábrica no território alagoano foi erguida em Fernão Velho (Santa Luzia do Norte, depois Maceió) pelo empresário Barão de Jaraguá (José Antônio de Mendonça) e Tibúrcio Alves Carvalho em 20 de agosto de 1857, sob o nome de Sociedade Anônima Companhia União Mercantil. A referida unidade produtiva recorreu ao trabalho escravo, uma vez que o referido barão utilizava a força de trabalho escrava na produção agroexportadora.

A inauguração da Estação Ferroviária ampliou a capacidade de distribuição de sua produção a partir de 1884. Nessa época, esta unidade fabril funcionava com motor hidráulico, com potência de cinquenta cavalos, operando com 2.100 fusos e quarenta teares, mobilizando 74 proletários na transformação de 45 toneladas de algodão em 247 mil metros de tecidos (TICIANELLI, 2016). A ampliação do número de trabalhadores na década de 1920 levou à constituição da vila operária do ABC, enquanto segunda vila operária e ainda da Vila Goiabeira, erguida para atender exclusivamente os aposentados.

Novas fábricas de tecido surgem na época do fim da escravidão, em 1888, apesar de persistir o trabalho escravo em Alagoas depois desta data, como demonstra a existência das comunidades quilombolas, a exemplo da comunidade do

Quilombo em Santa Luzia do Norte (Alagoas), cidade que faz parte da região metropolitana da capital. Entre as novas unidades fabris destacam-se a Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos (1892), a Companhia Industrial Penedense (1895), a Fábrica Cachoeira (1888) e a Fábrica Companhia Progresso Alagoano (1892). As duas últimas, instaladas na cidade de Rio Largo, formavam a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (TAVARES, 2019), que tinha seu sistema de distribuição favorecido pela extensão do sistema ferroviário de Fernão Velho para Rio Largo.

As companhias têxteis do Comendador Gustavo Paiva e Arnaldo Paiva Filho estiveram na base de formação do município de Rio Largo, como remanescentes duma cidade operária – o sistema de moradia da vila operária controlado pelos empresários, bem como sua infraestrutura constituída pelo sistema de saúde, clubes recreios, escolas e igrejas plasmaram-se num espaço urbano que acabou fugindo do controle direto dos patrões, à proporção que foram se forjando novas unidades domiciliares no entorno da fábrica. Um processo análogo verifica-se no movimento de formação da Fábrica da Pedra, que serviu de base para a constituição de Delmiro Gouveia.

As cinco primeiras unidades fabris de pequeno e médio porte fizeram parte do primeiro surto industrial que marcaria o desenvolvimento do capitalismo no final do século XIX, implicando a possibilidade de quebrar o ciclo hegemônico da produção agroexportadora. O fim da escravidão criava um exército de trabalhadores excedentes que permitia a diversificação da economia alagoana sem necessariamente obrigar os capitalistas a paralisar uma parte de seus capitais para investir na compra de trabalho, como se fosse meio de produção e parte do capital constante.

O colapso das relações mais desumanas que existiram na história da humanidade não se dava sem promover novas consequências desastrosas para os ex-escravos, pois servia para ampliar o exército industrial dos homens destituídos dos meios de produção e de subsistência. Isso representava a possibilidade de ampliação do mercado interno brasileiro e alagoano para a produção industrial. Desse modo, o tecido de algodão grosso que servia para cobrir a nudez do escravo será substituído pelo tecido de algodão mais fino, por roupas mais aprimoradas, como camisas, chapéus, bonés, calças, *shorts*, vestidos, saias, blusas, meias, paletós, sutiãs e calcinhas. Muitos dos produtos que somente eram acessíveis aos senhores de escravos ganham produção de massa e passam a ser consumidos pelos operários das cidades.

No começo do século XX, somente a Companhia União Mercantil, localizada em Fernão Velho, “produziu 26.179 peças de tecido (231 peças/dia), consumindo 1.815 fardos de algodão. Estes números expressavam um aumento de 53% sobre a produção dos anos anteriores, ‘sem favores do governo estadual’ e, ainda, distribuiu dividendos de 5% a.a. por ação” (FIEA, 2018, p. 53). Nessa mesma época, as unidades produtivas da Companhia Alagoana e a União Mercantil produziam os tecidos de algodão, enquanto a Progresso, a Pilarense e a Penedense produziam os tecidos de malha. Essas cinco unidades produtivas ofertavam 1.860 postos de trabalho, distribuídos da seguinte maneira: “Companhia Progresso: 600 operários; Companhia Alagoana: 600 operários; Industrial Penedense: 350 operários; Companhia Pilarense: 165 operários; e União Mercantil: 145 operários” (FIEA, 2018, p. 53).

A empresa têxtil de Delmiro Gouveia – Cia. Agro Fabril Mercantil – produzia linhas glacê, linhas de bordar e de crochê macramê. “Os primeiros carretéis vieram da Finlândia. A

primeira compra de algodão, do Egito. Depois, veio a utilização do algodão seridó, plantado nas terras da região” (FIEA, 2018, p. 58). Em 1915, a Fábrica Alexandria, localizada em Maceió, “substituiu o fabrico de linhas pelo de tecidos, que passaram a ser disputados pelos consumidores. Fabricavam-se fustão, morim e tecidos de xadrez, e outros” (FIEA, 2018, p. 58). A ampliação da produção levou a transcender o mercado interno, alcançando os mercados da Argentina, Chile, Peru e dos demais países da América do Sul.

Isso afugentou a rivalidade inglesa, que desencadeara uma campanha nos moldes clássicos do capital monopolista. Delmiro Gouveia foi assassinado em 10 de outubro de 1917¹¹. Mesmo depois de sua morte, a fábrica de linhas de Delmiro Gouveia chegou a empregar aproximadamente mil operários, caindo na década seguinte para a metade devido às pressões do imperialismo britânico.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial evidenciou a necessidade de o país superar a dependência econômica estrangeira na produção de máquinas, equipamentos, combustíveis e também dos produtos manufaturados, como roupas, calçados etc. Nessa fase, observa-se a penetração de empresas estrangeiras de outras nacionalidades, quebrando a hegemonia gozada pelo imperialismo britânico no decorrer de todo o século XIX. A década de 1920 será marcada pela

¹¹ Segundo Cachaputz (s/d, p. 8): “Dois operários e um peão confessaram o crime sob tortura, citando como mandantes os coronéis José Rodrigues de Lima e José Gomes de Lima e Sá. O primeiro era um importante chefe político e proprietário de terras em Piranhas, e o segundo, uma figura de menor expressão em Jatobá. Rodrigues de Lima tivera um desentendimento com Delmiro, relacionado à posse e ao aproveitamento de terras para extração de lenha e produção de tijolos. Teria ordenado o crime em conluio com José Gomes, que perdera o cargo de coletor de impostos em Jatobá por interferência do industrial?”.

duplicação do número de fábricas têxteis no Estado de Alagoas, passando de cinco para dez unidades têxteis: Fábrica de Saúde, da família Nogueira (Maceió); Vera Cruz, em São Miguel dos Campos (Cotonifício João Nogueira); Fábrica de Tecidos São Miguel (Bernardo Lopes); Alexandria, em Maceió, da família Lôbo; e Santa Margarida, em Maceió (Jaraguá) (FIEA, 2018).

A Fábrica de São Miguel dos Campos passou a chamar-se Fábrica de Fiação e Tecidos Vera Cruz quando passou ao controle da firma João Nogueira & Cia. Ltda. (Antônio Nogueira Júnior, Carlos da Silva Nogueira, José da Silva Nogueira e Aloísio da Silva Nogueira), A referida fábrica, que possuía uma vila operária, produzia fustão, brim, morim, bramante, toalhas e outros produtos derivados do algodão (FIEA, 2018).

A crise de 1929 resultou numa reviravolta do modelo agroexportador centrado na hegemonia da produção cafeeira paulista, abrindo caminho para a industrialização e a diversificação econômica. A Grande Depressão representou uma oportunidade ímpar para superar o modelo agroexportador e buscar respostas internas à crise que acometia o mercado internacional.

A intervenção estatal implicou uma quebra da hegemonia da produção agroexportadora e a necessidade desse setor de buscar outras fontes de investimentos, havendo um deslocamento de parte do capital cafeeiro para o complexo industrial. Isso resulta numa intensificação econômica da região Sudeste perante o Nordeste, que passa a cumprir tarefa primordial muito mais na perspectiva de ofertar força de trabalho para o desenvolvimento daquela região. O movimento migratório vai se intensificar especialmente com o advento da Segunda Guerra Mundial e a impossibilidade da continuidade do ciclo migratório de força de trabalho estrangeira. Nesse novo

cenário, os nordestinos serão a força bruta de que o capital industrial carece para se desenvolver na região Sudeste.

A despeito do discurso unificador do populismo encetado por Getúlio Vargas, como representante da burguesia industrial, o modelo substituição de importações fortaleceu ainda mais o Sudeste no desenvolvimento industrial. Mesmo nos setores em que os Estados do Nordeste podiam sustentar uma posição mais confortável, acabava prevalecendo o poder da burguesia industrial do Sudeste, que passou a defender o boicote ao processo de importação de novas máquinas para o Nordeste, alegando que a elevada produção nordestina promovia superprodução e crise na produção têxtil do Sudeste. A eclosão da Segunda Guerra recuperou o setor, pois o excedente da produção têxtil encontrou espaço de irradiação no mercado externo.

O êxito da produção têxtil alagoana entre as décadas de 1920 e 1970 esteve plenamente conectado ao ciclo histórico em que o capital financeiro e o capital industrial apropriaram-se do excedente dos trabalhadores segundo o padrão fordista-taylorista. O incremento dessa modalidade de organização da produção deu-se mediante mecanismos anacrônicos herdados da produção canavieira – os trabalhadores do engenho ou da usina deveriam morar na agrovila.

As vilas operárias constituíam um espaço de moradia e trabalho. Para manter os operários sob o controle absoluto, os empresários ofereciam entretenimento, formação de clubes esportivos, atividades festivas, grêmios recreativos etc. Evidentemente, nenhuma dessas atividades era fornecida gratuitamente, mas descontadas no salário do operário. Ao organizar grande parte das atividades (educação, saúde, previdência social etc.), os patrões assumiam a dianteira perante

as associações e organizações classistas como sindicatos, federações e centrais sindicais.

Desse modo, a disciplina, a dominação e o controle do capital sobre o trabalho não estavam circunscritos ao universo da produção, mas invadiam o cotidiano do trabalhador e seus mecanismos organizativos. A existência do proletariado era ubiquamente controlada pelos capitalistas na perspectiva de impedir sua organização e as greves proletárias.

As unidades fabris plasmaram-se como uma estrutura que combinava os mecanismos anacrônicos do capital mercantil adotados pelos senhores de engenho e pelos usineiros com um sistema efetivamente capitalista. A vila operária era uma cópia das agrovilas das usinas; os trabalhadores acabavam enredados na estrutura do balcão; nesta, os trabalhadores estavam sempre devendo aos patrões, de modo que nunca podiam sair da agrovila.

A assistência social mantida pelos patrões nas vilas operárias visava disfarçar as relações de dominação e a exploração do trabalho. Tratava-se de uma arma poderosa para quebrar a resistência operária. No caso de esse mecanismo não funcionar, os capitalistas passavam à ação coercitiva direta, lançando mão de seus capangas particulares ou acionando o aparato policial estatal. Sem falar no poder do capitalista de demitir o trabalhador e expulsá-lo da vila operária. A despeito de toda a repressão e controle, os trabalhadores acabavam por fazer greves contra os baixos salários e as péssimas condições de trabalho.

O controle do processo produtivo demonstrava a natureza autoritária do capital, em que se operava a subordinação real do trabalho. Esse modelo será aprimorado com a emergência do modelo toyotista, numa tentativa de resposta para a crise estrutural do sistema de capital, iniciada na década de

1970, e fenece completamente na primeira década do século XXI.

A decadência das unidades fabris não resultara simplesmente da ausência de subsídio estatal e do fato de o governo estadual priorizar a produção canavieira. A produção canavieira obedeceu a uma dinâmica e seguiu uma trajetória mundial muito distinta da produção têxtil, que experimentou alterações radicais na sua forma de produção com a entrada em cena da produção têxtil asiática (japonesa, chinesa, indiana etc.), levando ao colapso seus concorrentes em distintas partes do mundo.

A produção têxtil chinesa levou à completa falência a velha unidade produtiva de base fordista-taylorista. Os preceitos de zero de desperdício e zero de estoques resultaram no desmantelamento de todas as unidades têxteis alagoanas. Para persistir no mercado têxtil essas empresas precisaram adotar novas medidas resultantes no fechamento das unidades fabris que exigiam despesas com estocagem, transporte, galpões, energia, água, direitos trabalhistas etc.

As usinas podiam fazer alterações por dentro de sua linha produtiva, mantendo intactas suas unidades industriais, já que os processos de moagem da cana e produção do açúcar e etanol não poderiam ser transferidos para a residência do trabalhador. Já a produção têxtil dispensava caldeiras e estruturas gigantescas de processamento da cana, podendo suas atividades ser plenamente realizadas no ambiente doméstico do trabalhador e envolver todos os seus familiares.

A concorrência, diversamente da verificada entre Delmiro Gouveia e a empresa britânica *Machine Cotton* na década de 1920, deu-se de forma muito mais poderosa e sutil, implicando o colapso de plantas produtivas de transnacionais. Não somente pequenas empresas foram afetadas pela nova

forma de composição do capital, como também as empresas multinacionais poderosas. Para escapar da crise imposta pela concorrência com a produção asiática, os capitalistas precisaram transferir suas unidades produtivas para a China e aprenderem com ela ou reproduzir o modelo adotado de maneira ainda mais poderosa, intensificando a exploração da força de trabalho e a destruição da natureza. É nesse contexto que se processa a ascendência do polo têxtil de Pernambuco nas cidades de Toritama, Santa Cruz de Capibaribe e Caruaru.

A formatação da produção no referido polo obedece ao receituário estabelecido na China e na Índia, em que o trabalho informal substitui o trabalho formal e as grandes corporações exercem o processo de controle da produção e a circulação sem assumir nenhuma responsabilidade com os direitos sociais dos trabalhadores. Assim, o grande capital amplia suas taxas de lucro e expansão.

Somente num quadro internacional perpassado pela ascendência da produção asiática é possível entender a falência e o colapso da produção têxtil alagoana – a falência de suas dez unidades têxteis produtivas. Como exemplo, as falências da unidade produtiva mais antiga de Alagoas em 1996 e 2010 marcam a trajetória da Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem. Esta unidade havia fechado e reabriu em 1997 com 400 trabalhadores, com menos 4.600 trabalhadores (como funcionava na década de 1960).

Antes da crise experimentada na concorrência com a produção asiática, a referida fábrica experimentou uma crise em 1938 e passou para a família Leão de Utinga, que possuía a usina Utinga Leão em Rio Largo. Em 1946, a fábrica deixou de chamar-se Companhia União Mercantil, quando passou da família Utinga Leão para as mãos do Grupo Othon, do empresário Othon Lynch Bezerra de Mello, proprietário ainda

da Fábrica Esther (em Santo Aleixo, no município de Magé – RJ), da Fábrica Maria Amália (Curvelo – MG) e da Fábrica Amalita (Recife – PE). O Grupo Othon expandiu seus negócios para Minas Gerais, Rio de Janeiro e Alagoas, atuando tanto no setor têxtil quanto nos setores hoteleiro, de usina de cana-de-açúcar e usina hidroelétrica. .

Esse grupo empresarial soube tirar proveito da especulação com terras e operou lucrativamente nos bairros do Tabuleiro do Martins, antes “Tabuleiro de Fernão Velho”, bem como nas terras do Clima Bom, Petrópolis, Santa Amélia, Santos Dumont etc. Embora não se tenha constituído numa cidade como Rio Largo ou Delmiro Gouveia, a fábrica de Fernão Velho serviu de base para os primeiros bairros da parte alta da capital, o que proporcionou elevados lucros para o grupo Othon.

A falência da Fábrica Carmen não significou a falência dos negócios familiares; tratava-se apenas do encerramento de uma atividade que não tinha como persistir no modelo estabelecido. O próprio sistema do capital havia dado um golpe mortal no modelo instituído; seria ingenuidade tentar preservar o parque têxtil. Othon Lynch Bezerra de Mello era uma espécie de intelectual orgânico de sua classe. O mesmo pode ser dito em relação aos empresários das fábricas de Rio Largo, onde a Fábrica Cachoeira encerrou suas atividades em 1968 e a Fábrica Progresso, em 1980.

O Grupo Carlos Lyra, que assumiu o controle da antiga fábrica de tecido de Delmiro Gouveia em 1992, não logrou impedir a falência da Fábrica da Pedra em 2017. Os trabalhadores resistiram ao fechamento da fábrica, mas foram reprimidos pela ação coercitiva estatal. A empresa encerrou suas atividades depois de 102 anos de existência, demonstrando claramente que no interior do sistema do capital não subsiste nada que seja sólido; tudo que não estiver subordinado aos

padrões de lucro estabelecidos tende a desaparecer. Nesse processo, 480 trabalhadores foram demitidos depois de dez meses de paralisação. Além de acumular uma dívida com os trabalhadores, a referida empresa acumulava uma dívida de 1,26 milhão com a Eletrobras. As máquinas da fábrica foram vendidas para uma empresa de Americana – SP (BARROS, 2017, p. 1).

Os trabalhadores ainda chegaram a ocupar a antiga fábrica Carmen, exigindo o pagamento dos direitos trabalhistas em janeiro de 2017. A ocupação pacífica, coordenada pelo Movimento Via do Trabalho (MVT), acabou sendo obstada em maio de 2017, cumprindo a determinação da ação de reintegração de posse do prédio (FARIAS, 2017, p. 1).

O colapso das unidades têxteis de Alagoas denota a natureza destrutiva e desumana do capital. Na ânsia pela ampliação das taxas de lucro e pela apropriação de mais-trabalho, o capital aprofunda a exploração da força de trabalho, amplia a degradação dos trabalhadores e destrói os meios de produção. O aprofundamento da concorrência entre os capitalistas na etapa do capital financeiro ganhou novos corolários nas últimas décadas, levando à destruição das relações de trabalho anteriormente constituídas e das relações sociais. Desse modo, assiste-se ao fim da dinâmica social das fábricas e das vilas operárias. Nesse processo, os trabalhadores são os que mais sofrem, pois enquanto os capitalistas deslocam seus capitais das antigas fábricas têxteis alagoanas para setores mais dinâmicos e mais lucrativos, os trabalhadores não acumulam nenhum excedente e não têm como sobreviver sem vender a sua força de trabalho.

O fechamento das unidades fabris levou à estagnação das vilas operárias. O espaço topográfico em que os trabalhadores eram condenados a viver sob o controle absoluto

dos capitalistas tornou-se um espaço degradante, parecendo uma imagem congelada do passado. Com o encerramento das atividades fabris, os capitalistas venderam as moradias para os próprios operários. Movimento ainda mais desumano ocorreu nas unidades das usinas falidas, que encerraram suas atividades em Alagoas, pois as casas dos trabalhadores foram demolidas juntamente com todos os prédios que existiam. Nesse contexto, as transformações sucedidas no complexo têxtil e no complexo açucareiro alagoano servem de testemunho de como o capital não tem nada de bom para oferecer aos trabalhadores e à humanidade.

Referências

BARROS, Diego. *Fim de uma era: máquinas da Fábrica da Pedra são vendidas para empresa de São Paulo*. Endereço eletrônico: <https://correionoticia.com.br/noticia/cidades/fim-de-uma-era-maquinas-da-fabrica-da-pedra-sao-vendidas-para-empresa-de-sao-paulo/31/18015>. Acesso em 14 de fevereiro de 2021.

CACHAPUZ, Paulo Brandi. *GOUVEIA, Delmiro: empresário*. Endereço eletrônico: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GOUVEIA,%20Delmiro.pdf>. Acesso em 27 de dezembro de 2020.

FARIAS, Michelle. *Ex-funcionários da antiga Fábrica Carmen ainda vivem de “bicos” por causa de pendências trabalhistas*. Endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/ex-funcionarios-da-antiga-fabrica-carmen-ainda-vivem-de-bicos-por-causa-de-pendencias-trabalhistas.ghtml>. Acesso em 14 de fevereiro de 2021.

FARIAS, Ivo dos Santos. Grupo Othon e a modernização brasileira: uma análise simbólico-material. *Revista Eletrônica História em Reflexão*: Vol. 10 n. 19 – UFGD – Dourados, jan/jun – 2016. Endereço Eletrônico: <file:///D:/Downloads/5496-16610-1-PB.pdf>. Acesso em 27 de dezembro de 2020.

FIEA – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. *Trajetória da Indústria em Alagoas*: 1850/2017. Maceió: FIEA, 2018.

SILVA, B. B. Gonçalves, CORRÊA, D. Sávio. *Delmiro Gouveia*: um empresário shumpeteriano e seu legado na organização espacial no sertão alagoano. Endereço eletrônico: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2017v32n65p199/35338>. Acesso em 28 de dezembro de 2020.

TAVARES, Marcelo Góes. *Territórios fabris no ramo têxtil em Alagoas e fisiografias urbanas em Maceió (1857-1943)*: histórias e representações. Endereço Eletrônico: <https://journals.openedition.org/confins/20309>. Acesso em 27 de dezembro de 2020.

TICIANELI, Edberto. *Fernão Velho dos pescadores e da fábrica de tecidos*. Endereço eletrônico: <https://www.historiadealagoas.com.br/fernao-velho-dos-pescadores-e-da-fabrica-de-tecidos.html>, Acesso em 28 de dezembro de 2020.

CONCLUSÃO

A abordagem panorâmica da economia alagoana não pode desconsiderar o fato de que a riqueza da sociedade emana ontologicamente do trabalho e não do capital, e que este se forja mediante a exploração da força de trabalho, apropriando-se do tempo de trabalho excedente produzido pelos trabalhadores e entregue aos capitalistas. A riqueza produzida pelos trabalhadores é drenada para a burguesia, enquanto classe parasitária.

As mudanças desencadeadas na estrutura produtiva de Alagoas refletem o aprofundamento da produção agrícola. A diversificação da denominada cadeia produtiva mantém intacta a velha estrutura centrada na monocultura e no latifúndio, que amplia a concentração de riqueza nas mãos da burguesia nacional e internacional, em parceria com as velhas estruturas oligárquicas e familiares.

A velha burguesia agrária modernizou as relações de produção e aprofundou os mecanismos de exploração baseados no modelo toyotista, reciclando a velha estrutura de exploração do trabalho fundamentada no trabalho escravo. A modernização das relações produtivas sedimentou as relações herdadas da etapa colonial, em que os trabalhadores recebem abaixo do necessário para assegurar a reprodução de sua existência material.

A investigação do desenvolvimento econômico de Alagoas revela o aumento das taxas de desemprego, pauperismo e violência social. Os momentos de elevação das taxas de crescimento do PIB não melhoraram as condições de vida da classe trabalhadora, que foi expulsa do campo para viver

miseravelmente nas cidades, em busca de vender a sua força de trabalho como mercadoria.

A dinâmica das relações capitalista viabiliza a reprodução ampliada do capital, resultando no agravamento dos problemas de ordem estrutural. Sob o comando do capital, o processo de produção e reprodução da riqueza material direciona o desenvolvimento das forças produtivas para tendências destrutivas à reprodução do ser social. As precárias relações de trabalho e os lucros exorbitantes resultam nos problemas estruturais à beira dos limites absolutos do capital. Nesse processo, Alagoas possui as marcas advindas das crises econômicas do sistema de acumulação mundial.

O pauperismo das massas, a degradação do meio ambiente e o avanço da barbárie diante de uma acumulação de riquezas sem precedentes demarcam a centralização e a concentração de capitais sob o domínio neoimperial e neoliberal. Intensificados pelas contradições postas na base dos limites socioeconômicos da burguesia transnacional, os problemas estruturais em Alagoas seguem na corda bamba entre os ganhos lucrativos do capital e as reivindicações dos trabalhadores.

Os dados apresentados refletem uma realidade alarmante de desumanizações. Homens e mulheres, o meio ambiente e a vida do planeta são afetados pela expansão das relações sociais capitalistas. Corpos e almas são submetidos a uma intensa exploração até alcançarem a condição de portadores de força de trabalho bruta com o fim de realizar os trabalhos mais extenuantes e mal pagos. Em meio à desvalorização e à degradação do trabalho, a natureza torna-se refém do desequilíbrio do ecossistema via exploração dos recursos naturais, tudo devido à sede exacerbada pela acumulação da mais-valia. O que importa é a hegemonia do sistema destrutivo do capital.

A privatização dos mananciais de água acentua o processo de expropriação das riquezas naturais. A água é um valor de uso

que pertence à vida humana. Ela não deve ser negociada para atender os capitalistas e suas gigantescas corporações, pois é um elemento essencial para assegurar a reprodução da humanidade e garantir a qualidade de vida. Como necessidade básica, a água deve ser cuidada, e a classe trabalhadora deve se organizar no processo de gestão das bacias hidrográficas e na constituição de sistemas de despoluição dos rios que cortam as grandes metrópoles.

A privatização da antiga Ceal e do terminal portuário de Maceió (MAC10), ao se inscreverem no bojo do movimento de abertura do mercado endógeno para o capital estrangeiro, representou o inexorável aprofundamento da dependência econômica alagoana em relação às grandes corporações estrangeiras. Além dos inúmeros transtornos quanto à qualidade de existência e de trabalho da classe trabalhadora, o cenário também reflete as marcas do adoecimento do ecossistema. Os crimes ambientais se erguem no mesmo patamar que os crimes à vida humana.

Na particularidade das usinas, nota-se uma predominância do trabalhador temporário sobre o trabalhador permanente e a tendência hegemônica da empresa de intensificar a superexploração do trabalho. As evidências dessa superexploração do trabalho nas usinas alagoanas expressam o próprio desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no estado. Tal realidade é fomentada por um grupo social, exército de reserva, que se encontra numa condição de extrema fragilidade social. Trabalhadores com baixo poder de reivindicação submetem-se docilmente a degradantes formas de trabalho. Esse quadro de desumanização da vida da classe trabalhadora reflete a permanência da superpopulação relativa sob o interesse do agronegócio pelos grandes donos do capital.

As unidades têxteis de Alagoas em colapso explicitam a natureza destrutiva e desumana do capital. A sede insaciável do capital por lucratividade e pela apropriação de mais-trabalho intensifica os processos de exploração e degradação da força de trabalho. O capital financeiro evidencia um aprofundamento da concorrência entre os capitalistas, de modo a tornar destrutivas as relações de trabalho anteriormente constituídas e as relações sociais. Como consequência, a classe trabalhadora encontra-se na margem da desumanização pelo deslocamento dos capitais das antigas fábricas têxteis alagoanas a setores mais dinâmicos e mais lucrativos. As transformações sucedidas no complexo têxtil e no complexo açucareiro alagoano reforçam as marcas de um sistema contraditório e desumano.

Os efeitos desumanos das transformações societárias presentes na contemporaneidade de Alagoas caracterizam a miséria desumana manifesta na essência da sociedade capitalista. Como as contradições beiram os limites absolutos do capital, elas atingem não somente a periferia, mas afetam o mundo capitalista mais desenvolvido. A atual configuração da globalização dos problemas crônicos, como é o caso do pauperismo, desemprego, precarização do trabalho ou trabalho temporário, sob a tônica da essência destrutiva do modo de produção vigente, antecipa um futuro de incertezas e insegurança não só para a população alagoana, mas para a humanidade e a estabilidade da vida no planeta.

Os processos socioeconômicos da ordem burguesa engendram alternativas à resolução das contradições que evidenciam uma permanência da reprodução da miséria. No interior de um sistema que apregoa a expressão de relações alienadas, onde a apropriação privada da riqueza material tem por base a exploração da força de trabalho, o constrangimento de indivíduos a condições indignas de existência torna-se uma

expressão da negação da humanidade do próprio sistema, e, portanto, da impossibilidade de superação na estrutura do capital.

No interior do modo de produção capitalista, todos os meios para o desenvolvimento da produção transformam-se em meios de dominação e exploração do capital. O capital não se importa com as consequências de sua ordem, nem mesmo com a eliminação de toda a humanidade. Mesmo diante de um desenvolvimento das forças produtivas suficiente para atender a toda a humanidade, o caráter irracional e destrutivo do capital inviabiliza a abundância para uma maioria.

O capitalismo segue na corda bamba, com respostas fragmentadas e desconectadas de uma efetiva solução, a fim de primordialmente beneficiar-se. Todos os males existentes em sua ordem são imanentes à sua lógica e, por isso, insuperáveis em seu interior. Assim, é fundamental formar polos de resistência em defesa de tudo o que pertence à humanidade, e não aos capitalistas e a suas gigantescas corporações. Os trabalhadores que produzem as riquezas de Alagoas não podem continuar assistindo passivamente ao saque das riquezas produzidas por suas mãos. Eles devem se organizar junto a todos os trabalhadores do mundo e se apropriar das experiências de lutas coletivas desenvolvidas na Argentina, na Venezuela, no Brasil etc. A luta deve centrar-se numa forma de organização da produção assentada no trabalho associado, livre e universal.

Fora deste sistema existem amplas possibilidades de superação dos problemas que afetam a classe trabalhadora. A transição para uma ordem social conscientemente controlada pelos homens, como defende o projeto socialista inspirado na emancipação humana, é uma saída plausível. Ir além do capital, por meio de uma revolução radical, é a única saída que poderá desfazer todas as amarras degradantes e desumanas provenientes

da sociedade burguesa. O modo de produção vigente e todos os seus males infindáveis devem ser aniquilados. É preciso avançar na luta pela superação dos entraves do capital. É preciso ir avante, na contramão do sistema, visando à possibilidade real da construção de um novo modo de produção longe dos limites do capital.

SOBRE OS AUTORES

Tatiana Lyra Lima Félix

Graduação (2009) pela Faculdade de Serviço Social. Mestrado (2012) pelo Programa de Pós-graduação. Doutoranda (2017-2021) no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. Desde 2009, pesquisa os fundamentos do desemprego em Marx e sua dimensão na contemporaneidade capitalista. No ano de 2013, foi servidora pública como Assistente Social na Secretaria Municipal de Assistência Social em Viçosa, Alagoas. No período entre 2013 e 2017, atuou como professora em Serviço Social na Faculdade Raimundo Marinho de Maceió e no Instituto de Ensino Superior Santa Cecília - IESC, em Arapiraca, Alagoas, e como professora substituta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. É integrante do Grupo de Pesquisa Reprodução Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, atuante na linha de pesquisa Fundamentos da Sociabilidade Humana desde 2006.

Artur Bispo dos Santos Neto

Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (1993), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2007) e realiza pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atua como professor Associado III na Universidade Federal de Alagoas, nos cursos de Filosofia e Serviço Social. É Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Participa do Grupo de Pesquisa em Reprodução Social e do Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente. Suas pesquisas estão relacionadas aos temas: capital e trabalho, estética e ética materialista, formação histórica do Brasil.

EDITORA
phillos.
ACADEMY

www.phillosacademy.com